

Synthesis
Arquitetura e Urbanismo
Revista de Produção Científica do Curso de
Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST

Ano I - Nº 2 - jul/dez 2017

Synthesis - ISSN 1676-9805

**SYNTHESIS ARQUITETURA E URBA-
NISMO - REVISTA DE PRODUÇÃO
CIENTÍFICA DO CURSO DE ARQUITE-
TURA E URBANISMO DA UNIFACVEST.**
Lages: Papervest Editora, nº 2, julho a dezem-
bro de 2017, 86p.

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST
Mantenedora: Sociedade de Educação Nossa Senhora Auxiliadora

Publicação da Papervest Editora
Av. Marechal Floriano, 947 - Cep: 88.503-190 - Fone: (49)3225-4114 - Lages / SC

www.unifacvest.net

**Synthesis Arquitetura e Urbanismo - Revista de Produção Científica
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST**

Editor - Renato Rodrigues

Conselho Editorial - Coordenador e Professores
do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Unifacvest

Diagramação - Marcelo Antonio Marim

SYNTHESIS ARQUITETURA E URBANISMO - REVISTA DE PRODUÇÃO CIENTÍFICA DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

Ano I, nº 2, Lages: UNIFACVEST - julho a dezembro de 2017, 86p.

Semestral

ISSN 1676-9805

1. Educação - 2. Ciências

I. Título

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIFACVEST

Reitor

Geovani Broering

Pró-reitora Administrativa

Soraya Lemos Erpen Broering

Pró-reitor de Pesquisa e Extensão

Renato Rodrigues

Pró-reitor Acadêmico

Roberto Lopes da Fonseca

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que o Centro Universitário Unifacvest entregam a comunidade acadêmica e sociedade em geral mais uma Revista Synthesis.

O papel de uma instituição de Ensino Superior é garantir o desenvolvimento do tripé que sustenta a universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão). É com este espírito que o Centro Universitário Unifacvest tem atuado nestes últimos anos, garantindo qualidade e possibilidade de desenvolvimento intelectual, gerando uma melhor expectativa de crescimento econômico e buscando a garantia da cidadania em sua plenitude.

Uma revista científica cumpre uma missão consagradora das pesquisas de professores de nossa instituição, que vão de projetos individuais a coletivos. A divulgação dos resultados destes processos de trabalho é o objetivo central de nossa revista, que dará visibilidade a estas iniciativas e seus resultados.

Aproveitamos a oportunidade para reiterar nossa disposição de sempre estar apoiando projetos criativos e inovadores nas diversas áreas do conhecimento, respeitando as peculiaridades das diversas ciências e de nossos professores/pesquisadores.

Neste sentido, convidamos mais profissionais que atuam em nossa instituição para escreverem artigos e participar deste projeto de fazermos da Revista Synthesis um canal sério e dedicado à pesquisa de ponta, além de ser uma Revista Científica multi-temática que estará dialogando com profissionais de outras instituições de Ensino Superior do Brasil e do Exterior.

Geovani Broering
Reitor do Centro Universitário UNIFACVEST

SUMÁRIO

MORADIA ESTUDANTIL

Marília Almeida Tavares; Tais Trevisan; Diego Tavares Scopel; Grazielle Schemes Oliveira.....01

O DESENHO COMO EXPRESSÃO CRIATIVA - ARMAZÉM- ESCOLA CRIATIVA COMO CONVERSOR DE NÃO-LUGARES

Rafael Marcos Zatta Krahl; Tais Trevisan; Lilian Louise Fabre Santos; Fernando dos Santos Calvetti.....11

PARQUE LINEAR NA CIDADE DE CORREIA PINTO - SC

Samira Lang dos Santos; Tais Trevisan; Fernando dos Santos Calvetti; Lilian Louise Fabre Santos.....28

PAVILHÃO ADMINISTRATIVO DO 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO DE LAGES – SC

Alex dos Santos Marcelino; Tais Trevisan; Grazielle Schemes Oliveira; Diego Tavares Scopel.....37

REQUALIFICAÇÃO DE ÁREA RURAL COM POTENCIAL TURÍSTICO

Lucas Silva dos Santos; Tais Trevisan; Bárbara Moura Dias E Silva; Lilian Louise Fabre Santos.....49

REQUALIFICAÇÃO URBANA: INTERVENÇÃO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS AFETADAS EM LAGES-SC

Davi Cordeiro; Tais Trevisan; Diego Tavares Scopel; Grazielle Schemes Oliveira.....61

RESIDÊNCIA PARA ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Bianca Duarte Mesquita; Tais Trevisan; Caroline Ramella; Grazielle Schemes Oliveira.....72

NORMAS PARA COLABORADORES.....86

MORADIA ESTUDANTIL

Marília Almeida Tavares¹
Tais Trevisan²
Diego Tavares Scopel³
Grazielle Schemes Oliveira⁴

RESUMO

O Brasil conta com inúmeras instituições de ensino superior, e o número de pessoas que ingressa em uma universidade cresce cada vez mais, o que acaba tornando várias cidades como polos universitários, e muitas pessoas migrando para esses municípios, que por sua vez acabam não tendo a estrutura adequada para receber tantos estudantes. Este trabalho tem por objetivo propor uma moradia estudantil de qualidade para as pessoas que saem de seus municípios para estudar em alguma universidade do município de Lages/SC e buscam boas condições de moradia e estudo.

Palavras-Chave: Moradia. Universidade. Estudante.

ABSTRACT

Brazil has countless institutions of higher education, and the number of people joining a university grows more and more, which ends up making several cities as university poles, and many people migrating to these municipalities, which in turn end up not having the right structure to accommodate so many students. This study aims to propose a quality student housing for people who leave their municipalities to study at some university in the municipality of Lages / SC and seek good housing and study conditions.

Keywords: Housing. University. Student.

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1

² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, especialista em ambientação de interiores – ateler de projeto pela unival. – Universidade do vale do itajai

⁴ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em ambiente e saúde pela universidade do plano catarinense – uniplac.

1. INTRODUÇÃO

O município de Urupema localiza-se na Serra Catarinense, região de grande beleza natural, potencial turístico e desenvolvimento de atividades agropecuárias. Com pouco mais de 2 mil habitantes distribuídos homoganeamente entre o perímetro urbano e a zona rural, o município tem sua economia baseada na pecuária e na agricultura, principalmente de base familiar.

Segundo Artigo 6º da Constituição Federal: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” A Educação é um direito de todos os cidadãos e um dever do Estado e da família, é através dela que se tem o pleno desenvolvimento do indivíduo e o prepara para o exercício da cidadania e para o mercado de trabalho.

O acesso à educação superior nem sempre é fácil, principalmente nas instituições de ensino superior públicas, as provas para entrar são extremamente concorridas e na maioria das vezes quem acaba entrando são aquelas pessoas que possuíram uma melhor educação nos níveis iniciais. As instituições privadas são menos concorridas e possuem vários meios para se ter acesso, porém muitas vezes a questão financeira influencia para que esses jovens entrem e permaneçam nas instituições.

Muitas pessoas percorrem grandes distâncias até a universidade ou chegam até mesmo a se mudar para conseguir entrar em um curso superior, vendo nessa oportunidade uma forma de melhorar de vida e conseguir um bom lugar no mercado de trabalho. Na maioria das vezes saem de cidades do interior para a cidade grande sem um local para morar, sem trabalho, apenas com a vontade de estudar e melhorar de vida.

Este trabalho tem como objetivo criar uma moradia estudantil, com o propósito de proporcionar um ambiente adequado para as pessoas que se deslocam de outro município para estudar na cidade e garantir que as mesmas possuam um fácil acesso até as instituições de ensino.

1.1 Justificativa

O município de Lages encontra-se no centro da região serrana do estado de Santa Catarina, conta hoje com três grandes instituições de ensino superior, sendo uma delas de ensino público. Por estar em localização privilegiada no estado, muitas pessoas veem a cidade como um local propício para estudar e estabelecer residência, ainda que seja uma cidade que está em desenvolvimento, possui um grande potencial de crescimento.

A proposta de fazer uma moradia estudantil no município vem da necessidade de se ter um local adequado para que esses estudantes, vindos de outros lugares do país, possam ter um ambiente com condições dignas de morar e estudar pois a maioria das pessoas que vem para estudar na cidade são de municípios menores e na maioria das vezes economicamente mais vulneráveis e estão em busca de um futuro melhor através de uma graduação

A moradia contaria com aluguéis mais acessíveis, tendo a possibilidade de dividir quartos com mais colegas, e se manteria também através da área de lazer aberta a comunidade onde a renda vinda do aluguel desses locais seria totalmente revertida para

a manutenção da moradia.

É uma forma de integrar os estudantes das mais diversas áreas do conhecimento, dos mais diversos lugares, com culturas diferentes, formas diferentes de vida, uma troca de experiência enriquecedora não só nos estudos, mas na vida pessoal de cada morador.

2. MORADIAS ESTUDANTIS

2.1 Surgimento das Moradias Estudantis

Com o surgimento das universidades entre os séculos XI e XII na Europa e o seu rápido crescimento durante os anos sentiu-se a necessidade de se criar locais onde os estudantes pudessem se abrigar. Os alunos de classe mais alta moravam em suas residências com seus familiares, enquanto os de classe média e baixa se abrigavam nas próprias instituições de ensino.

Neste período as instituições de ensino estão se consolidando nos espaços urbanos como grandes polos de concentração e na divulgação do saber. Muitas cidades proporcionaram o crescimento dessas universidades tornando-se os maiores focos do saber, atraindo assim muitas pessoas de outras cidades. A Universidade de Bolonha, na Itália, considerada por muitos como a mais antiga do mundo, foi uma das primeiras a ter um programa de bolsas e moradia para estudantes.

Colégios com lugares de residência para estudantes existiram em Bolonha desde muito cedo, mas só no século XIV é que possuíram alguma organização; o humilde domus, como era conhecido, foi a princípio reservado exclusivamente para estudantes pobres, não residentes em Bolonha. [...]. Cada escolar deveria receber 24 libras bolonhesas anuais, pelo espaço de cinco anos, (BARRETO, 2014, p. 28 apud LOUREIRO, 1986, p. 45).

Contudo nem todas as instituições possuíam esses programas e o auxílio que podiam oferecer a seus estudantes era reduzido, a formação acadêmica era considerada um privilégio oferecido apenas aos que podiam pagar pelos estudos, materiais e moradia, ou seja, para os filhos de nobres ou de profissionais consagrados como médicos e advogados. O que muitos estudantes de baixa renda faziam eram conseguir um crédito especial que lhes desse a oportunidade de conquistar algum prestígio social, porém as faculdades não tinham o interesse de atrair as pessoas de classe mais baixa.

É no século XIX, na França, após a Revolução Francesa, que começa um processo de relação entre o Estado e o ensino superior. Embora os interesses políticos estivessem ligados a instituição o governo exaltou a importância de uma educação gratuita e o apoio do Estado a seus estudantes, tornando-se assim os princípios da revolução um norte para o ensino público, com uma educação de qualidade, acessível a todas as classes sociais e com o apoio do governo.

Esse modelo de instituição, que tinha como princípio a responsabilidade social, foi seguido por muitas outras universidades pelo mundo, até chegar ao Brasil em meados do século XX onde surgem diversas universidades federais e junto com elas uma séria discussão sobre a política de permanência estudantil.

As moradias estudantis foram criadas com o intuito de oferecer a seus usuários, além da moradia, uma infraestrutura adequada, desenvolvimento educacional e

formas de interação social, pois ali encontram um ambiente familiar próximo ao que deixaram em suas cidades natais, tornando assim essas moradias estudantis uma fonte fundamental da assistência universitária.

2.2 Moradias Estudantis no Brasil

No Brasil as primeiras universidades surgiram em meados do século XIX, contava apenas com escolas superiores, até então a universidade brasileira era a universidade de Coimbra, em Portugal, tendo assim uma educação com bases religiosas.

Para garantir a sobrevivência na corte, D. João VI cria cursos destinados ao ensino da economia, agricultura, química e desenho técnico, são esses cursos que mais tarde dão origem as escolas e faculdades profissionalizantes que criam o grupo das instituições de ensino superior até a República.

Em 1920 surge a primeira universidade no Brasil a Universidade do Rio de Janeiro, atual Universidade Federal do Rio Janeiro, foi criada pelo Governo Federal através da fusão de três escolas profissionalizantes que existiam na época.

Ao longo dos anos surgem outras universidades no Brasil, tanto federais quanto particulares e com isso, por volta da década de 50 e 60, por conta de conflitos políticos e ideológicos, acaba gerando uma reforma universitária com vários movimentos estudantis que reivindicavam a democratização da educação, abertura da universidade através da extensão universitária e serviços comunitários e a criação de um sistema de assistência ao estudante que seja eficiente, movimentos esses promovido pela União Nacional dos Estudantes a UNE.

Na década de 90 é grande o aumento das universidades, principalmente das instituições particulares, dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, o INEP, em 1998 o Brasil contava com um total de 153 universidades, sendo 77 públicas e 76 privadas, já no último censo realizado pelo INEP no ano de 2012 o Brasil conta com um total de 2.416 universidade, sendo 304 públicas e 2.112 privadas.

Com o aumento significativo das universidades no país o que acaba gerando a criação de novos cursos e com isso um grande fluxo de estudantes em várias regiões do país, sentiu-se a necessidade de criar uma infraestrutura para receber esses universitários, principalmente no que diz respeito a assistência habitacional.

As moradias estudantis têm como finalidade o desenvolvimento social e educacional dos estudantes. As primeiras moradias a surgirem no Brasil foi em Ouro Preto, Minas Gerais, quando entre os anos de 1830 e 1880 surgem as primeiras instituições de ensino superior que mais tarde, por volta de 1969, dão origem a Universidade Federal de Ouro Preto.

Foram construídas por instituições religiosas que sentiam que as moradias eram necessárias para que os estudantes pudessem ter as relações familiares que tinham em seus locais de origem. No ano de 1929 surge então a Casa do Estudante do Brasil, criada para dar suporte aos estudantes da Universidade do Rio de Janeiro.

No entanto somente durante o governo de Getúlio Vargas que é institucionalizada a assistência estudantil, com isso é criado a cidade universitária com o intuito de abrigar tantos estudantes como professores vindos de outras cidades.

Durante a década de 70, com o aumento significativo de alunos devido ao grande desenvolvimento do país e a reforma universitária, o governo sente a necessi-

dade de criar novas moradias, porém para que isso fosse feito as mesmas não poderiam discordar das ideologias do Ministério da Educação.

Hoje no Brasil existem muitas moradias estudantis criadas pelo governo ou por instituições privadas, essas estruturas permitem que os estudantes desenvolvam outros processos de aprendizado, fora dos laboratórios da universidade, criando assim novos valores para si mesmos.

2.3 Moradias Estudantis em Santa Catarina

Em 18 de dezembro de 1960 surgiu a Universidade Federal de Santa Catarina, criada com o intuito de promover o ensino e a pesquisa, ampliando a formação do ser humano para o exercício de sua profissão e com a perspectiva de construir uma sociedade mais justa e com mais qualidade de vida.

A UFSC fica localizada na capital do estado, Florianópolis, tendo mais outros quatro campi no estado, nas cidades de Araranguá, Blumenau, Curitiba e Joinville. Muitos jovens largam suas cidades, famílias, para estudar em um dos campi da universidade e muitas vezes são pessoas de baixa renda que não tem condições de se manter em outra cidade. Para garantir o acesso, a permanência e a conclusão da graduação dessas pessoas foi criado a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis – PRAE.

A PRAE tem por objetivo apoiar a Reitoria na execução de programas voltados a política estudantil. A maioria dos recursos vindos para o desenvolvimento dos programas de assistência estudantil, são provenientes de contratos de concessão de uso realizados com terceiros com o objetivo de explorar a parte comercial, e através do Decreto n. 35 6.096, de 24 de abril de 2007, e do Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010 que falam sobre o Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades (REUNI) e do Plano Nacional de Assistência ao Estudante (PNAES), respectivamente. Cabe a PRAE:

Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; assistência à saúde; inclusão digital; cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico; movimentos estudantis e políticas sociais; (PRAE, 2017)

Dentro da PRAE foi criado a Coordenadoria de Assuntos Estudantis – CoA-Es – com o intuito de executar os programas de assistência social. São essas atividades que permitem e ampliam o acesso e garantam o exercício da cidadania de pessoas com vulnerabilidade econômica a permanência na universidade.

A primeira moradia estudantil a surgir na Universidade Federal de Santa Catarina foi em 1962, criada por umas senhoras com o apoio da igreja, na época foi chamada de Casa da Estudante da Juventude Católica de Florianópolis – CEJCF – contavam também com o apoio do governo do estado, na época Celso Ramos era o governador, que por intermédio da secretaria de educação pagava o aluguel do imóvel. A partir de 1968 a moradia começa a se desvincular da igreja e recebe o nome de Casa da Estudante Universitária – CEU. Somente em 1985, apesar dos recursos financeiros mais baixos, teve o início da construção do Centro Comunitário, que vai ser inaugurado somente nove anos depois.

Em 1987 o governo corta o recurso que enviava para o pagamento do aluguel

e então o atual reitor da universidade Professor Rodolfo Joaquim Pinto da Luz se vê obrigado a assumir a dívida, até que então nessa mesma época é autorizada a construção do novo prédio no terreno que pertencia a universidade.

Porém é somente na década de 90 que realmente é instalado uma moradia estudantil próxima a universidade. Até então haviam somente planos pilotos e projetos que previam a construção da moradia. Com a ajuda do departamento de Arquitetura e Urbanismo na universidade foi possível desenvolver o primeiro projeto da pequena edificação que seria instalada nos arredores do campus.

O prédio desenvolvido pelos acadêmicos dos departamentos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil foi inaugurado no ano de 2003 e fica localizado na Rua Desembargador Vitor Lima, bairro da Trindade, e hoje conta com 153 vagas para estudantes de graduação, que estão distantes de suas cidades de origem e que possuam dificuldades financeiras.

Para conseguir uma vaga na moradia o estudante precisa passar por um rigoroso processo de seleção feito pela CoAes - Coordenadoria de Assuntos Estudantis, onde eles iram analisar a vulnerabilidade econômica mediante um cadastro feito previamente. Como a procura por uma vaga é muito grande e não há vagas suficientes, a CoAes faz uma seleção dos candidatos baseada do cadastro preenchido, mediante uma entrevista e com a documentação solicitada para a inscrição.

Vale ressaltar que todas despesas da moradia estudantil como água, luz, segurança, gás, reformas e manutenção do prédio, são pagas pela universidade, o acadêmico não possui nenhum tipo de coparticipação. Essas normas são validas apenas para o campus de Florianópolis, os outros quatro campi da universidade não contam com uma moradia estudantil.

Para os alunos que não conseguem uma vaga na moradia, ou que ainda vão estudar em um dos campi que não contam com uma, a universidade oferece um auxílio moradia. Utilizam o mesmo critério socioeconômico para a liberação do auxílio, seu valor é ajustado anualmente tendo que passar por uma verificação de disponibilidade orçamentário-financeira para então ser aprovado. Hoje o valor da bolsa está em R\$ 653,60 (seiscentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos). Os acadêmicos podem contar ainda com a “Orientação Habitacional”, ação criada pela CoAes, que tem a finalidade de ajudar os estudantes a encontrarem um imóvel para alugar, onde divulgam uma lista com todos os imóveis cadastrados na coordenaria, facilitando assim a vida dos estudantes.

A Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC – foi criada no ano de 1965 e é considerada a quarta melhor universidade pública do Brasil, segundo o Ministério da Educação – MEC. Com grande atuação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão que estão distribuídas pelas 12 unidades que possui pelo estado.

A universidade não conta com moradias próprias para seus estudantes em nenhum de seus campi, porem o acadêmico pode contar com programas de assistência estudantil para conseguirem se manter durante o período da graduação.

Possui o Programa de Auxílio Permanência Estudantil (Prape) que tem o intuito de proporcionar auxílio financeiro aos estudantes dos cursos de graduação da universidade e que comprovem a sua vulnerabilidade econômica para a permanencia na instituição. O programa oferece auxilios moradia e alimentação que hoje estão no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) para moradia e R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) para

alimentação. Podem contar ainda com o auxílio das bolsas de extensão, apoio discente e de ensino oferecidas, esse auxílio pode chegar ao valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

2.4 Assistência Estudantil

A assistência estudantil é um mecanismo de direito social que tem por objetivo providenciar os recursos necessários para que o estudante tenha um bom desempenho acadêmico, e se desenvolva bem durante o período de sua graduação, diminuindo assim o índice de desistências e abandono da universidade.

Transita assim por todas as áreas dos direitos humanos, desde as condições ideais de saúde até os meios para a sua sobrevivência como moradia, alimentação, transporte.

A discussão sobre a assistência estudantil é de grande relevância, o Brasil é um dos países em que se verifica as maiores taxas de desigualdade social, fato visível dentro da própria universidade, onde um grande número de alunos que venceram a difícil barreira do vestibular já ingressou em situação desfavorável frente aos demais, sem ter as mínimas condições socioeconômicas de iniciar, ou de permanecer nos cursos escolhidos. Além do que, percebemos que a assistência estudantil pode ser trabalhada sob diferentes perspectivas: de um lado como direito, e de outro, como investimento. (VASCONCELOS, 2010, p. 407 apud ARAUJO, 2003, p. 99)

Desde a década de 30 a política de assistência estudantil é reconhecida no Brasil, a primeira tentativa de regulamenta-la foi em 1931 através do decreto 19.890, chamada de Lei Orgânica do Ensino Superior. Acaba tornando-se obrigatória na Constituição de 1946 através do Artigo 172 que dizia “cada Sistema de Ensino terá, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados, condições de eficiência escolar” (BARRETO, 2014, p. 30 apud BRASIL, 1946).

Em 1970 surge o Departamento de Assistência ao Estudante – DAE – criado pelo Governo Federal e vinculado ao MEC. O DAE tinha como objetivo priorizar os programas de alimentação, moradia e assistências medico-odontológicas, mantendo a política de assistência estudantil a nível nacional, porem acaba sendo extinto nos governos seguintes.

Uma pesquisa realizada pela FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Acadêmicos – nos anos de 1997-1998 e novamente em 2003-2004, analisava o perfil socioeconômico dos acadêmicos de instituições federais de ensino tendo como objetivo melhorar a elaboração dos programas de assistências a serem desenvolvidos pelas instituições.

Com base nos resultados da pesquisa foi solicitado que a Assistência Estudantil fosse incluída no Plano Nacional de Educação – PNE – sendo prontamente atendido pelo Deputado Nelson Marchezan, relator do PNE, determinando assim a adesão de programas de assistência estudantil que apoiassem os estudantes de baixa renda que obtivessem um bom desempenho acadêmico.

2.4.1 Plano Nacional de Assistência Estudantil

Em 1998 surge a primeira versão do Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – desenvolvida pelo FONAPRACE tinha como objetivo aumentar as condições de permanência e conclusão da graduação dos estudantes do ensino superior público federal, tendo como propósito: I - democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e, IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BARRETO, 2014, p. 34 apud BRASIL, 2010a). Ao longo dos anos o PNAES vai sendo aprimorado até que em 2008 ele é executado como política de governo.

Através do MEC, as universidades, faculdades e institutos mantidos pelo governo federal, passam a receber a verba, através do PNAES, para bancar as bolsas próprias, restaurantes universitários e as próprias moradias estudantis das instituições, que muitas vezes possuem suas próprias regras.

Segundo uma pesquisa realizada pelo FONAPRACE, de outubro a dezembro de 2010 cerca de 2,5% dos estudantes dependem das moradias estudantis sendo a sua maioria das classes C,D e E, sendo assim os que mais participam de programas de assistência estudantil.

O PNAES tem por objetivo apoiar os estudantes de instituições de ensino superior publica promovendo oportunidades que contribuam para que os estudantes permaneçam nas universidades.

2.5 A Função Social das Moradias Estudantis

As moradias estudantis possuem fundamental importância na formação social e política de seus usuários possibilitando a convivência com estudantes de diversos contextos sociais e ao estabelecerem esse convívio diário acabam criando um ponto fundamental na formação pessoal desses indivíduos.

Na história, as moradias estudantis, tinham papel importante na luta contra o regime militar no Brasil, pois eram nesses locais que se promoviam diálogos capazes de gerar mudanças na sociedade, era um local perfeito para o convívio coletivo, contribuindo assim para a construção de uma sociedade mais democrática.

Com efeito, as residências universitárias têm a capacidade de promover a democracia e a ética numa perspectiva de aceitação da diversidade cultural, sexual, racial, regional, política, cultural e artística, garantindo a dignidade e a liberdade individual de todos. (COSTA E OLIVEIRA, p. 8)

Essas residências acabam representando para os estudantes muito mais que um local de moradia, mas sim um lugar onde possam se identificar. Segundo Edward Relph “[...] lugar significa muito mais do que o sentido geográfico de localização. Não se refere a objetos e atributos da localização, mas à tipos de experiência e envolvimento com o mundo, a necessidade de raízes e segurança” (COSTA E OLIVEIRA, p. 8 apud RELPH, 1979, p. 1 – 25).

A convivência desses estudantes, das mais diversas áreas de formação, acaba possibilitando um maior conhecimento e democracia entre as pessoas que vão contribuir para suas vidas seja em âmbito pessoal, social ou até mesmo na formação acadêmica.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje em dia, no Brasil, milhares de estudantes saem de seus lares para entrar em uma universidade e normalmente se deparam com situações a qual não são acostumados e precisam se adaptar à nova realidade. É nessa hora em que a universidade precisa exercer seu papel na sociedade e oferecer um apoio estudantil e adaptar esses alunos ao ambiente acadêmico.

A moradia estudantil vem como um recurso de promover essa interação entre estudantes, possibilitando e desenvolvendo o aprendizado da vivência em grupo.

Esse tipo de empreendimento pode ser uma forma muito rentável para as universidades, pois é uma maneira de oferecer aos estudantes apoio e moradia de qualidade, contribuindo assim para o seu melhoramento acadêmico. Porém esse tipo de investimento não é visto dessa forma pelas instituições de ensino superior nem pelos órgãos competentes.

É preciso desenvolver um modelo de moradia estudantil que sirva de exemplo para as universidades, valorizando assim os estudantes. Esse projeto deve atender os estudantes provenientes de outros municípios, uma nova forma de moradia direcionada estritamente a estudantes, trazendo qualidade de moradia a essas pessoas e impulsionando a cada vez mais a novos estudantes ingressarem em uma universidade.

O município de Lages está cada vez crescendo mais e as instituições de ensino superior que possuem na cidade estão atraindo muitos estudantes de todas as regiões do país, porém ainda não conta com uma estrutura de moradia adequada para receber essas pessoas. A criação de uma moradia no município seria um diferencial que atrairia ainda mais estudantes e que impulsionaria a economia da região.

Uma moradia estudantil tem como objetivo principal proporcionar a essas pessoas condições adequadas de residência, um bom convívio social e um bom ambiente de estudos para que garantam a sua permanência na vida acadêmica.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARRETO, Dalton. Moradias Estudantis das Universidades Federais do Sul do Brasil: Reflexões Sobre as Políticas de Gestão Universitária. Disponível em www.repositorio.ufsc.br, acesso em 12 de maio de 2017.

BASTOS, Maycon Neykiel. O Município De Lages No Cenário Econômico-Industrial Da Região Serrana De Santa Catarina. Disponível em: www.repositorio.ufsc.br – acesso em 07 de julho de 2017.

COSTA, G. C. O.; OLIVEIRA, P. D. Moradias Estudantis: Uma política pública na consolidação do Direito à Cidade. Disponível em: www.lugarcomum.ufba.br – acesso 03 de julho de 2017.

GOETTEMS, Renata Franceschet. Moradia Estudantil Da Ufsc: Um Estudo Sobre As Relações Entre O Ambiente E Os Moradores. Disponível em: www.repositorio.ufsc.br – acesso em 31 de maio de 2017.

GOMES, C. M.; RAMOS, D. P.; DE SOUZA, E. S.; RAMOS, V. F. B. A Universidade e a Fundamental Importância da Moradia Estudantil como Inclusão Social. Disponível em www.unijpa.edu.br - acesso em 11 de maio de 2017.

SOBRINHO, Silvio Machado. Política De Assistência Estudantil: Uma Análise Dos Programas “Moradia Estudantil” E “Auxílio Moradia” Da UFSC. Disponível em: www.repositorio.ufsc.br – acesso em 31 de maio de 2017.

VASCONCELOS, Natalia Batista. Programa Nacional De Assistência Estudantil: Uma Análise Da Evolução Da Assistência Estudantil Ao Longo Da História Da Educação Superior No Brasil. Disponível em www.catolicaonline.com.br - acesso em 22 de maio de 2017.

A UFSC. Disponível em: www.estrutura.ufsc.br – acesso em 31 de maio de 2017.

Coordenadoria de Assistência Estudantil. Disponível em: www.prae.ufsc.br - acesso em 31 de maio de 2017.

Plano Nacional de Assistência Estudantil. Disponível em: www.portal.mec.gov.br - acesso em 10 de maio de 2017.

Revista Udesc 50 Anos – A Trajetória da Universidade dos Catarinenses. Disponível em www.udesc.br – acesso em 01 de junho de 2017.

Unifacvest está Entre as Melhores Instituições de Ensino Superior do Brasil. Disponível em: www.portal.revistavisao.com.br – acesso 04 de julho de 2017.

O DESENHO COMO EXPRESSÃO CRIATIVA - ARMAZÉM- ESCOLA CRIATIVA COMO CONVERSOR DE NÃO-LUGARES

Rafael Marcos Zatta Krahl¹

Tais Trevisan²

Lilian Louise Fabre Santos³

Fernando dos Santos Calveti⁴

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como proposta o Partido Geral de um complexo criativo-cultural, situado em um não-lugar, na cidade de Lages, Santa Catarina. O tema é uma relação entre três aspectos centrais desta reflexão ligados à Arquitetura e ao Urbanismo no projeto proposto: a criatividade, o desenho e as relações entre usuário-espço. Tem como objetivos gerais propor alternativas de uso e atividades para transformação de não-lugares, considerando o contexto local histórico, sociocultural, ambiental e econômico e, através de uma abordagem baseada no desenho como meio de expressão criativa, conceituar um equipamento que deve atuar em escala local como elemento articulador urbano e modificador espacial, com potencial de atuação como núcleo regional de criatividade e papel catalisador social. Busca também parametrizar ações e orientações projetuais para criar um conjunto de equipamentos em rede que amplifiquem as possibilidades do Complexo Criativo-Cultural, através do projeto de um núcleo mínimo que permita a expansão do programa de funções e atividades, bem como facilite sua replicação, possibilitando sua configuração em unidades móveis, edificação em terreno vazio ou associação a edificações pré-existentes.

Palavras-chave: Não-lugares; Complexo criativo-cultural; Desenho; Arquitetura; Espaço vivido;

ABSTRACT

The present Work of Conclusion of Course has as proposal the General Party of a creative-cultural complex, located in a non-place, in the city of Lages, Santa Catarina. The theme is a relation between three central aspects of this reflection related to Architecture and Urbanism in the proposed project: creativity, design and the relations between user-space. Its general objectives are to propose alternatives of use and activities for the transformation of non-places, taking into account the local historical, socio-cultural,

1 Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso
2 Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

3 Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em preservação do patrimonio cultural pelo instituto de patrimônio histórico e artistico nacional - iphan/rj.

4 Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em preservação do planejamento urbano e regional pela universidade federal do rio grande do sul - ufrgs.

environmental and economic context and, through an approach based on drawing as a means of creative expression, conceptualize an equipment that must act in local scale as urban articulating element and spatial modifier, with potential as a regional nucleus of creativity and social catalytic role. It also seeks to parameterize actions and design orientations to create a set of networked equipment that amplify the possibilities of the Creative-Cultural Complex, through the design of a minimum core that allows the expansion of the program of functions and activities, as well as facilitate their replication, making possible its configuration in mobile units, building on empty ground or association with pre-existing buildings.

Keywords: Non-places; Creative-cultural complex; Drawing; Architecture; Living space;

1. INTRODUÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como proposta o Partido Geral de um complexo criativo-cultural, situado em uma área subutilizada - aqui tratada como um não-lugar - na cidade de Lages, Santa Catarina. O Equipamento deve atuar em escala local como elemento articulador urbano e modificador espacial, com potencial de atuação como núcleo regional de criatividade e papel catalisador social.

O tema O desenho como expressão criativa - Armazém-Escola Criativa como conversor de não lugares é uma relação entre três aspectos centrais desta reflexão ligados à Arquitetura e ao Urbanismo no projeto proposto: a criatividade, o desenho e as relações entre usuário-espço. Faz-se um relato da forma como se relacionam os aspectos que formam o trabalho. Sendo assim, basicamente, como desenho do ato criativo, evidencia as conexões feitas entre as diferentes dimensões que permeiam o processo para se chegar à concepção do complexo criativo-cultural proposto. A construção do tema, a seguir, trata de alguns percursos desses anos de graduação, destacando ideias desenhadas a partir de intenções, conexões com a realidade e minhas próprias reflexões sobre identidade e o meu lugar no contexto da Arquitetura e do Urbanismo.

Trata-se, portanto, de mostrar um caminho possível de atuação, baseada em inquietações, na busca pelas respostas para os questionamentos do cotidiano, no estudo e observação da realidade na qual estamos inseridos, buscando propor soluções para melhorá-la. Como transformador da sociedade, o arquiteto-urbanista, independentemente de atuar com Arquitetura de menores dimensões físicas ou Arquitetura urbana na escala da cidade, deve ter o compromisso com a realidade e a consciência de que o seu trabalho é uma oportunidade, um caminho.

Numa realidade em que, nos diversos campos de atuação, sobressaem-se interesses de mercado, interesses políticos e particulares em detrimento das necessidades coletivas; há crescimento e surgimento de cidades sem planejamento, desigualdades sociais agravadas, demandas esquecidas, patrimônio cultural que se perde, necessidades urgentes e, junto, poucos recursos disponíveis.

No caminho que se busca o arquiteto exerce o papel de protagonista e conciliador. Assim como o maestro rege uma orquestra, ou mesmo, um representante de Estado deveria coordenar diferentes aspectos de um país, o arquiteto-urbanista deve

buscar o equilíbrio e a solução dos diversos conflitos inerentes à prática da profissão nesse contexto - interesses particulares e coletivos, meio acadêmico e mercado, inovação e tradição, desenvolvimento e sustentabilidade - por meio de uma postura ética, honesta, de engajamento, consciente e Multidisciplinar que, por fim, possibilite tornar a Arquitetura e o Urbanismo acessíveis, coletivos e eficientes para melhorar a qualidade de vida das pessoas.

A partir disso, o complexo criativo-cultural proposto, bem como seu processo de concepção – desde a conceituação do mesmo até a formulação do partido arquitetônico - buscam abrir caminhos para a reflexão sobre o fazer arquitetônico em Lages.

1.1 Construção do tema

A maneira como reagimos às situações e acontecimentos da vida traduz nossa visão do mundo. Como seres humanos, temos a capacidade de perceber o meio em que vivemos, interpretá-lo e, assim, agirmos em relação a ele, adaptando-nos ou o modificando. Originada no latim, a palavra perspectiva - per (através, por completo), specere (observar, ver) e ativo (relação ativa ou passiva) – significa “ver através de” e, ao longo da vida, nossas capacidades permitem que criemos diferentes perspectivas a respeito daquilo que nos cerca e, baseados nisso, decidamos o que fazer com os impulsos recebidos.

A busca pelo conhecimento, então, torna-se um desbravar dessas perspectivas, num ciclo dinâmico de construções e desconstruções,- questionamentos, teses, antíteses e sínteses. Estando inseridos num contexto globalizado, conectado e de transformações cada vez mais rápidas, vivemos a constatação de que a modernidade é líquida de fato, como sugere Zygmund Bauman.

Fazem parte dessa dinâmica as incertezas e agonias que surgem, principalmente, nas situações em que não sabemos o que fazer – na ausência de normas, no caos ou diante do “novo” – e colocam a nossa frente momentos e possibilidades transformados em acomodação ou libertação. Para o estudante de Arquitetura e Urbanismo, ou qualquer criativo, esses momentos de decisão surgem logo que se inicia processo de criação e tornam-se frequentes a partir de então.

Neste contexto, somos desafiados a rever conceitos ou aprofundá-los – pessoal e profissionalmente – e, assim, tornamos o processo de aprendizado uma prática para a vida inteira. Isso se relaciona com Arquitetura e Urbanismo pois estes também, no que têm de construção, são processos de desenvolvimento que conduzem a soluções e, nunca podem ser entendidos apenas pelos seus produtos finais.

Dizer que a Arquitetura nos escolhe não é difícil, posto que, por estar tão presente em nosso dia-a-dia, é parte das nossas vidas em todos os momentos, do almoço em família, no caminho para o trabalho, até os espaços produtivos e nos destinados ao lazer, por exemplo. De forma consciente ou inconsciente influencia e modifica a forma como nos comportamos em relação ao meio. Ao optarmos, no entanto, por seguirmos um caminho em busca de sua compreensão e, então, ação como realizadores e pensadores dela, duas dimensões foram importantes para que o “aprender Arquitetura e Urbanismo” viesse a se tornar o “pensar/ fazer Arquitetura e Urbanismo para o aprender e para a criatividade”: a dimensão expressiva, como espontaneidade própria da arte, e a dimensão representativa do desenho, que subentende escolhas e intenções.

Sobre a graduação pode-se fazer uma analogia ao percurso em direção a algo. Em determinado ponto, durante esse percurso, é possível ver o alvo; em seguida, momentaneamente, este alvo é ocultado da visão por um anteparo, só voltando, então, a ser avistado novamente por um ângulo diferente, que revela novos detalhes. Para mim, estes diferentes “ângulos” possibilitaram formar uma compreensão sobre Arquitetura e Urbanismo e, através das reflexões, inquietações, curiosidades, buscas e conclusões durante esse ciclo, o tema deste trabalho foi se desenhando.

Um das questões centrais para a definição do tema foi o desenho. Primeiramente, entendido como ferramenta fundamental da Arquitetura e do Urbanismo, pois auxilia a compreensão da realidade, facilita o pensamento visual e a imaginação, num processo dinâmico e criativo de transformação das imagens mentais criadas durante o processo projetivo em abstrações e representações de ideias.

A criatividade é parte norteadora de todo o trabalho, principal aspecto de articulação entre os demais aspectos do tema, entre problemáticas e justificativas, entre as inquietações e reflexões, e entre conceitos e partido do projeto. Particularmente, acredito na importância do estudo da criatividade e sua desmistificação como fenômeno exclusivo dos loucos, rebeldes, gênios ou, ainda, como algo que não possa ser aprendido. A criatividade, não apenas aplicada em Arquitetura e Urbanismo, mas em diversos campos - e para a vida - amplia as possibilidades das pessoas, permitindo novas perspectivas e conexões, sendo, portanto, fundamental para a mudança de conceitos e percepções.

Outra questão importante nesta construção de tema e que motivou as reflexões sobre espaço, lugar, não-lugares e a relação das pessoas com estes, foi a identificação de grandes áreas na cidade de Lages abandonadas e subutilizadas, neste trabalho especialmente destacadas as que estão inseridas no ambiente urbano.

Não diferente do que ocorre em outras cidades de porte parecido, esses vazios urbanos possuem dimensões relativamente grandes, encontram-se desconectados da malha urbana e do cotidiano das pessoas que vivem na cidade, sujeitos a ocupações irregulares, e, no caso de terrenos nos quais existem edificações, estas - sem uso nem manutenção - ficam expostas aos desgastes provocados pelas intempéries e pela ação do tempo.

Além disso, estas grandes áreas subutilizadas não atendem ao princípio da função social da propriedade urbana e nem contribuem para que se cumpra a função social das cidades conforme orienta a Lei nº 10.257/2001, conhecida como Estatuto da Cidade. Segundo o Estatuto, considera-se como subutilizado o imóvel cujo aproveitamento é inferior ao mínimo definido no plano diretor ou em legislação dele decorrente.

A lei também define que a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, e, também dá diretrizes legais para que isso possa ser feito.

Outra questão importante para delimitação do tema é o interesse particular e inquietações relacionadas às expressões culturais e seus espaços de produção e manifestação na cidade de Lages. Primeiramente, diferente do discurso considerado oficial, no qual predominam tradições gaúchas, há uma diversidade cultural na cidade, consequência da ocupação de Lages e região por diversos grupos étnicos. Esses grupos migraram

para a região atraídos pelas atividades econômicas, durante o ciclo da madeira (1940-1970), ou foram incentivados por políticas dos governos locais. Com isso, houve a formação de alguns núcleos de colonização e muitos destes grupos assimilaram aspectos culturais dos grupos locais, conhecidos como “caboclos”.

Os espaços de produção e manifestação das expressões culturais locais estiveram condicionados ao discurso no qual predominam características culturais criadas como identidade dos grupos da elite local, detentores do poder político e econômico. Como explica Peixer (2002), “os desejos e projetos de modernidade faziam parte dos discursos da elite dominante em Lages (...) investiram na cidade (casas e prédios), mas investiram, principalmente, num estilo de vida, na constituição e aquisição de capital simbólico que os permitia diferenciar-se de outros grupos locais”.

Já no auge do ciclo madeireiro (1960-1970), embora novos grupos econômicos ligados à atividade madeireira chegassem à cidade, a hegemonia política e cultural dos setores econômicos tradicionais continuava articulada nos meios de comunicação, espaços sociais, espaços públicos, religiosos e a administração pública. Com a disseminação do estilo art déco, reforçou-se esse discurso da elite, que aproveitava o momento para ser percebida como agente principal das mudanças na cidade.

Percebe-se que os grupos populares, principalmente, e os demais grupos que não estavam inseridos na rede de alianças dominante da cidade ficavam fora dos espaços de decisão política, dos espaços de manifestação e acesso à cultura e também dos relatos históricos documentados pelos jornais da época. Hoje, embora as relações tenham se modificado e novos agentes participem da dinâmica da cidade, ainda são fortes as influências dos interesses de determinados grupos nas decisões sobre o espaço urbano, discursos de progresso e identidade cultural. Essas leituras e observações deixam evidente a existência de um conservadorismo cultural, que de certa forma, não permite novos referenciais culturais, nem valoriza a diversidade cultural da região. Este estado estático da cultura local consequentemente impede o enriquecimento dessas manifestações através do dinamismo das trocas com outras culturas, impõe obstáculos à interação com novas tecnologias e costumes da atualidade e cria certo isolamento cultural, social e educacional da cidade em relação à produção cultural, tecnológica e de conhecimento contemporânea que se desenvolve em outras cidades de porte parecido, grandes centros e no mundo.

Como define Chauí (2008), “graças às análises e críticas da ideologia, sabemos que o lugar da cultura dominante (...) é o lugar a partir do qual se legitima o exercício da exploração econômica, da dominação política e da exclusão social”. A ausência de literatura relacionada a outros grupos sociais e suas culturas e o contexto de relações baseadas nos interesses da elite local demonstram que existe uma barreira ao acesso à cidade e seus espaços. Pode-se dizer que se estabelece uma forma de segregação social e cultural, caracterizada pelo preconceito, na maioria das vezes velado, entre grupos sociais de diferentes origens. Como efeito, isso limita o acesso aos espaços de manifestação e produção cultural à minoria da população.

1.2 Justificativa

O papel do arquiteto na sociedade, enquanto pensador e um dos agentes transformadores do espaço, deve ser o de promotor de transformações sociais, uma característica que é da própria natureza da profissão, porém, se outrora já foi mais marcante e

efetiva em sua atuação, atualmente, em muitos contextos, é ofuscada por outros fatores, interesses e agentes – isso, quando não se torna desvinculada de sua figura.

Esse cenário pode ser diferente, à medida que a distância entre o arquiteto e a porta do seu escritório seja reduzida, ou seja, com o contato com a comunidade, através da compreensão dos múltiplos aspectos relacionados a ela. A Arquitetura tem o espaço habitado como seu objeto de estudo e matéria-prima para criação e, sendo assim, vem, através das mãos de seus “mestres” - como se refere

Benevolo (2012) aos arquitetos seu redor. Ou seja, ligado a esse ambiente estão mais do que os aspectos físicos, existem aspectos referentes às formas de organização social de tal época, tradições e costumes, valores morais defendidos e o contexto econômico.

No contexto, da sociedade atual, o conceito de não-lugar, como será explicado no capítulo “Teoria e conceituação”, define a materialização das relações entre indivíduos e espaços desta época.

Neste sentido, este trabalho compreende, primeiramente, a questão dos não-lugares e a relação que as pessoas não têm com esses vazios urbanos como primeira oportunidade de intervenção do projeto proposto. Busca solucionar isso através da ocupação do espaço, usos públicos, reinserção e integração com a malha urbana consolidada.

Em relação ao contexto cultural local, o Complexo suprirá uma demanda regional por espaços projetados e configurados para desenvolver e estimular a criatividade através de uma atuação dinâmica, incentivando a produção e difusão de saberes e conhecimentos, valorizando a diversidade cultural, acompanhando a cultura e contexto da sociedade, além de disponibilizar espaços para atender a diferentes públicos e recursos para o suporte multimídia.

A estratégia pretendida é uma abordagem de projeto contemporânea, cuja manifestação arquitetônica extrapola seu campo específico de atuação e incorpora reflexões sobre comportamento, espaço, cidade e esfera e artistas - sendo agente transformador da sociedade.

No que tem de transformadora, a Arquitetura tem a capacidade de modificar - e, conseqüentemente, mudar aqueles a quem se destina sua ação: seus usuários e habitantes, a sociedade. Quando se analisam o ambiente arquitetônico e urbanístico, analisa-se a manifestação mais representativa das atividades humanas. São a expressão do modo como a sociedade vê, age, sente e pensa o mundo a pública. Considerando o lugar, não mais como uma localização, mas como uma rede dinâmica, propõe-se parametrizar ações e orientações projetuais para criar um conjunto de equipamentos que amplifiquem as possibilidades do Complexo Criativo- Cultural, aumentando os pontos de influência na cidade, através da laboração de um núcleo mínimo de funções que possa ser configurado em unidades móveis, edificação em terreno vazio ou associação a edificações pré-existentis, como será o caso do edifício principal, que será desenvolvido de forma mais aprofundada neste trabalho.

Através da criatividade, cultura, arte, do estímulo à geração de ideias, da pesquisa, compartilhamento de saberes e experimentação, acredita-se que há um potencial de desenvolvimento e transformação social, ampliando as possibilidades das pessoas, permitindo novas perspectivas e conexões, sendo o equipamento proposto, portanto, um importante ponto de discussão, criação e implementação de mudanças no cotidiano das comunidades.

2. TEORIA E CONCEITUAÇÃO

2.1 Cultura, produção cultural e centro cultural

A palavra cultura tem origem no verbo latino colere, que significa o cultivo, o cuidado. Era concebida como uma ação que conduz à plena realização das potencialidades de alguma coisa ou de alguém; era fazer brotar, frutificar, florescer e cobrir de benefícios, como define Chauí (2008).

Para compreender a concepção atual de cultura é necessário, antes, entender que, no decorrer da história, a palavra recebeu diversos sentidos e interpretações, de acordo com o contexto histórico, social e econômico em que se encaixava. No século XVIII, com a Filosofia da Ilustração, a palavra cultura, após ser perdida, ressurgiu como sinônimo de civilização.

Com o Iluminismo, é considerada o padrão ou o critério que mede o grau de civilização de uma sociedade, conceito diretamente ligado à ideia de evolução ao longo do tempo, ou seja, progresso.

Assim, o progresso de uma civilização era avaliado pela sua cultura, do mesmo modo que se avaliava a cultura pelo progresso que trazia a uma civilização. Esse conceito de caráter político e ideológico, reaparece no século XIX, com o início da antropologia, estabelecendo, então, como padrão para medir o grau de progresso das culturas a Europa capitalista.

Nesta concepção, todas as sociedades que desenvolvessem formas de troca, comunicação e poder diferentes do o mercado, da escrita e do Estado europeus foram definidas como culturas “primitivas”. A partir do século XIX, sobretudo com a filosofia alemã, a ideia de cultura é ampliada, desfazendo a ideologia etnocêntrica e imperialista anteriormente aceita, incorporando a dimensão humana da cultura, que relaciona linguagem, trabalho e simbolismo, e introduzindo a noção de diversidade cultural a partir da definição de que cada cultura manifesta, de maneira historicamente determinada e materialmente determinada, a ordem humana simbólica com uma individualidade própria ou uma estrutura própria.

Sendo agora entendida como: (...) produção e criação da linguagem, da religião, da sexualidade, dos instrumentos e das formas do trabalho, das formas da habitação, do vestuário e da culinária, das expressões de lazer, da música, da dança, dos sistemas de relações sociais, particularmente os sistemas de parentesco ou a estrutura da família, das relações de poder, da guerra e da paz, da noção de vida e morte. (CHAUI, 2008)

A abrangência da noção atual de cultura esbarra, nas sociedades modernas, pelo fato de serem, justamente, sociedades e não comunidades. O mundo moderno desconhece a comunidade: o modo de produção capitalista dá origem à sociedade marcada pela existência de indivíduos, separados uns dos outros por seus interesses e desejos. Enquanto a marca da comunidade é a indivisão interna e a ideia de bem comum, a da sociedade é o “isolamento, fragmentação ou atomização de seus membros”. Dessa forma, aquilo que faz com que ela seja sociedade, é a divisão interna, que, por sua vez, marca a existência da divisão social, isto é, da divisão de classes. (Chauí, 2008)

Logo, diante de uma sociedade dividida em classes, é impossível manter o conceito de cultura como expressão da comunidade indivisa, pois a sociedade de clas-

ses, consequentemente, institui a divisão cultural e, seja qual for o termo empregado para essa divisão, o que se evidencia é a separação entre aquilo que se convencionou chamar de cultura formal e cultura popular, que corre espontaneamente na sociedade, elaborado pelas classes populares e, em particular, pela classe trabalhadora, como repetição ou como contestação da cultura dominante, dependendo das condições históricas e das formas de organização populares. O surgimento da cultura de massa ou da indústria cultural reforça a divisão cultural, que tende a ser ocultada para isso. A indústria cultural separa os bens culturais em obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e obras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa.

Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural acentua a divisão social acrescentando-lhe a divisão entre elite “cultura” e massa “inculta”. Ao mesmo tempo, a cultura de massa cria a ilusão de que todos têm acesso aos mesmos bens culturais. No entanto, há uma seleção prévia do que cada classe e grupo sociais pode e deve ouvir, ver ou ler. Marilena Chaui (2008) exemplifica:

“Se compararmos, numa manhã, cinco ou seis jornais, perceberemos que o mesmo mundo - este no qual todos vivemos - transforma-se em cinco ou seis mundos diferentes ou mesmo opostos, pois um mesmo acontecimento recebe cinco ou seis tratamentos diversos, em função do leitor que a empresa jornalística tem interesse (econômico e político) de atingir”.

Outra característica da indústria cultural, é sua finalidade: vender cultura. Para vendê-la, deve seduzir e agradar o consumidor, e, para isso, não pode chocá-lo, provocá-lo, fazê-lo pensar, trazer-lhe informações novas que o perturbem. Cria, então, o “espectador médio”, ao qual são atribuídas capacidades mentais, conhecimentos e certos gostos “médios”, oferecendo-lhes produtos culturais “médios”, que, na verdade, são o senso-comum cristalizado, ou seja, aquilo que o espectador já sabe, já viu ou já fez, mas lhe é devolvido com cara de coisa nova. Por outro lado, a cultura adquire definição de lazer e entretenimento, que para Arendt é uma necessidade vital dos seres humanos. Porém, Chaui (2008), compreende que, ao se tomar a cultura como criação e expressão das obras de pensamento e de arte, o que a distância do entretenimento é o trabalho, ou seja, movimento de criação do sentido; a ação de revelar o que se esconde sob as experiências vividas ou cotidianas; a cultura é um direito do cidadão, de acesso aos bens e obras culturais, de fazer cultura e de participar das decisões sobre a política cultural. A indústria cultural, entretanto, nega esses traços da cultura, se apropria das obras culturais para consumi-las, logo, tornando-as espetáculo e, então, os meios de comunicação de massa transformam tudo em entretenimento – das guerras às obras de arte e de pensamento, no chamado mercado cultural.

Segundo as ideias de Eduardo (2007), o centro cultural está diretamente ligado à realidade em que está inserido, de forma que sua concepção é “um recorte da realidade” e não sua visão por inteiro. Por isso, “quanto maior a clareza deste recorte”, melhor a compreensão da atuação do centro cultural.

Conforme Coelho Neto (1986) e Milanese (1991) citados por Eduardo (2007), o raio de atuação de um complexo cultural seria a cidade, em uma relação na qual a

própria cidade pode ser vista como um centro de cultura, o que a tornaria viva, em mutação, integrando passado e presente, no sentido de melhorá-lo. O que significa dizer que centro cultural e cidade são partes integrantes uma da outra: [...] a cidade é a realidade e nela se instala um centro cultural. Esse centro não deve refletir apenas a cultura popular ou erudita, deve ser um espaço dinâmico e pertencer à cidade, isto é, ser frequentado pela maior parte dos habitantes e não fazer distinção entre eles; deve ser o local da cultura viva, que permita a formação de uma consciência sobre a realidade, que é a cidade e pode oferecer seus serviços(...). (NUNES apud SILVA, 1995, p.87)

A instituição seria apenas um instrumento: o conhecimento pronto e acabado não tem vez em um local vivo, dinâmico, sempre debatendo e refletindo sobre as questões emergentes dentro do seu âmbito de atuação. Como lugar público e político, deve ser ponto de encontro para trocas de ideias e debates, onde a liberdade de expressão se faça presente, semelhante ao espaço e propósito das ágoras, na Grécia antiga.

De acordo com Passos apud Silva (1995), um centro cultural pode ser caracterizado, segundo o museólogo holandês Peter Van Mensch, como um organismo de informação que: Visa reunir bens culturais e colocá-los à disposição do público. Neste ponto, fica assegurada a ideia de preservação. Entretanto, ele quer mais, quer ser um espaço de criação de novos bens. Isto garante a sua funcionalidade. Ao reunir os bens culturais pode se promover também a sua reinterpretação. O conhecimento adquire um caráter dinâmico. Não se trata somente da memória, mas da consciência dela, tornando -a viva.

Tudo passa a ser informação. Por fim, centro cultural seria: (...) uma instituição contemporânea que tenta responder ao ritmo social, constituindo-se da diversidade das manifestações culturais existentes, sendo sempre renovada, incentivando produções culturais, proporcionando espaços e recursos, continuando com o objetivo primordial das outras instituições, que é o de recuperar a informação, dispô-la e preservá-la, a fim de manter uma unidade social. Contudo, há a preocupação dessa ação, dentro dos centros culturais, de não se resumir a pura passagem da informação. Ele quer mexer no usuário, tocá-lo, fazer com que ele sinta a informação, e se incomode com ela, eliminando uma atitude passiva de assimilação (OCAMPO apud SILVA, 1995. p. 214).

Trata-se de um espaço historicamente condicionado; um espaço-território onde se processam relações culturais, as quais são mediatizadas pelos bens culturais. Para Silva (1995), o espaço de relação é destacado aqui, porque “cultura não é ter; cultura é ser”. A cultura não está na coisa, mas sim na relação que se mantém com ela. Logo, como a cultura estaria em uma relação, o centro cultural inevitavelmente seria um espaço de relação com as coisas. Essas coisas, seriam os bens artísticos e culturais.

2.2 Desenho como expressão criativa

Um dos aspectos centrais do tema proposto é o desenho. Como meio de organização e expressão de pensamentos e percepções, é, portanto, uma ferramenta prática para formular e trabalhar problemas de projeto, como conceitua Ching (2012). Unwin (2013) considera o desenho essencial, pois a Arquitetura se manifesta fisicamente e como representação. “É impossível (...) construir todas as ideias de arquitetura que você encontrar ou tiver, mas, em geral, pode desenhá-las”. O autor destaca a importância dos cadernos de croquis, nos quais é possível coletar e experimentar com esboços as ideias

e formas da arquitetura. O cérebro processa as imagens que vemos de forma que os impulsos de energia luminosa são recebidos através da retina e, no cérebro, são extraídas suas características visuais básicas para, com base nelas, serem feitas deduções sobre o mundo. A percepção visual busca características que se encaixem em nossa imagem do mundo, limitando o significado e a compreensão dos modelos recebidos, ou seja, busca padrões e, por isso, pode ser considerada uma criação mental. “Uma figura em nossa mente, não é baseada apenas nos impulsos extraídos da imagem que se forma na retina, mas também é formada a partir dos interesses, do conhecimento e das experiências que cada um de nós agrega ao ato de ver”. Francis Ching (2012).

Normalmente, não vemos tudo aquilo que somos capazes de enxergar. Nossa visão é direcionada por noções preestabelecidas daquilo que acreditamos estar lá fora, o que torna nossa vida mais simples e segura, pois podemos selecionar apenas aqueles estímulos que fornecem informações pertinentes a necessidades momentâneas. Essa seleção conduz ao uso coletivo de imagens estereotipadas e de clichês visuais, rotulações que evitam o caos, mas também impedem que olhemos com estranhamento o que reconhecemos como familiar. Por isso, experimentar e examinar o mundo visível de maneira direta, por meio do desenho, nos torna mais conscientes da dinâmica da visão, de forma que potencializamos também os outros sentidos. Torna-se um exercício de pensamento visual que permite que exploremos a realidade e possamos entendê-la melhor. O desenho de observação *in loco* possibilita essa investigação direta do mundo e é um método clássico de desenvolver a coordenação entre olhos, mente e mão.

O pensamento visual está baseado na capacidade da mente de recriar e relembrar imagens e na capacidade de formar, explorar e recombinar imagens, além dos limites naturais de espaço e tempo. A imaginação permite tanto a noção histórica quanto elaborar planos para o futuro, estabelecendo pontes visuais entre passado, presente e futuro.

Desenhar é uma extensão natural e necessária do pensamento visual. À medida que a imagem mental guia o movimento dos olhos e da mão no papel, o desenho que emerge simultaneamente se funde com a imagem em nossa mente e outros pensamentos vêm à mente, integrando-se ao processo de imaginar e desenhar. O ato de desenhar, portanto, é um processo dinâmico e criativo, em que o pensamento, ao mesmo tempo, que é influenciado pelo desenho, dá a ele direção.

Assim, a representação gráfica estimula a imaginação a progredir, sendo essencial nas fases iniciais e de desenvolvimento de um projeto. Para o arquiteto e urbanista, aprender a ver as coisas como se fôssemos desenhá-las possibilita a experiência de vários fenômenos visuais, apreciar a singularidade das coisas e criar uma consciência mais crítica e intensa do mundo. Ainda que os meios eletrônicos desenvolvam e ampliem os métodos tradicionais de desenho, nos permitindo transferir ideias ao monitor do computador e desenvolvê-las em modelos tridimensionais (maquetes eletrônicas), o desenho continua sendo um processo cognitivo que envolve o olhar acurado e a reflexão visual. (Ching, 2012)

Embora exista o entusiasmo pelas novas ferramentas tecnológicas, durante o processo de parametrização das soluções em sistemas CAD, por exemplo, pode ocorrer a simplificação digital da proposta inicial, isto é, pode-se perder a relação da percepção, da cognição e da expressão flexibilizadas nas ações do arquiteto. Atualmente, existem alternativas tecnológicas que auxiliam o processo criativo e integram métodos tradicio-

nais com meios digitais, como por exemplo os tablets, mesas digitalizadoras, os recentes cadernos ou pastas inteligentes que transformam anotações e desenhos analógicos em versões digitais através de conexões bluetooth com smartphones e tablet, além de aplicativos e softwares que simulam traços de diferentes materiais e técnicas. Estes, integrados às facilidades de armazenamento em nuvem e compartilhamento, permitem que o processo projetivo possa ser feito também digitalmente.

Para Botasso e Vizioli (2015), ao mesmo tempo, que se deve ter o desprendimento para aceitá-las, é necessário ter cautela com a euforia em relação às tecnologias digitais. Para Montenegro (2016), a tecnologia pode trazer benefícios em relação à velocidade e comodidade, mas, por outro lado, pode ser uma ilusão, pois pode levar o projeto a se transformar em mera montagem de pedaços com conexões físicas, mas sem relação de continuidade ou unidade.

Eduardo Souto de Moura, em entrevista dada à Revista EGA (2007 apud BOTTASSO; VIZIOLI, 2015) afirma que “o computador é como um lápis, por si mesmo não desenha”. Para ele, o desenho é a expressão de uma atividade mental, que pode ter suportes físicos distintos, mas a conexão entre corpo, mente e expressão ainda é dada pelo processo analógico – o desenho feito à mão. Os meios digitais podem dar suporte e continuidade a esta primeira etapa, mas, o esboço ainda é ferramenta insubstituível no processo projetivo.

A criatividade envolve uma interação de características pessoais, como habilidade de pensamento e raciocínio, e características do ambiente, como valores culturais, sociais e oportunidade para expressar novas ideias. Os estudos pioneiros definem a criatividade como a capacidade de produzir ideias novas ou originais com propósito definido e que contribuam para uma solução. Assim, gera novidade, ideias e soluções úteis para resolver problemas e desafios rotineiros, resultando em invenções ou produtos com valor científico, técnico, social ou estético.

As definições do ato criativo evoluíram da visão filosófica, que considerava criatividade como inspiração divina; passando pela associação à loucura; ao ato intuitivo, no Renascimento; até a criação como força vital, influenciada pela teoria da evolução de Darwin; sendo tratada de forma mais científica apenas no século XIX, com o desenvolvimento da psicologia, como apresenta Kneller (1978, apud KOWALTOWSKI, 2011, p.24). Os conceitos modernos de criatividade são formados pela associação de ideias simples que evolui para as mais complexas, o chamado associacionismo; pela teoria gestáltica, segundo a qual o cérebro percebe, decodifica e assimila um conceito ou imagem pela percepção do todo; e pela psicanálise, que relaciona criatividade à imaginação ou representação mental, originando-se de um conflito no inconsciente. De Masi (2000) afirma que a criatividade hoje é um fenômeno social, fruto de ideias coletivas, pois existe um fluxo de informação tão grande que as interações de ideias e experiências são contínuas, de forma que não é mais possível saber de quem partiram. Neste contexto, a criatividade é ao mesmo tempo uma heteropoiese, ou seja, o indivíduo adquire materiais de outros, e uma autopoiese, ou seja, o indivíduo reelabora as informações em sua mente até chegar a uma visão nova.

No final dos anos 1940, Guilford (1968 apud KOWALTOWSKI, 2011) desenvolveu um modelo do pensamento humano que serviu de fundamento à pesquisa moderna sobre criatividade. Sua teoria afirmava que a inteligência não refletia necessariamente a aptidão cognitiva de uma pessoa nem sua habilidade na busca de soluções

criativas, mas que havia uma distinção entre dois padrões de pensamento: o convergente e o divergente. O pensamento convergente visa diretamente a uma única possibilidade correta de solução para determinado problema. É o tipo de habilidade mensurada de maneira relativamente confiável em testes de Q.I. (Quociente de Inteligência). O pensamento divergente ou lateral, por sua vez, supera os esquemas mentais já arraigados para trilhar novos caminhos e encontrar respostas inusitadas, às quais se chega por associações muito amplas, com a finalidade de produzir diversas soluções possíveis. Portanto, o pensamento convergente busca um método ou padrão conhecido e convencional para solução de um problema, gerando uma única solução correta, enquanto o divergente se move em várias direções em busca da resposta, o que produz uma gama de soluções adequadas.

De Bono (1994) explica o pensamento lateral e relacionando-o ao processo de percepção, que, como já descrito anteriormente, busca identificar padrões. Uma vez estabelecidos, esses padrões permitem o reconhecimento das coisas e quando acionados, interpretamos as coisas tendo como base experiências anteriores. Como seriam necessários inúmeros padrões para se lidar com todas as situações, o autor explica que: “O cérebro cuida deste problema de forma muito simples. Assim como os rios, os padrões têm grande área de drenagem. Isso significa que qualquer atividade dentro dessas áreas é instável e irá levar ao padrão estabelecido”. Ou seja, através do estabelecimento e uso dos padrões, é possível reconhecer a maioria das situações e, conseqüentemente, o máximo que se consegue encontrar são ideias já existentes. O pensamento lateral, então, é uma técnica de mudança de padrões, a partir do qual desenvolve-se toda a base teórica sobre a necessidade lógica da criatividade, que para De Bono, se origina a partir do fenômeno da assimetria.

Os traços característicos do pensamento criativo são destacados por Guilford (1968), citado por Kowaltowski (2011), como:

- Fluência: aspecto quantitativo das ideias, ou seja, quantidade de ideias diferentes sobre um mesmo assunto.
- Flexibilidade: capacidade de alterar o pensamento ou conceber diferentes categorias de respostas.
- Originalidade: aspecto qualitativo da ideia, ou seja, habilidade em conceber respostas pouco frequentes ou incomuns.
- Elaboração: facilidade em formular e acrescentar detalhes a uma ideia.
- Sensibilidade para problemas: capacidade de perceber uma tarefa e ao mesmo tempo identificar as dificuldades associadas a ela.
- Redefinição: perceber questões conhecidas sob um novo ângulo.

A decomposição de um problema sob aspectos parciais muitas vezes ajuda a vê-lo sob uma luz totalmente nova. Para De Bono (1994), há uma relação entre informação e criatividade. As ideias criativas não surgem do nada, mas precisam ser criadas a partir do conhecimento anterior, dependem da bagagem de experiências sensoriais e intelectuais. Quanto maior o número de informações, a necessidade de pensar fica cada vez maior, pois é necessário extrair sentido destas informações, porém, isso, por si só, não gera ideias novas e a criatividade é necessária para formular hipóteses, que darão uma nova forma de olhar. Sem criatividade não é possível mudar os padrões, integrar novas informações àquelas já existentes, reestruturando conceitos e percepções. Existem pelo menos cinco fases no processo criativo:

- Apreensão: surge o impulso de resolver um problema ou aplicar uma ideia;
- Preparação: investigação do objeto de pesquisa para familiarizar-se com o problema e analisar pontos fortes e fracos, erros e acertos.
- Incubação: fase mais longa e, em parte, inconsciente, de conexão entre as ideias surgidas na preparação; gestação das soluções através de recombinação, memorização, distanciamento, rejeição de hipóteses.
- Iluminação: resolução do problema pela reestruturação imediata da percepção e dos elementos e integração das ideias (inspiração).
- Verificação: revisão e análise crítica. Julgamento e experimentação da solução criada.

Segundo Kowaltowski (2011), as novas ideias surgem a partir da combinação do conhecimento, dos produtos e processos conhecidos. Se não forem usadas técnicas especiais para estimular a criatividade, as soluções criativas surgem de modo acidental, quando se enxerga o problema de um modo novo ou se aplica a lógica, mas isso pode tomar muito tempo até que se alcance um resultado satisfatório. Por outro lado, através do uso de técnicas de apoio ao processo criativo, pode-se deliberadamente iniciar a reflexão sobre um problema num processo mais rápido e eficaz. Muitas pessoas aplicam inconscientemente métodos que estimulam a criatividade, mesmo não tendo sido formalmente treinadas a utilizá-los. Através de um treinamento formal, porém, é possível desenvolver um contínuo processo de investigação, questionamento e análise que leva a soluções mais criativas e melhores. Ao se aplicar conscientemente estas técnicas, pode-se também maximizar as chances de soluções criativas acidentais e deliberadas. A apreensão destes métodos conduz a um constante aperfeiçoamento e a uma flexibilidade mental que facilita a resolução de problemas (CLAYTON, 2006 apud KOWALTOWSKI, 2011).

Entretanto, a criatividade não é encorajada à maioria das organizações e indivíduos, seja na vida familiar, escolar ou profissional, e poucas pessoas conhecem as técnicas de estímulo ou desenvolvem habilidades particulares para isso. Kowaltowski (2011) descreve que o início dos estudos sobre métodos de projeto, na década de 1960, tinha como objetivo diminuir a subjetividade, aplicando o conhecimento científico e a tecnologia de maneira produtiva. No processo criativo de arquitetura, não existem métodos rígidos ou universais, embora existam alguns procedimentos comuns, os métodos, em geral, são individuais, informais ou, seguem escolas de regras estéticas.

No ensino superior de Arquitetura e Urbanismo, segundo Kowlatowski (2011), raramente, adota-se práticas que favoreçam a criatividade. Em geral, os professores só aplicam o conhecimento comum, de forma convencional. Segundo Lawson (1997 apud BIANCHI, 2008) e Veloso (2005, apud BIANCHI, 2008), a ênfase no ateliê de projeto tende a ser no produto, em termos de produção visual e gráfica, e não no processo. Ao invés de adquirir teoria e aplicá-la, o aluno aprende a costurar o projeto. Assim, esforça-se para atingir uma solução de projeto, mas deixa de lado o desenvolvimento de um método pessoal de resolução dos problemas. Uma maquete, por exemplo, muitas vezes é vista pelo estudante apenas como uma tarefa a cumprir, e não como um método de projeto. Para desenvolver autonomia no aprendizado, o estudante precisa, além de aprender como julgar sua própria produção, também aprender como avaliar e melhorar seu processo de aprendizado em cada projeto (NICOL & PILLING, 2000 apud BIANCHI, 2008) e, para isso, é necessário compreender o processo de projeto

e não só o produto final. Ao compreender seus próprios processos e metodologias, a criatividade e qualidade dos procedimentos e resultados são potencializadas e esse conhecimento, então, pode ser aplicado em qualquer campo de atuação, abrindo seu leque de oportunidades.

Em arquitetura, há grande quantidade de variáveis - questões técnicas, fatores econômicos e funcionais, questões estéticas, culturais e sociais -, por isso, os métodos de projeto foram desenvolvidos: para estruturar o problema e sua decomposição em partes mais fáceis de trabalhar, buscando melhor definir o problema, aumentar o controle do processo e facilitar a geração de ideias. Nas fases iniciais do projeto, os métodos têm função de ferramenta de apoio e aprendizagem, enquanto na fase de geração de ideias, o projetista tende a se comunicar e elaborar soluções através do desenho, formas produtivas de armazenar e organizar ideias para consultas futuras.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Bianca. Entrevista com Olivia de Oliveira: A arquiteta e autora fala sobre as lições deixadas por Lina Bo Bardi. *Arquitetura e Urbanismo*, São Paulo, v. 29, n. 249, p.48-51, dez. 2014. Mensal.

ARQUITETURAS: Sesc Pompeia. São Paulo: Sesc Tv, 2014. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=qhBZXCl8Z8>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

AUGÉ, Marc. Não-lugares. Papyrus Editora, 1994.

BAUMAN, Zygmund, 1925. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed, 2001.

BENEVOLO, Leonardo. História da cidade. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

BIANCHI, Giovana et al. Métodos para estímulo à criatividade e sua aplicação em arquitetura. 2008.

BOTASSO, Gabriel Braulio; VIZIOLI, Simone Helena Tanoue. O desenho (ainda) como processo projetivo: análises gráficas sobre croquis do arquiteto Eduardo Souto de Moura. Anais. Natal: Firenze, 2015.

CAMPIOLO, Francielli. Lages 245 Anos: História moldada pela troca. 2011. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/informacao/27817>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

CAMPOFIORITO, Ítalo. Olhares sobre o moderno: arquitetura, patrimônio e cidade. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2012.

CARVALHO, Erasto Cesar. Ponta de Sapocá: Parque Público em pré-existência industrial. 2016. 104 f. TFG (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

CHAUI, Marilena. Cultura e democracia. En: Crítica y emancipación : Revista latino-americana de Ciencias Sociales. Año 1, no. 1 (jun. 2008-). Buenos Aires: CLACSO, 2008.

CLARO, Anderson et al. A produção de casas de madeira em Santa Catarina. 1991.

CORONEL, Daniel Arruda et al. O aproveitamento dos resíduos do setor florestal de Lages-Santa Catarina. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL. 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 3. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1995.

COSTA, Licurgo. O continente das Lages: sua história e influência no sertão da terra firme. Lages: FCC Edições, 1982.

COSTA, Lúcio. Considerações sobre arte contemporânea (1940). In: Lúcio Costa, Registro de uma vivência. São Paulo: Empresa das Artes, 1995. 608p.il.

DE BONO, Edward. Criatividade levada a sério. São Paulo: Pioneira, 1994.

DE MASI, Domenico. O ócio criativo. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

EDUARDO, Agnaldo Adélio; CASTELNOU, Antonio Manuel Nunes. Bases para projeto de centros e cultura e arte. Terra e Cultura, Londrina, n. 45, ago./dez. 2007.

FERREIRA, Ana Catarina de Sousa Louro et al. As iniciativas de intervenção local dos arquitetos: oportunidades de inovação sócio-territorial? Estudo de caso na Cova do Vapor. 2014. Tese de Doutorado.

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do conceito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. Revista Território, Rio de Janeiro, ano V, v. 11, n. 9, p. 65-83, 2000.

FRACALOSSO, Igor. Clássicos da Arquitetura: SESC Pompéia/ Lina Bo Bardi. 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/br/01-153205/classicos-da-arquitetura-sesc-pompeia-slash-lina-bo-bardi>>. Acesso em: 10 abr. 2017.

FREDERICK, Matthew. 101 lições que aprendi na escola de arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

HERBERTS, Ana Lucia. Arqueologia do caminho das tropas: estudo das estruturas viárias remanescentes entre os rios Pelotas e Canoas, SC. 2009.

HILDEBRANDO, Valdemiro. Um Novo Eldorado madeireiro? Notas sobre a produtividade industrial nos Campos de Lages. Revista Cadernos de Economia, v. 13, n. 24, p. 19-31, 2009.

KOWALTOWSKI, Doris C. C. K. et al (Org.). O processo de projeto em arquitetura: Da teoria à tecnologia. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

LIMA, Diana Patrícia Correia. Hubs criativos no norte de Portugal: análise do seu contributo para fortalecer as indústrias culturais e criativas na Região Norte. 2015. Dissertação de Mestrado. Universidade de Aveiro.

LIMA, Zeuler. Lina Bo Bardi: Em busca de uma arquitetura pobre. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 29, n. 249, p.68-71, dez. 2014. Mensal.

MASI, Domenico de. O Ócio Criativo. 3. ed. Rio de Janeiro. Sextante, 2000.

MOCELLIM, Alan. Lugares, não-lugares, lugares virtuais. Em Tese, v. 6, n. 3, p. 77-101, 2010.

MOLLOY, Jonathan C. Pode a arquitetura nos tornar mais criativos? 2013. Disponível em: <<http://www.archdaily.com.br/01-117575/p/de-arquitetura-nos-tornar-mais-criativos/>>. Acesso em: 05 maio 2017.

MONTANER, Josep Maria. Do diagrama às experiências, rumo a uma arquitetura de ação. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

MONTENEGRO, Gildo. O traço dá ideia: bases para o projeto de arquitetura. São Paulo: Blucher, 2016.

NEGRÃO, Raisa Drumond de Abreu. Imaginários emergentes: Práticas urbanas alternativas em São Paulo. 2014. 155 f. TFG (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

NEVES, Heloisa Maria Domingues. Maker innovation. Do open design e fab labs... às estratégias inspiradas no movimento maker. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

OLIVEIRA, Olivia de. Lina Bo Bardi: sutis substâncias da arquitetura. São Paulo: Romano Guerra, 2006.

PEIXER, Zilma Isabel. A cidade e seus tempos: o processo de constituição do espaço urbano em Lages. Lages: Editora Uniplac, 2002.

ROSSI, Aldo. A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RYKWERT, Joseph. A sedução do lugar: a história eo futuro da cidade. Martins Fontes, 2004.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. - 4. ed. 2.

reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Fabiano Teixeira dos. A Casa do Planalto Catarinense: Arquitetura rural e urbana nos campos de Lages, séculos XVIII e XIX. Lages (SC): Super Nova, 2015. 220 p.: il.

SOLFA, Marília. Interloquções entre arte e arquitetura como práticas críticas: a teoria arquitetônica de Bernard Tschumi e a cena artística dos anos 1970. 2010. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

VAINER, André; FERRAZ, Marcelo. CIDADELA DA LIBERDADE: Lina Bo Bardi e o Sesc Pompeia. Edições SESC São Paulo, 2013.

PARQUE LINEAR NA CIDADE DE CORREIA PINTO - SCSamira Lang dos Santos¹Tais Trevisan²Fernando dos Santos Calveti³Lilian Louise Fabre Santos⁴**RESUMO**

O Parque Linear está sendo apontado como ponto de partida para um posterior projeto de intervenção no Bairro Nossa Senhora Aparecida, com o intuito de revitalizar à partir da análise e o conhecimento do local e seu entorno, dando ênfase a uso residencial e áreas públicas.

Palavras-chave: Parque Linear, Projeto, Intervenção.

ABSTRACT

The Linear Park is being pointed as a starting point for a subsequent intervention project in the Bairro Nossa Senhora Aparecida, in order to revitalize from the analysis and the knowledge of the place and its surroundings, with emphasis on residential use and public areas.

Keywords: Linear Park, Project, Intervention.

1. INTRODUÇÃO

O presente texto faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso da faculdade de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Unifacvest. Este trabalho, tomou como parte buscar compreender o problema habitacional e Intervenção Urbana para a criação do Parque Linear.

O parque Linear tem uma medida compensaria em virtude dos danos causados pelas cheias do Rio Canoas. O local onde vai ser instalado o projeto está localizado no bairro Nossa Senhora Aparecida, na cidade de Correia Pinto, Santa Catarina, onde terá que ser relocado 40 famílias do local de APP.

A relação que se constitui entre rios e cidades é muito antiga, tanto que muitas cidades surgiram às margens dos rios, configurando-se, posteriormente, em núcleos urbanos, transformando paisagens fluviais em paisagens urbanas. Porém, a idéia de

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1

² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em preservação do planejamento urbano e regional pela universidade federal do rio grande do sul - ufrgs.

⁴ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em preservação do patrimonio cultural pelo instituto de patrimônio histórico e artistico nacional - iphan/rj.

preservação das margens dos rios e da qualidade da água é muito recente.

Antigamente a ocupação das margens dos rios era “natural”, não havendo restrições para sua ocupação: indústrias, residências, plantações, estradas, foram construídas de forma em relação aos cursos d’água, sem que houvesse uma conscientização ligada ao conceito de sustentabilidade ou então uma relação de proximidade entre o rio e os habitantes da cidade.

Em meados de 1960, com a o choque urbano da industrialização, as cidades cresceram descontroladamente, ocorrendo uma série de devastações ambientais. Naquele momento, o rio supria as necessidades das cidades e suas pequenas indústrias, porém, cada vez mais a industrialização transformou áreas de características rurais em áreas de grande interesse econômico, destinadas à atividade que degradavam o meio ambiente em que se instalavam, afinal, estavam localizadas em pontos de difícil acesso à fiscalização e à própria população. Aquele rio que antes era suficiente para a cidade, tornou-se ineficaz diante de tanta poluição vinda das indústrias, tornando o quadro dos rios urbanos em um estado crítico e necessitando de atitudes urgentes de requalificação/revalorização nas cidades. (COSTA, 2009 p.7)

A Política de Habitação no Brasil é marcada por mudanças no modelo de intervenção frente à modalidade de gestão adotada ao longo da história brasileira.

Será discutido no texto também as possibilidades através de intervenções artísticas na cidade. Intervenção Urbana – IU – que é um termo utilizado muitas vezes para designar os movimentos artísticos relacionados às intervenções visuais realizadas em espaços públicos.

A partir destes levantamentos, foi definido o tipo de trabalho que vai ser realizado no local escolhido para o projeto, voltado definitivamente para a promoção da melhoria da qualidade ambiental e de vida da população.

A formação de crianças e jovens para a vida adulta ocorre nas escolas, por isso a edificação com essa finalidade de uso tem uma importante função no processo educativo de seus usuários – alunos e funcionários, proporcionando a eles ambientes de qualidade, conforto e segurança (ALVARES e KOWALTOWSKI, 2013).

1.1 Justificativa

A cidade não possui áreas públicas de lazer. O bairro escolhido se configura em uma das áreas mais pobres da cidade, com constantes alagamentos pela cheia do rio Canoas. Esperamos qualificar o bairro e o entorno imediato com um projeto em escala urbana. Contribuindo com a discussão da importância do planejamento urbano.

1.2 Problema

O Projeto vai ser desenvolvido no bairro Nossa Senhora Aparecida, que está localizado na cidade de Correia Pinto, Santa Catarina. Optou-se por esse local por ter mais contato com a área, pois é o bairro onde eu moro, e vejo a necessidade de um espaço de lazer para as famílias do bairro, pois é um bairro esquecido pelo resto da cidade, assim buscando maior qualidade de vida à população que ali reside. Ao todo a área tem

78.357.00m².

De acordo com a escritora Lucia Maria Sá Antunes Costa (2006) apud Romagna, é muito antiga a relação entre os rios e as cidades brasileiras. Muitas das cidades surgiram inicialmente às margens dos rios. Já que os rios tinham muito a oferecer, além de água: controle do território, alimentos, lazer e possibilidade de circulação de pessoas e bens.

Segundo Costa (2006) apud Romagna “Cidades invadindo águas, assim como, águas invadindo cidades são situações pendulares, cíclicas, geradas a partir de antigos conflitos entre os sistemas da cultura e os sistemas da natureza. Alguns valores atribuídos aos rios podem ser mais específicos em algumas cidades, relacionando-se a história e cultura do lugar. Reconhecer o rio como paisagem, é habitar esse rio.”

O entorno do rio Canoas foi sendo apropriado pela população, sendo hoje uma área habitável por pessoas carentes, em áreas de preservação. O bairro acaba não recebendo investimentos e acaba sofrendo desvalorização em relação ao resto da cidade.

Parte dos problemas foi levantada a partir de conversas e entrevistas com moradores da localidade, e são listados a seguir. Os dois principais problemas mais lembrados são a falta tanto de saneamento básico quanto de calçamento nas vias.

Outro problema recorrente na área e que se pretende trabalhar ao longo do projeto é a questão de enchentes provenientes das cheias do rio Canoas (figura 3). Será proposta a implantação de um parque ao longo da borda do rio no sentido de tanto criar uma área de lazer para os moradores quanto de reter, através de projetos em escala arquitetônica e urbanística os avanços periódicos do rio.

Dentre os problemas do bairro, merece destaque a falta de planejamento público. Pois nesse caso, as moradias estão localizadas em áreas inadequadas, de preservação. O local apresenta a ausência de mobilidade urbana e dificuldade de locomoção entre os espaços, sendo conseqüência da falta de planejamento. Percebendo que as residências ali locadas precisam ser remanejadas e reconstruídas.

A relocação de algumas famílias acontecerá, para a instalação do parque, com propósito de reter as cheias do rio Canoas, pois as casas estão localizadas em locais alagadiços e de preservação. Recriando uma intervenção arquitetônica e urbanística, com espaços de lazer, e um projeto habitacional para as famílias relocadas, que ficaram em uma área próxima.

Esses fatores podem ser considerados como uma boa oportunidade de trazer benefícios para o bairro. Sendo eles, cultural, social ou econômico.

Para Carvalho (2010) apud Romagna, o processo de urbanização na atualidade está alcançando seu auge de desenvolvimento e, conseqüentemente, o crescimento populacional sendo seguido pela desigualdade social, principalmente nos países subdesenvolvidos ganhando formas e espaços territoriais cada vez mais visíveis e caracterizados, e com o descaso quase que total do Poder Público de uma maioria da população que busca os espaços vazios para a ocupação não se interessando com os danos causados ao meio ambiente a partir dessa ocupação, pois, sua prioridade é a sobrevivência, torna-se cada vez mais improvável uma conscientização por parte da sociedade em geral a proteção e preservação do nosso habitat.

No entanto, de acordo com Souza (2012) apud Romagna, cada dia os cidadãos de diferentes partes do mundo manifestam suas preocupações pelo futuro de suas

idades. Os espaços públicos, como ruas, parques e praças tornaram-se essenciais para que uma cidade seja bem sucedida, já que neles são geradas diversas possibilidades de desenvolvimento econômico e social e, cada vez são mais valorizados pelos cidadãos. Entretanto, a construção e manutenção dos espaços públicos por parte dos governos locais ainda não é um tema que se aborda de forma correta em muitas cidades, nas quais não existem numerosos espaços públicos bem projetados e com participação cidadã durante o processo de desenho.

Dessa forma define-se o problema do projeto. A falta de planejamento e de investimentos para a área se reflete na vida das pessoas que ali vivem. O projeto, que esse texto faz parte visa ajudar a pensar em tais carências e em formas de supri-las.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nesta seção irei abordar os referenciais teóricos utilizados como principio no trabalho.

2.1 | Parque Linear como instrumento e gestão ambiental

Segundo Friedrich (2007) As áreas verdes lineares são territórios potenciais para serem utilizados numa rede ecológica contínua de proteção da vegetação, assim como de outros recursos naturais.

Para Scalise (2002) Apud Friedrich, nas duas últimas décadas do século XX desenvolvem-se preocupações com a recuperação de zonas ribeirinhas, altamente degradadas pelos usos industriais, domésticos e de infra-estruturas, resultantes do desenvolvimento urbano e da Revolução Industrial. Com a presença dos cursos d'água e sua mata ciliar, estes espaços agregam atributos ambientais, que potencializam o uso das áreas de fundo de vale para a exploração da paisagem natural e para o lazer contemplativo em área urbana.

Segundo Friedrich (2007) No entanto, para que permaneçam livres, deverão assumir algum papel ou significado urbano relevante, para que a população apreenda o sentido do porque estas áreas não devem ser ocupadas ou deterioradas. Para isto, o local deve informar e formar, através de um planejamento e projeto urbano-ambiental, uma consciência ambiental quanto ao uso e ocupação destas áreas.

Segundo Magalhães (1996) apud Friedrich, as linhas de água e as zonas adjacentes são elementos da paisagem com potencialidades únicas para a criação de locais de lazer e requalificação das áreas de expansão urbanas.

2.2 Legislação Urbana e Ambiental

Toda esta seção discute a questão urbana e ambiental sob uma ótica legal a partir do trabalho O Parque Linear como Instrumento de Planejamento e Gestão das Áreas de Fundo de Vale Urbanas da Friedrich (2007). Segundo a autora, na constituição federal, artigo 30, se define o uso do solo como municipal, embora tanto os Estados da Federação quanto a União possam estabelecer normas para o disciplinamento do uso do solo visando a proteção ambiental, controle da poluição, saúde pública e da segurança.

A autora cita Barreiros e Abiko (1998) ao afirmar que “as leis municipais não devem se opor às leis estaduais e federais, guardadas as respectivas competências definidas pela Constituição Federal” (p.75). Igualmente as leis em esfera estadual não devem estar em conflito com as federais. A tendência é dos municípios introduzirem diretrizes de macro-zoneamento urbano nos Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano, incentivados pelos Estados e pela União.

A autora fala que no universo das leis urbanísticas, as leis que dão maior abrangência nacional, são as que estabelecem normas e parâmetros para nortear e determinar novas posturas nas legislações estaduais e municipais, são a Lei Federal nº 6.766/79, que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, e a Lei federal nº 10.257/2001, denominada de Estatuto da Cidade.

Segundo a autora, Com relação ao parcelamento do solo urbano, a lei de 1979 estabelece que “não será permitido o parcelamento do solo em terrenos alagadiços e sujeitos às inundações (antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas) e em áreas de preservação ecológica”.

A autora cita que “quanto à preservação das florestas e as demais formas de vegetação natural, localizada ao longo dos rios e outros cursos d’ água, as definições legais estão contidas no Código Florestal Federal”. (pg 76) A Resolução Federal nº 303/2002, do CONAMA regulamenta o art. 2º do Código Florestal Federal, refere-se as Áreas de Preservação Permanente, criando parâmetros, definições e limites referentes às Áreas de Preservação. Segundo o CONAMA (2002), Preservação Permanente assmila a área situada em faixa marginal, medida a partir do nível mais alto, em projeção horizontal, com largura mínima de:

- | | |
|----------------|---|
| (a) 30 metros | para o curso d’ água com menos de 10 metros de largura; |
| (b) 50 metros | para o curso d’ água com 10 a 50 metros de largura; |
| (c) 100 metros | para o curso d’ água com 50 a 200 metros de largura; |
| (d) 200 metros | para o curso d’ água com 200 a 600 metros de largura. |

DIMENSÕES APPs SEGUNDO RESOLUÇÃO 303/2002 DO CONAMA FONTE: CONAMA, 2002.

Segundo Barreiros e Abiko (1998) apud Friedrich, as leis federais trazem problemas por postular índices urbanísticos fixos e obrigatórios para todo o país, sem fazer qualquer distinção regional, referente aos aspectos físicos, sociais e econômicos de cada estado e município.

A autora ressalta que muitos municípios adotam diversos limites para as áreas de preservação permanente, procurando viabilizar a legislação dentro da sua existência local.

A autora também cita que o que tem acontecido são as legislações restritivas quanto à proteção de mananciais e ocupação de áreas ambientais. Porém, “a legislação muito restritiva somente produz reações negativas e desobediência” (TUCCI, 2005, p.116), e que acabam não atendendo a um controle ambiental. O resultado deste ato são invasões de área, loteamentos irregulares, depósitos de lixo clandestinos, entre outros.

Segundo Friedrich (2007), ao introduzir restrições do uso do solo é necessário que a legislação dê alternativa econômica ao proprietário da terra ou o município deve

comprar a propriedade.

A autora cita que, podemos contar com a Resolução Federal nº 369, do CONAMA, a qual dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilita a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente – APP para a implantação de Área Verde de Domínio Público em área urbana, considerando algumas restrições. Uma das premissas é a aprovação pelo órgão ambiental capacitado com um projeto técnico que priorize a restauração ou manutenção das características do ecossistema local, e que contemple medidas necessárias para:

(a) recuperação das áreas degradadas da APP inseridas na área verde de domínio público;

(b) recomposição da vegetação com espécies nativas;

(c) mínima impermeabilização da superfície;

(d) contenção das encostas e controle da erosão;

(e) adequado escoamento das águas pluviais;

(f) proteção de área da recarga de aquíferos;

(g) proteção das margens dos corpos d'água.

2.3 Intervenção Urbana

A intervenção urbana é usada como termo para designar aos movimentos de intervenções visuais realizados em espaços públicos, modificação de paisagens, a particularização de lugares. A partir da Intervenção urbana é que a população começa a modificar-se e passa a ser percebido de um modo mais característico.

As intervenções urbanas permitem criar identificação com a cidade e também permitem que os cidadãos movimentos artísticos, é onde o espaço urbano começa a ser modificado para que algo novo seja criado. É a partir de Intervenção de espaços públicos que começa a ser percebido o cotidiano da população.

A Intervenção se dá origem em uma crise de representação a sociedade tem mostrado uma necessidade crescente de contornar a maneira de pensar e criar cidades, buscando uma forma mais descentralizada, inclusiva e representativa. Com isto, o urbanismo tem tentado, cada vez mais, realizar projetos sociais, isto é, em vez de partir do geral ao particular, partir do próprio cidadão e suas demandas e necessidades. E ai surge diferentes abordagens de como fazer um bairro, uma cidade de forma mais democrática e inclusiva, e estas abordagens andam junto com instrumentos e ferramentas que vem cada vez mais sendo priorizadas. Observando as necessidades de organizações públicas, devem incluir a maior qualidade de vida aos cidadãos, mas também devem estar inseridas de maneira simples e de fácil acesso para que mantenha essa qualidade de vida.

Segundo Ernst Gombrich (1999) apud Cardoso, Silva, Barbosa e Ramos famoso historiador de arte, afirmou que nada existe realmente a que se possa dar o nome de Arte. Existem somente artistas. Arte é um fenômeno cultural. Regras absolutas sobre arte não sobrevivem ao tempo, mas em cada época, diferentes grupos (ou cada indivíduo) escolhem como devem compreender esse fenômeno. A intervenção aqui tem uma referência baseada na ideia da quebra do cotidiano, do corte na realidade com o inusitado que se oferece num dado momento, a partir da intervenção urbana.

A revitalização busca essa recuperação dando mais vida ao local, transfor-

mando o que é esquecido em algo de utilidade pública. As operações urbanas é uma das ações privadas que avançam no processo de reconstrução, é importante que pessoas se envolvam nisto. Portanto, na verdade a atenção que se dá ao lugar que está esquecido, impulsiona e mostra aos cidadãos que nada é impossível. Permitindo transformar obras em artes e o orgulho das pessoas que ali vivem. Cada vez mais as pessoas se sentem impotente quando o assunto é transformação política que acontece sem a sua participação. Segundo Cardoso, Silva, Barbosa e Ramos é uma maneira de comunicação para a sociedade, expressão de intenções a partir da diversidade de informação inerente ao local. Intervenção propõe a reconfiguração de um determinado espaço através do realce das rotinas diárias de dito lugar. A Intervenção Urbana é uma ação de grande importância porque todos os cidadãos têm a liberdade e o direito de se posicionar sobre o destino do local onde vivem. Quem mais pode dar sugestões sobre como melhorar a qualidade de vida de um bairro são seus moradores e frequentadores. Suas necessidades elucidam aquilo que só quem está vivendo de perto pode enxergar.

O bairro sempre deve oferecer algo útil para seus moradores, seja para incentivar os empreendedores a fornecerem o que o bairro precisa ou impulsionar os moradores a promover objetivos de Intervenção Urbana que impulsiona diversas reações.

2.4 Política De Habitação

A política de habitações difere das outras políticas, como educação e saúde, entre outras.

Esta política é marcada pelas concepções de intervenções ao longo dos tempos e tem interesses políticos e econômicos diante da realidade que as famílias de baixa renda se encontram. O problema de moradia já é uma questão social nos pequenos e grandes centros urbanos.

Esse problema se agrava nas políticas habitacionais do Brasil, pois através delas que surgem novos agentes de modelo de espaço, como o cortiço, a favela e loteamentos ilegais, que acabam sendo o modelo informal da habitação.

Desse modo as pessoas de baixa renda acabam procurando loteamentos ilegais, assim gerando as moradias precárias. Chegando à questão onde esse grupo de pessoas acaba se apropriando dos terrenos inadequados, como áreas alagadiças, encostas íngremes, e sem infraestrutura inadequada, onde os que mais precisam, buscam onde morar e sobreviver.

Para explicar os interesses das políticas habitacionais determinado pelo governo, podemos retratar um dos pontos responsáveis para a atual demanda de moradias para a baixa renda, que são prejudicados pela falência de 1984 do BNH (Banco Nacional da Habitação), pois era esse órgão que coordenava os financiamentos e políticas para a moradia popular.

Com a função repassada para a Caixa Econômica Federal, os financiamentos para a classe de baixa renda, começaram a ter longos prazos, onde as famílias acabam desistindo de financiar a sua casa própria. Isso acaba que não diminuiu o déficit habitacional, surgindo novas consequências como as favelas, ocupações de fundo de vale, entre outros.

Esses projetos de programas habitacionais acabam por apresentar um novo problema, que na maioria são desenvolvidas de qualquer forma e acabam não atenden-

do as necessidades da população de baixa renda.

Entendemos que a política urbana é uma política social, e que o eixo da política urbana está relacionado ao consumo de bens e serviços coletivos, indispensável tanto ao processo produtivo quanto à reprodução da força de trabalho e da sociedade de classes.

O documento que expõe a Política Nacional de Habitação – (PNH), descreve a concepção de desenvolvimento urbano integrado, e também a proposta de construção do Sistema Nacional de Habitação, principal instrumento do PNH.

Porém no Sistema Nacional de Habitação há dois componentes dessa política que merecem atenção: o Subsistema de Habitação de Interesse Social e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

Os dois componentes têm como objetivo principal possibilitar moradia digna e o outro objetivo contido no Plano é garantir que os recursos públicos sejam destinados exclusivamente para subsídios à população de baixa renda, onde se concentra a maior parte do déficit habitacional brasileiro, como citados acima.

Uma política habitacional deve enfrentar os problemas, sempre buscando soluções para os problemas de segregação espacial e social. Existe também a necessidade de ter um cuidado maior e institucional para elaborar a gestão de financiamento das políticas urbanas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas realizadas e as decisões tomadas que definiram o partido geral, parecem adequadas para solucionar as necessidades da população como um todo.

Conforme a idéia apresentada acima se pode tomar como exemplo, uma área que está com danos, que precisa de uma Intervenção Urbana, aliando a necessidade do bairro com a dos moradores daquela área. Melhorando a qualidade de vida dos mesmos, já que os moradores daquela área estão vivendo em condições precárias e em área de risco.

Será trabalhado várias áreas dentro do parque, incluindo a relocação das famílias de área de APP, incluindo um projeto em escala urbana. Elaborando e se familiarizando com os projetos pesquisados e desse modo ganhando vida para a próxima etapa que consistirá na fase do anteprojeto.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

FRIEDRICH, DANIELA. O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbana. 2007. 237f. Dissertação (mestrado em Planejamento Urbano e Regional)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

COSTA, KARINA VEDOVELLO DA. Parque Linear Ribeirão Jacaré. Projeto de integração do Ribeirão Jacaré com a cidade de Itatiba. 2009.88f. Monografia (bacharel Arquitetura e Urbanismo)- Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas, São Paulo.

Maps, GOOGLE. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/@-27.565187,-50.3832343,776m/data=!3m1!1e3?hl=pt-BR>>. Acesso em: 27 de outubro de 2017.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. Política Nacional de Habitação. Brasília, 5 nov. 2004.86p.

MINISTÉRIO DAS CIDADES. Política Nacional de Habitação. Secretaria Nacional de Habitação: Brasília, 05/11/2004. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNH/ArquivosPDF/4PoliticaNacionalHabitacao.pdf>>. Acesso em: 27 novembro de 2017.

MACHADO, Claudio. Conheça o complexo parque do flamengo. Disponível em: <<http://www.parquedoflamengo.com.br/sobre-o-parque/>>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2017.

VEIGAS,CAMILA. Au. Nov, 2009. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/188/high-line-park-parque-em-nova-york-de-james-155935-1.aspx>>. Acesso em 28 de Novembro de 2017. 51

ROSENFELD, KARISSA. ArchDaily. Set,2014. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/627644/um-passeio-pelo-high-line-com-iwan-baan>>. Acesso em 04 Dezembro de 2017.

MUNICIPIO DE CORREIA PINTO. Disponível em: < <http://www.correiapinto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaItem/13462>>. Acesso em 26 novembro 2017.

CARDOSO, A.S; SILVA,D.C; BARBOSA,E,M,S; RAMOS,L,C. Intervenção Urbana. Disponível em:https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=8&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKewiq1_Su6_bXAh-VEI5AKHZq9BKkQFghSMAC&url=http%3A%2F%2Fwww.kentron.ifal.edu.br%2Findex.php%2Fextifal%2Farticle%2Fdownload%2F161%2F114&usg=AOv-Vaw2xv9NljjSa4oRhm1Mdbz0N>. acesso em : 29 Novembro 2017.

PAVILHÃO ADMINISTRATIVO DO 1º BATALHÃO FERROVIÁRIO DE LAGES – SC

Alex dos Santos Marcelino¹

Tais Trevisan²

Grazielle Schemes Oliveira³

Diego Tavares Scopel⁴

RESUMO

O objeto do presente estudo é o de prever necessidades, planejar e projetar a implantação de uma nova sede para o 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv), sediado na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina e, principalmente projetar um novo pavilhão administrativo para este Batalhão secular do Exército Brasileiro. Por demanda histórica, este aquartelamento nasceu de um acantonamento, instalação provisória onde militares passavam a noite, passando posteriormente à acampamento, e por fim ganhando estrutura organizada de um quartel, porém, sem o planejamento adequado. A finalidade do projeto é apresentar uma implantação mais eficiente do Batalhão como um todo, a fim de facilitar o cumprimento das missões de todas as naturezas, aplicando, ainda, conceitos de sustentabilidade e eficiência energética, mas, acima de tudo buscando otimizar o desempenho das instalações, com um fluxograma mais prático e eficaz, que traga maior conforto e satisfação aos usuários e conseqüentemente maior rendimento no trabalho. No decorrer do trabalho foram apresentados conceitos teóricos referentes ao Exército Brasileiro (EB), à Engenharia de Construção do EB, ao 1º B Fv, à arquitetura sustentável e à eficiência energética, com fins de embasar e dar sustento às soluções adotadas. Nas considerações finais, as ideias expressas ao longo do trabalho são ratificadas, enfatizando-se a importância da utilização dos conceitos estudados, para chegar ao objetivo de se obter uma arquitetura bela, pujante, porém de menor impacto ao meio ambiente.

Palavras-chave: Batalhão; Ferroviário; Lages; Implantação; Projeto; Sustentabilidade.

ABSTRACT

The objective of the present study is to anticipate needs, to plan and design the implantation of a new headquarters for the 1st Railway Battalion (1st B Fv), based in the city of Lages, in the State of Santa Catarina, and mainly to design a new administrative pavilion for this secular battalion of the Brazilian Army. By historical demand, this quartering was born from a cantonment, a provisional installation where the military spent the night, passing later to the camp, and finally gaining organized structure of a barracks,

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1

² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em ambiente e saúde pela universidade do planalto catarinense – uniplac.

⁴ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, especialista em ambientação de interiores – ateler de projeto pela unival. – Universidade do vale do itajai.

but without the proper planning. The purpose of the project is to present a more efficient implementation of the Battalion as a whole, in order to facilitate the accomplishment of the missions of all natures, applying, also, concepts of sustainability and energy efficiency, but, above all, seeking to optimize the performance of facilities, with a more practical and efficient flow chart that brings greater comfort and satisfaction to users and, consequently, greater work efficiency. In the course of the work, theoretical concepts were presented concerning the Brazilian Army (EB), the Construction Engineering of the EB, 1º B Fv, sustainable architecture and energy efficiency, in order to base and support the solutions adopted. , the ideas expressed throughout the work are ratified, emphasizing the importance of using the concepts studied, in order to achieve the goal of obtaining a beautiful, powerful architecture, but with less impact on the environment.

Keywords: Battalion; Railway; Lages; Implantation; Project; Sustainability.

1. INTRODUÇÃO

O 1º Batalhão Ferroviário (1º B Fv), Organização Militar de Engenharia do Exército Brasileiro (EB), está presente na cidade de Lages, no Estado de Santa Catarina, desde a década de 40, há muito fazendo parte da história da Princesa da Serra, e muito contribuindo para o seu desenvolvimento. Já foi um acantonamento, estrutura improvisada onde militares passavam a noite e, não nasceu e nem cresceu de forma planejada, tendo sido adaptado com o passar dos anos às novas demandas surgidas. De acantonamento passou à acampamento, as lonas transformaram-se em madeira e, posteriormente, grande parte de suas edificações ganharam estrutura de alvenaria. No entanto, carece, ainda, de um projeto especificamente planejado, que busque uma estrutura formal e funcionalmente adequada às suas missões.

Os novos Equipamentos de Engenharia, as novas demandas administrativas, as novas exigências de um Exército moderno, exigem uma nova estrutura. Porém, projetar um Batalhão inteiro, seria tarefa imensa, que demandaria volumoso trabalho e tempo não disponíveis.

O Objetivo deste trabalho, de maneira geral, é o de desenvolver uma proposta de implantação do 1º B Fv e, ainda, desenvolver o Partido Geral para o Pavilhão Administrativo do mesmo.

De maneira mais específica, projetar repartições bem dimensionadas, com acessos e circulações adequadas, posicionamento eficiente das instalações, facilitando os trabalhos de instrução e operacionais, com estacionamento de equipamentos de grande porte, tipicamente utilizados pela Engenharia de Construção do Exército Brasileiro. Ainda, prever um fluxograma do pavilhão administrativo, que atenda às necessidades administrativas, de forma a facilitar os trâmites de todas as naturezas, permitindo aos militares e civis trabalharem com o conforto necessário, com maior satisfação e consequentemente maior rendimento.

Além disso, foi realizada pesquisa, relacionada à sustentabilidade das edificações, centrada não na pretensão de apresentar uma obra totalmente sustentável e eficiente, mas focada na elaboração de um projeto, com uma melhor qualidade do objeto arquitetônico, do ponto de vista da sustentabilidade, prevendo estruturas para o reapro-

veitamento da água da chuva, Estação de Tratamento de Esgoto e utilização da Energia Solar, procurando otimizar a eficiência energética deste pavilhão.

A intenção deste projeto é a de aliar forma e função, modernidade e conservadorismo, beleza e praticidade, em um projeto que sirva de exemplo aos demais quartéis do Exército Brasileiro, guardando as devidas proporções.

2. DELIMITAÇÃO DO TEMA

2.1 Conceitualização

2.1.1 O Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro (EB) é uma das três Forças Armadas do Brasil, responsável, no plano externo, pela defesa do País em operações eminentemente terrestres e, no interno, pela garantia da lei, da ordem e dos poderes constitucionais. O Comandante Supremo é o Presidente da República. Entre 1808 e 1967, o responsável pela gestão do Exército foi o Ministério da Guerra. De 1967 a 1999, passou a ser denominado Ministério do Exército. Desde 1999, na estrutura do Governo do Brasil, o Exército está enquadrado no Ministério da Defesa, ao lado da Marinha e da Força Aérea.

Em tempos de paz, as tropas do Exército estão continuamente preparando-se para atuar em situações de conflito ou guerra. Além disso, são empregadas para a defesa da faixa de fronteira, e para levar alimentos e serviços médicos a pontos isolados do território, participar e coordenar campanhas sociais e pesquisas científicas, como as desenvolvidas no Centro Tecnológico do Exército e, garantir a democracia brasileira, apoiando as eleições.

2.1.2 A Arma de Engenharia do Exército Brasileiro

Segundo TAVARES (2000), A Engenharia entrou no Brasil, principalmente, através de Oficiais Engenheiros. Ao tempo do descobrimento do Brasil, a bem dizer, a Engenharia em Portugal não existia. Os encargos dependentes dessa ‘Arte’ eram entregues a estrangeiros ou a religiosos com conhecimento de matemática, astronomia e construções gerais. Das colônias, inclusive do Brasil, os governadores-gerais reclamavam, com insistência, a remessa de engenheiros e a necessidade de abrir aulas para o ensino da Engenharia aos naturais da terra, por ser mais fácil aos homens aplicarem-se a aprender nas suas terras. A Engenharia moderna, no Brasil, nasceu dentro do Exército, com os Oficiais Engenheiros aptos à construção de pontes e caminhos para fins militares.

A Engenharia, durante esse período, dedicou-se, quase que exclusivamente, à construção de fortificações. Estas serviam de base à segurança dos núcleos sociais e das vilas, funcionando em pontos estratégicos contra as seguidas invasões estrangeiras.

Durante o Império, a Engenharia foi empregada na construção de estradas, pontes e principalmente no lançamento de linhas telegráficas. Neste período da História foi que a Engenharia se destacou como Arma, na Guerra do Paraguai. (TAVARES,2000).

Segundo Risse (2011), na República, o emprego da Engenharia Militar concentrou-se em obras de construção de infraestrutura viárias, iniciando suas atividades na Região Sul, com trabalhos em rodovias e ferrovias.

Em história um pouco mais recente, em 1901, o então 1º Batalhão de Engenheiros recebeu a missão de construir a estrada de ferro, ligando o noroeste paranaense ao Mato Grosso.

O 1º Batalhão de Engenheiros, transformado em 1º B Fv, deu início, no sul do País, à nova arrancada para o desenvolvimento, tendo, hoje, em seu acervo, mais de 2.000 km de ferrovias construídas.

Mais do que participar do desenvolvimento do País, a Engenharia de Construção polariza adestramento militar, vontade institucional, ajuda humanitária e projeção internacional, fatores que transcendem à missão do Exército.

Para cumprir as missões que lhe são atribuídas, a Arma de Engenharia se divide em Engenharia de Combate e Engenharia de Construção. A primeira se destina ao apoio direto às operações de combate, enquanto a segunda se destina ao apoio às atividades, em suplemento à primeira e às atividades de construção à retaguarda dos Teatros de Operações. (RISSE,2011).

2.1.3 A Engenharia de Construção do Exército Brasileiro (EB)

A principal Unidade, que executa trabalhos que exijam técnicas mais aprimoradas e/ou equipamentos mecânicos especializados, no EB, é o Batalhão de Engenharia de Construção (BEC).

As unidades de Engenharia de Construção atuam junto às populações próximas a seus canteiros de trabalho, cujo apoio é imprescindível para o bom andamento das operações de engenharia em curso. Normalmente, o BEC realiza, além da missão compromissada por convênio estabelecido, pequenos serviços de interesse da comunidade, tais como: abastecimento de água, atendimento médico de urgência, reparação de centros comunitários e de escolas.

A Engenharia de Construção pode, também, coordenar atividades das entidades públicas civis. As suas unidades são as mais adequadas para a execução dessas tarefas, e realizam, ainda, seus trabalhos em coordenação com os órgãos dos governos federal, estadual e municipal, o que muito contribui para o bom desempenho das atividades relacionadas à infraestrutura viária nacional (RISSE,2011).

2.1.4 O Adestramento das Organizações Militares de Engenharia

Conforme Avena (2010), na fase de emprego, em tempo de “guerra”, a Engenharia Militar deve ser capaz de construir, reparar e manter todo o sistema de infraestrutura logística. Na fase de preparo, em tempo de “paz”, deve aprender a executar essa tarefa. Por este motivo, em tempos de paz, a missão da Engenharia é adestrar-se, construindo e, ao mesmo tempo, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Para tanto, considera-se como interesse do EB, adestrar adequadamente a tropa de engenharia; renovar a frota de equipamentos e viaturas; capacitar seus recursos humanos; produzir e gerenciar o conhecimento científico-tecnológico aplicado à engenharia de transportes e ao meio ambiente.

Conforme Luna (1988), “A Engenharia de Construção tem a possibilidade de executar, em tempo de paz, as mesmas atividades, e sob as mesmas condições que executará em combate”, e prossegue:

[...] O inimigo está presente sob a forma de subdesenvolvimento, espalhando-se na floresta virgem da Amazônia, no solo ressequido do Nordeste, ou nos pampas gaúchos sacudidos pelo minuano. O combate não é interrompido. O pôr do sol não representa uma parada nas tarefas do soldado engenheiro. Muitas vezes o trabalho se sucede à luz do sol, da lua, e de lampião; na chuva, na poeira; superando o cansaço, vencendo as endemias, acostumando-se ao desconforto. (LUNA, 1988).

3. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

3.1 O Município de Lages-SC

A cidade de Lages está localizada na região da Serra Catarinense, no estado de Santa Catarina. Foi fundada em 22 de novembro de 1766, data da chegada do Capitão-Mor do Sertão de Curitiba, Antônio Correia Pinto de Macedo, estando a uma altitude de 911 metros, Latitude 27° 48' Sul e Longitude 50° 20' Oeste. O processo de colonização teve início com os portugueses, seguidos de imigrantes descendentes de alemães e italianos a partir das últimas décadas do século XIX. A partir da década de 1920 chegaram os imigrantes libaneses (de religião cristã), migração esta reforçada na década de 1950 pelos libaneses muçulmanos.

O perímetro urbano de Lages tem como referência o ponto de entroncamento das BRs 116 e 282. A cidade é formada por 70 (setenta) bairros e dois distritos: Santa Terezinha do Salto Caveiras e Índios. Quem nasce em Lages é lageano (gentílico). A área territorial, de 2.631,505 Km², é a maior do estado de Santa Catarina.

Segundo dados do IBGE (2015), a população de Lages é de 158.732 habitantes, sendo que, deste total, 2.793 residentes na zona rural do município. O percentual de alfabetizados é de 95,4% (137.135 pessoas) e o número de eleitores é de 121.342. Com densidade demográfica de 50,60 hab/Km², Lages está inserida no bioma Mata Atlântica e possui clima subtropical, com temperatura média anual de 14,3°. A precipitação média anual de chuvas é de 110,9 milímetros. O PIB (Produto Interno Bruto) da cidade de Lages é de 3.343.484.000,00 anuais e a renda per capita, anual, é de R\$ 21.349,94. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcança 0,770 (entre 0,700 e 0,799 é considerado alto).

Segundo dados do IBGE, Lages têm 6.104 empresas, sendo 34 exportadoras. São 442 do ramo agropecuário, 1.716 do comércio, 1803 de serviços e 814 indústrias. É servida por uma rede ferroviária e por uma importante malha rodoviária. Duas BRs cruzam a cidade no sentido Norte/Sul e Leste/Oeste. BR 116 e Br 282.

Lages tem cinco hospitais, totalizando 520 leitos. Está a uma distância de 224 Km de Florianópolis; 364 Km de Curitiba e a 769 Km de São Paulo.

Segundo dados da Secretaria de Estado da Fazenda, Lages é a oitava economia do Estado e a que mais cresceu, em 2015, em Santa Catarina.

Em decorrência disto, haverá incremento de R\$ 2,6 milhões na receita de Lages, através do retorno de ICMS repassado pelo estado, em 2017. A Companhia de

Bebidas das Américas (Ambev) e a JBS lideram o ranking de recolhimento de ICMS.

Hoje Lages vive fase de importantes investimentos, que ultrapassam os R\$ 400 milhões, abrangendo 23 empreendimentos locais de negócios multissetoriais – madeira, materiais sustentáveis, alimentos, tecnologia, inovação, incluindo o setor imobiliário. Isto implicará em cinco mil novos postos de trabalho.

Esse conjunto de investimentos alavanca a economia lageana, levando o município a se aproximar ainda mais dos grandes centros produtivos do Estado, tais como Itajaí, Florianópolis, Joinville, Jaraguá do Sul e Blumenau.

3.2 O Batalhão Rondon – Antecedentes do 1º B Fv

Após a 2ª Guerra Mundial, o Brasil, país continental, com riquezas minerais, vegetais, extensas faixas de terras agricultáveis e uma diversidade cultural imensa, vislumbrou a necessidade da presença mais eficaz do Estado em todos os seus rincões. Naquela época, o governo brasileiro iniciou um intenso programa de desenvolvimento nacional, com vistas a promover a integração regional.

Como parte desse processo de interligação regional, foram criados os Batalhões de Construção. Oriundos da Arma de Engenharia do Exército Brasileiro, essas unidades, tinham como objetivo principal, promover a infraestrutura necessária, por intermédio da construção de modais ferroviários e rodoviários que possibilitassem a comunicação rodoferroviária do interior do Brasil, com o centro oeste e com as demais regiões portuárias do País, fomentando a economia e viabilizando o transporte inter-regional de produtos industrializados.

A Região Sul do Brasil, que faz fronteira com a Argentina, Uruguai e Paraguai, precisava de atenção especial e mais efetiva, visando a presença do Estado ao longo dessa fronteira, possibilitando maior mobilidade e o aparelhamento militar naquela região.

O Rio Grande do Sul carecia de ligação rodoferroviária com o centro oeste brasileiro. Lages, na década de 1940, “respirava” a política dos grandes fazendeiros que detinham o poder. Sua economia era voltada para a agropecuária e não existia ligação rodoviária com o litoral e com as demais regiões do país. Esse isolamento impedia seu desenvolvimento e era terreno fértil para a política de cabresto e para a submissão às demais regiões do Estado.

Nesta mesma década, teve início a construção da EF 116, Ferrovia do Tronco Principal Sul, que inicialmente, ligaria Porto Alegre - RS a São Paulo - SP, e a Rodovia BR 116, Porto Alegre à Natal - RN, ambas passando pelo município de Lages - SC.

Na Região Sul do Brasil, a missão de construir esses modais coube a quatro Batalhões de Engenharia de Construção: 1º Batalhão Ferroviário (sediado à época em Bento Gonçalves-RS), 2º Batalhão Ferroviário (Sediado em Rio Negro - PR, atualmente 2º B Fv - Araguari - MG), 3º Batalhão Rodoviário (sediado em Vacaria - RS, atualmente, 9º BEC, Cuiabá - MT) e o 2º Batalhão Rodoviário (sediado à época em Lages - SC, atualmente, 8º BEC - Santarém PA).

Esses quatro Batalhões trabalhando em conjunto, construíram quase a totalidade dos modais rodoferroviários de todo o Sul do Brasil.

Em Santa Catarina, a Ferrovia EF 116 e a Rodovia BR 116, tiveram seus traçados, projetados para singrar o solo Serrano, mais especificamente a cidade de Lages.

Essas grandiosas obras de integração nacional colocariam o principal município serrano em evidência no cenário nacional, já que se iniciava o ciclo da extração da araucária e que mais tarde, na década de 1960, foi impulsionado com o término dessas obras. Coube ao 2º Batalhão Rodoviário, então instalado na cidade de Lages, a missão de construir esses modais no trecho compreendido entre o Rio Pelotas e o Município catarinense de Santa Cecília.

A presença do Exército Brasileiro por intermédio do 2º Batalhão Rodoviário - “Batalhão Marechal Rondon”, no município, trouxe fôlego à economia regional, pois se instalou aqui para construir a Ferrovia EF 116 e a Rodovia BR 116, iniciando um intenso processo de geração de empregos, já que 90% da mão de obra empregada na construção dessas obras eram de civis, ficando os militares, com o planejamento, a administração, o comando e o controle daquela da operação de construção.

Para que o “Batalhão Rondon” pudesse operar em Lages, alguns aspectos tiveram que ser superados, principalmente na infraestrutura da cidade que era precária, pois não possuía ruas e avenidas capazes de suportar o transporte intenso de equipamentos e viaturas, que daqui partiam para a execução das obras supracitadas.

Inicialmente, o “Batalhão Rondon”, instalou-se na área central da cidade, em frente ao atual Colégio Bom Jesus e mais tarde, 1947, iniciou a construção de sua sede no Bairro Conta Dinheiro, que à época ainda era uma região de campo. Daí em diante começou na cidade de Lages, um grande trabalho de construção de ruas, avenidas e obras de arte que revolucionaram o município, cujas marcas estão até hoje gravadas no solo lageano. Essas obras foram sendo executadas, em paralelo com as demais obras que o Batalhão construía à época, e estenderam-se até a década de 1960.

3.2.1 O Legado do 2º Batalhão Rodoviário (Batalhão Rondon) à cidade de Lages -SC

Durante sua passagem por Lages, pelo tempo que por aqui esteve, da década de 1940 até março de 1971, o 2º Batalhão Rodoviário, contribuiu fundamentalmente com a infraestrutura e também com a economia local e regional, pois a vida vegetativa do Batalhão dependia logisticamente do que era produzido no município e nos seus arredores. Além disso, o comércio sempre foi aquecido, com o extraordinário número de pessoas que trabalhavam no Batalhão, e que dependiam dos produtos regionais para a sua subsistência.

No aparato industrial, destaca-se a instalação de grandes empresas do ramo madeireiro, atraídas pela araucária, como o Grupo Klabin, Olingraft, Grupo Getal e o Grupo Battistela, o que foi possibilitado pelo desenvolvimento da infraestrutura rodod-ferroviária de Lages, promovida pelo Batalhão Rondon.

Por consequência, desenvolveu-se, ainda, o comércio voltado para atender a essas empresas, tais como, indústrias do ramo metal mecânico, como a atual Minusa Trator Peças, oficinas de mecânica leve e pesada, e os comércios de roupas e de alimentos. Ressalta-se que as empresas do ramo madeireiro eram meramente extrativistas, porém mais tarde a Klabin e a Olingraft, passaram a produzir papel.

Destacam-se no rol de obras construídas pelo 2º Batalhão Rodoviário na região de Lages, importantes obras de integração regional, como a Rodovia BR 116, que foi inaugurada na década de 1960, e a Estrada de Ferro EF 116 (Ferrovia do Tronco

Principal Sul), que teve sua infraestrutura concluída no mesmo ano. O lançamento da superestrutura de trilhos, que subia do Rio Grande do Sul foi lançada pelo 1º Batalhão Ferroviário – sediado em Bento Gonçalves - RS, e do lado norte (Paraná), pelo 2º Batalhão Ferroviário - sediado em Rio Negro PR, vindo a se encontrar no ano de 1969, no quilômetro 349, na região de Coxilha Rica, município de Lages, quando foi inaugurada. Diga-se de passagem, que o início do crescimento da Princesa da Serra, se deu a partir da chegada dessa Unidade Militar do Exército na cidade, principalmente, a partir da construção destas importantes obras.

Destaca-se grandemente, ainda, a construção dentro do município, das seguintes Avenidas: Duque de Caxias; Luiz de Camões; Dom Pedro Segundo; Presidente Vargas; Castelo Branco; Avenida Santa Catarina; o trecho urbano da Rodovia BR 282 e; a obra mais complexa de todas, a Retificação do Rio Carahá, que à época serpenteava as partes baixas do município, e que foi canalizado transformando-se num circuito oval que ainda hoje “corta” a cidade.

Desta forma apresentado ficou, o legado do Batalhão Marechal Rondon para a estruturação do município de Lages. Legado este, sem igual, deixando uma trilha de progresso nunca antes visto nesta terra, pois rompeu um ciclo político de dominação pela falta de infraestrutura e de condições sociais, trazendo desenvolvimento e emprego aos lageanos.

Findando este período, o Plano de Desenvolvimento Nacional reestruturou as Unidades de Engenharia de Construção do Exército Brasileiro, e deslocou para a Região Amazônica em março de 1971, o 2º Batalhão Rodoviário, onde se encontra até hoje sediado no município de Santarém - PA, com a denominação de 8º Batalhão de Engenharia de Construção. Estava encerrada a epopeia do 2º Batalhão Rodoviário – Batalhão Marechal Rondon nos Campos de Lages.

3.2.2 O 1º Batalhão Ferroviário em Lages-SC

O 1º B Fv teve sua origem em 23 de janeiro de 1855, sob a denominação de Batalhão de Engenheiros e, após isso, teve diversas outras denominações.

Em história mais recente, em 1999, o 1º B Fv transformou-se no 10º Batalhão de Engenharia de Construção (10º BEC), permanecendo com essa denominação até 29 de julho de 2014, quando retomou sua antiga denominação, de 1º Batalhão Ferroviário, por um resgate histórico e também pela intenção governamental, imposta pela necessidade de “voltar aos trilhos”, ou seja, readquirir o “Know-how”, para se lançar novamente nas grandes construções ferroviárias.

O 1º B Fv possui um invejável histórico de obras realizadas em seu acervo e, historicamente, tem cooperado no desenvolvimento de Lages.

Com a transferência do 2º Batalhão Rodoviário para Santarém - PA, em março de 1971, transferiu-se para Lages, procedente de Bento Gonçalves - RS, o 1º Batalhão Ferroviário, “Batalhão Benjamin Constant”, que viera para dar continuidade aos trabalhos do 2º Batalhão Rodoviário na Região Serrana Catarinense, construindo ferrovias e aprimorando a infraestrutura do três Estados do Sul, onde se encontra até os dias atuais.

Por motivos práticos deixará de ser abordada a história do 1º B Fv, antes de sua chegada ao município de Lages-SC, apesar de que, mesmo indiretamente e, mesmo

que à distância, instalado em outra cidade, já contribuía para o desenvolvimento da cidade, como se já previsse o seu encontro com a Princesa da Serra.

Prova disto, como já foi citado neste ensaio, foi a participação do 1º Batalhão Ferroviário, na construção da Ferrovia EF 116 (Tronco Principal Sul), que permitiu a ligação entre os Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, obra esta, que uniu os dois batalhões que riscaram os campos de Lages com trilhos e asfalto, o 2º Batalhão Rodoviário e o 1º Batalhão Ferroviário. Nesta obra, merece destaque especial, o subtrecho Roca Sales/RS - Lages/SC, com 302 quilômetros, cuja superestrutura esteve a cargo do 1º B Fv, com 57 túneis numa extensão total de 37 quilômetros.

Chegada a década de 1980, o Batalhão expandiu seus horizontes e iniciou uma nova empreitada, agora, na construção de rodovias, portos, aeroportos e edificações. Neste ramo das grandes construções, o 1º B Fv vem, desde então, se aperfeiçoando e se adaptando às novas tecnologias da construção da era moderna.

Na cidade de Lages, atuou em algumas obras, como na construção da Rua Bruno Luersem, na construção da Ponte sobre o Rio Carahá, no Bairro Caça e Tiro e na construção da Rodovia BR 282, no trecho Lages - São José do Cerrito - SC.

A presença do “Batalhão Benjamin Constant” na cidade de Lages é marcante para a economia local. Este fato ficou claramente evidenciado neste trecho, extraído do discurso do Coronel Otávio Fontoura Souto Maior, então Comandante, por ocasião do aniversário de 160 anos do Batalhão, na presença do Sr. Antonio Arcanjo Duarte, então Prefeito Municipal de Lages, e do Sr. Adilson Apolinário, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, em 23 de janeiro de 2015:

[...] Ainda, apesar de saber indiscutível, resalto a importância deste nosso Batalhão para o desenvolvimento do Município de Lages. Presente na Serra Catarinense desde março de 1971, o 1º Batalhão Ferroviário, atual 10º BEC, vem contribuindo sobremaneira para alavancar o progresso da Região. Com efetivo de novecentos e quarenta militares e civis, anualmente esta Organização Militar contribui com a economia local, injetando aproximadamente 70 milhões de reais, seja com folha de pagamento, seja com aquisições para as obras que realiza, ou ainda com o atendimento de saúde. Nossos militares temporários, formados na lida diária com equipamentos e serviços, ao deixarem o Exército, retornam para suas atividades civis sob a forma de mão de obra altamente qualificada, capazes de operar equipamentos de relativa complexidade. Daí, verifica-se a incontestável importância do 10º BEC para este município. [...]

O 1º B Fv “injeta”, também, na cidade de Lages, recursos provenientes das obras que são convenciadas com o Governo Federal, Governos Estaduais e Municipais, pelas aquisições que realiza com as empresas locais e regionais.

Atualmente o 1º Batalhão Ferroviário, é o segundo maior empregador do município, perdendo, somente para Prefeitura Municipal.

Mas apesar da importância, o fator econômico não é a mais importante contribuição do 1º B Fv à comunidade lageana. A estrutura organizacional do Batalhão é, para a cidade de Lages, um berço de formação em diversas áreas.

Como exemplo, serão enumerados a seguir, algumas das contribuições do 1º B Fv ao desenvolvimento da cidade de Lages, fora de sua missão específica na Segurança Na-

cional4: formação de mão de obra; atuação em calamidades públicas; ações cívico-sociais (ACISO); ação nacionalizadora; educação moral, espiritual e cívica; construções e Transportes;

A contribuição do 1º B Fv não se esgota no que foi aqui exposto. Ela tem sido prestada de forma livre, direta ou indireta, em explorações científicas, na defesa de recursos naturais, na assistência sanitária, no combate a endemias, em pesquisas tecnológicas, nos esportes, na repressão ao contrabando, na colonização do território, na assistência veterinária, nas artes e na cultura.

3.2.3 Emprego atual do 1º B Fv

Em tempos mais recentes, a obra de maior vulto realizada pelo 1º B Fv, foi a Ferrovia Paraná Oeste (FERROESTE), com 248 km de extensão e um custo total da obra, à época, de \$ 600.000.000,00 (seiscentos milhões de dólares). Foi concluída em dois anos e meio, sendo inaugurada no ano de 1995. Atualmente, serve de corredor de escoamento da produção de soja do oeste do Estado do Paraná, para o Porto de Parana-guá e de São Francisco – SC.

A FERROESTE exigiu mão de obra extraordinária, foram deslocados para aquela região, grandes contingentes, de civis e militares, contratados para a execução da obra.

No mister de construir para desenvolver a Região Sul, o Batalhão, após esta obra, lançou-se na construção da BR 285, no trecho, Vacaria-RS a Bom Jesus-RS, que foi concluída no início dos anos 2000.

Seguiu-se nesta época, a construção da BR 282 na região de Lages-SC, que fora concluída em meados de 2006, e iniciava-se a construção dos molhes do Porto de Imbituba - SC e do alinhamento dos Berços de Atracação do Porto de São Francisco do Sul-SC. Estas obras proporcionaram ao Estado, uma atualização no modal portuário, permitindo a atracação de navios de grande calado, permitindo um maior fluxo de carga naqueles portos, impulsionando a economia e aumentando a arrecadação de impostos para o Estado.

Atualmente, o 1º B Fv executa a obra de implantação da Rodovia SC 114, Caminhos da Neve, entre o município de São Joaquim - SC e a divisa com o Estado do Rio Grande do Sul, que possibilitará o escoamento da produção de maçã daquela localidade, evitando a tração mecânica entre os frutos e proporcionando maior qualidade do produto, que poderá concorrer com as demais regiões produtoras, na exportação para o mercado internacional. Outro aspecto de relevância é o turismo de inverno que será viabilizado por intermédio dessa rodovia, após a sua conclusão, ligando a Serra Catarinense à Serra Gaúcha.

Executa, também, trabalhos de conserva, da BR 116, na região de Vacaria/RS.

3.2.4 Perspectiva de Futuro

Para o futuro, o 1º B Fv já possui algumas obras em vista, porém, acima de tudo, o Batalhão Benjamin Constant, permanecerá em constante preparação, e estará imediatamente pronto para emprego em apoio à cidade de Lages, seja em operações militares ou para atuação em caso de calamidade pública.

Além disso, permanece a desejar a construção e reparação de ferrovias, “a sonhada volta aos trilhos” (observação deste postulante), tendo em vista, ter executado, pela última vez, esse tipo de trabalho, na FERROESTE.

Assim, o 1º B Fv, de grandes tradições e serviços prestados, encontra amplos corredores de possibilidades de atuação para o futuro e, assim como no passado estará, com certeza, nesse futuro, pronto para enfrentar os novos e inéditos desafios à ele reservados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da implantação geral do 1º B Fv e do partido para o pavilhão administrativo do 1º B Fv, foi trabalho desafiador, pela grandiosidade da edificação e pelas especificidades envolvidas, mas permitiu grande aprendizado, possibilitando a aplicação de conhecimentos acadêmicos e gerais. Foi edificante e satisfatório propor um projeto de uma Instituição que possui uma história longínqua e valiosa.

O desenvolvimento do partido foi realizado, considerando as necessidades de um Batalhão de Engenharia de Construção, as Normas da Instituição e a experiência do autor, tendo este passado por diversos quartéis do Exército Brasileiro, em mais de 20 anos de serviço.

Além disso, foram feitas diversas pesquisas e análises relativas ao lugar, avaliando itens como acessibilidade, infraestrutura, espaço físico, circulação e o programa de necessidades.

Ainda, foi realizada pesquisa quanto aos aspectos de sustentabilidade e aproveitamento da energia, de modo a tornar o projeto o mais sustentável possível, procurando garantir um menor impacto ao meio ambiente.

Para o desenvolvimento do trabalho foram observadas questões de entorno, como usos e ocupações, sistema viário e os condicionantes físicos, urbanísticos e legais.

O Partido baseou-se num conjunto de projetos referenciais, desenvolvendo cada detalhe, na busca por uma edificação mais moderna, sem no entanto fugir às características tradicionais, tendo como farol a obtenção de uma construção duradoura e eficiente.

Como resultado, é apresentada a implantação adotada, assim como os aspectos funcionais, demonstrados pelas plantas baixas, com a definição da volumetria, tratamento de superfícies, e os aspectos tecnológicos, como o tipo de estrutura a ser adotado, conceitos de arquitetura bioclimática e materiais.

O trabalho atingiu os objetivos propostos, pois conseguiu aliar características de modernidade e conservadorismo, forma e função, beleza e praticidade, construídos baseados em fluxograma que atenderá às necessidades do cliente.

Além disso, nas questões relativas à sustentabilidade da edificação, conseguiu proporcionar um projeto, com qualidade do objeto arquitetônico, com estruturas que terão muito boa eficiência energética.

Os estudos serão aprofundados na segunda etapa do trabalho, na disciplina de TCC II, com fins de viabilizar a proposta.

5. REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Maria Paula; LIMA, Cecília Modesto. Dicionário ilustrado de arquitetura. São Paulo: V. Wissenbach Editor, 1998.

BENTO, Cláudio Moreira. O Papel do Exército no Desenvolvimento Nacional – O Caso Brasileiro. Artigo Científico. Resende, 1986.

BRASIL. Exército. Portaria Ministerial nº 689, de 20 de Julho de 1988. IG 50-03 - Instruções Gerais para o Planejamento e a Execução das Obras Militares. Brasília - DF, 1988.

BRASIL. Lei Complementar Nr 306, de 21 de dezembro de 2007. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Territorial de Lages - PDDT- LAGES. Prefeitura Municipal de Lages. Lages, 2007.

DOIS bairros importantes no lado norte de Lages. Correio Lageano, Lages, 23 Mar 2002. Disponível em: <http://www.clmais.com.br/informacao/72892/dois-importantes-bairros-no-Lado-norte-de-lages>. Acesso em 10 de julho de 20017.

GOULART, Solange. Sustentabilidade nas Edificações e no Espaço Urbano. Apostila (Laboratório de Eficiência Energética em edificações) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2007.

HISTÓRIA CATARINA. Lages. Editora Leão Baio. Ano XI. Número 78. 2016 -. Anual. MACEDO, Tibério Kimmel. A Engenharia Militar e o desenvolvimento do Brasil. Porto Alegre. Disponível em: http://www.dec.eb.mil.br/historico/pdf/A_Engenharia_Militar.pdf. Acesso em 10 de junho de 2017.

PRADO, Emanuel Marcos Cruz e. 10º Batalhão de Engenharia de Construção. 4. Ed. Lages: Grafine, 2005. 83

QUINTO Regimento de Carros de combate chega aos 73 anos como um dos quartéis mais modernos do País. Riomaframix, 10 Jul 2017. Disponível em: <https://www.riomaframix.com.br/2017/04/03/5a-rcc-chega-aos-73-anos-como-um-dos-quarteis-mais-modernos-do-pais/>. Acesso em 10 de julho de 2017.

REDE mundial de computadores. Conheça Lages. Disponível em: <http://www.visitlages.tur.br/>. Acesso em: 05 de dezembro de 2016.

RISSE, André Luiz Stangl. As Contribuições da Engenharia de Construção do Exército Brasileiro para o Desenvolvimento do Brasil, Seu Emprego na Atualidade e as Perspectivas de Futuro Dentro da Nova Estratégia Nacional de Defesa. Monografia (Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia) - Escola Superior de Guerra. Rio de Janeiro, 2011.

TAVARES, Aurélio de Lyra. A Engenharia militar portuguesa na construção do Brasil. Ed. Brasileira. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército, 2000.

REQUALIFICAÇÃO DE ÁREA RURAL COM POTENCIAL TURÍSTICO

Lucas Silva dos Santos¹
Tais Trevisan²
Bárbara Moura Dias E Silva³
Lilian Louise Fabre Santos⁴

RESUMO

O presente trabalho trata de uma requalificação de espaço rural, que tem como foco inicial o turismo, sendo ele descrito como: atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem. Especifica-se sobre a subdivisão do turismo em setores específicos como por exemplo: Religioso, cultural, agroturismo e entre outros. Também a especificação mais detalhada do turismo rural, sendo ponto primordial do estudo e se subdivide em: cultural, ecológico, esportivo. Menciona-se sobre a História do turismo rural na região serrana de Santa Catarina, destacando referências turísticas, como: localidades, fazendas, pousadas, eventos e entre outros. Enfatiza-se os dados e gráficos mostrando a importância de incluir opções de hospedagem para que o turista se sinta mais acolhido pela cidade. Além disso, evidencia a ergonomia em projetos arquitetônicos, sendo ela uma contribuição que se classifica em: ergonomia da concepção, correção e conscientização, onde a ergonomia de concepção é considerada a mais viável devido a vários fatores incluindo o fator econômico. A acessibilidade encontra-se no estudo de projeto universal que atende aos turistas independentemente de suas deficiências. Para conclusão, é exibido estudo de caso, referências projetuais, além de expor as normas e legislações consultadas para concepção deste estudo. Em seguida é apresentado o estudo do local a ser projetado, condicionantes físicas e legais, programa de necessidades, organograma, implantação proposta e estudo de volumetria.

Palavras-chave: Requalificação. Turismo. Ergonomia. Acessibilidade. Rural. Lages.

ABSTRACT

The present work deals with a requalification of rural space, whose initial focus is tourism, being described as: activities that people perform during their travels and stay in places other than those that live. It specifies on the subdivision of tourism in specific sectors such as: Religious, cultural, agrotourism and among others. Also the more detailed specification of the rural tourism, being primordial point of the study and is sub-

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia

³ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, mestre em ambiente construído pela universidade federal de juiz de fora – ufjf.

⁴ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em preservação do patrimônio cultural pelo instituto de patrimônio histórico e artístico nacional - iphan/rj.

divided in: cultural, ecological, sport. It is mentioned about the History of rural tourism in the mountain region of Santa Catarina, highlighting tourist references, such as: localities, farms, inns, events and among others. Emphasizes the data and graphics showing the importance of including lodging options so that the tourist feels more welcomed by the city. In addition, it shows the ergonomics in architectural projects, being a contribution that is classified in: ergonomics of the design, correction and awareness, where the ergonomics of design is considered the most viable due to several factors including the economic factor. Accessibility is found in the universal design study that caters to tourists regardless of their disabilities. To conclude, a case study, project references are presented, besides exposing the norms and legislations consulted for conception of this study. Next is the study of the site to be designed, physical and legal conditioning, needs program, organization chart, proposed deployment and volumetric study.

Keywords: Requalification. Tourism. Ergonomics. Accessibility. Rural. Lages.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso discorre sobre o tema “Requalificação de área rural com potencial turístico”.

O desenvolvimento deste estudo se dá em partes. A primeira parte trata sobre o turismo, turismo rural, potencial turístico de Lages e região, ergonomia no setor turístico e acessibilidade e turismo. Na segunda parte é relatado o estudo de caso de uma pousada localizada na Serra Catarinense, explicando as formas construtivas das edificações, seus usos, o dia a dia da pousada, entre outros. Em seguida, são tratadas as referências projetuais, a fim de dar diretrizes para o projeto proposto. Na quarta parte, o estudo de normas e legislações necessárias para a concepção do projeto. Na quinta parte se apresenta o partido geral que fala sobre a localização do projeto, condicionantes físicos e legais, levantamento dos dados do terreno, implantação atual, implantação proposta e volumetria, sintetizando as análises para a sexta parte, que é a conclusão do trabalho.

Partindo desta explanação, este trabalho levanta o problema sobre a adaptação dos espaços existentes a um novo uso, levando em consideração a utilização atual com a integração de um novo conceito referente ao potencial turístico existente.

Com a existência da demanda turística em algumas épocas do ano, é importante ter opções variadas de hospedagem para que o turista se sinta mais acolhido.

Portanto, como objetivo, o presente trabalho visa elaborar uma solução que atenda a demanda de hospedagem, mas que também se destaque por ser um diferencial em relação à ergonomia e à acessibilidade, disponibilizando assim o conforto que o turista procura.

1.1 Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral consiste em enfatizar o estudo do turismo envolvendo os conceitos de ergonomia para atender a demanda de projeto conforme as necessidades do proprietário, requalificando os espaços existentes e adaptando-os a um novo uso

referente ao potencial turístico que há na localidade de Santa Terezinha do Salto (área rural de Lages SC).

Os objetivos específicos são de realizar o projeto ressaltando o conceito de ergonomia e evidenciar a cultura local e as tradições regionais na concepção do projeto.

1.2 Justificativa

A escolha do tema se deu a partir da existência de demanda projetual proveniente do proprietário de área rural, cujas intenções são de alterar e adequar o espaço existente flexibilizando o uso atual (lazer familiar) correspondente ao grande potencial turístico da região (hospedagem de turistas diante de eventuais demandas, exemplo: temporada de inverno, Festa do Pinhão, entre outros).

Também, pela existência de uma pequena infraestrutura no local que pode ser requalificada, assim atendendo às necessidades referentes a hospedagens de turistas.

1.3 Materiais e métodos

As pesquisas realizadas para a elaboração deste trabalho deram-se pelas seguintes etapas:

Etapa 1: Escolha do tema a ser realizado o projeto;

Etapa 2: Análise do terreno existente para possível instalação do projeto, análise das condicionantes físicas e legais (plano diretor) para verificação da possibilidade para o tipo de uso destinado;

Etapa 3: Revisão bibliográfica sobre turismo, turismo rural, potencial turístico de Lages e região, ergonomia no setor turístico e acessibilidade e turismo, referências arquitetônicas, legislações e normas existentes para a elaboração de um projeto de uma pousada rural;

Etapa 4: Elaboração do partido geral – elaboração do programa de necessidades, implantação e relações com o entorno do local escolhido, zoneamento das atividades a serem fornecidas conforme estudo dos itens citados anteriormente, adequação do projeto analisando as etapas estudadas acima;

Etapa 5: Estudo e domínio dos desafios encontrados, aplicando soluções adequadas para a realização do projeto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo

De acordo com a Organização Mundial de Turismo e Nações Unidas (OMT-NU), o turismo pode ser definido como “as atividades que as pessoas realizam durante suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros” (PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS, 2017).

No Brasil, o turismo é definido com ênfase para seu caráter econômico pelo Instituto Brasileiro de Turismo:

Uma atividade econômica representada pelo conjunto de transações (compra e venda de serviços turísticos) efetuadas entre os agentes econômicos do turismo. É gerado pelo deslocamento voluntário e temporário de pessoas para fora dos limites da área ou região em que têm residência fixa, por qualquer motivo, excetuando-se o de exercer alguma atividade remunerada no local que visita (EMBRATUR, 2009, apud ROCHA, 2009, P. 20).

Além das definições acima, cabe ressaltar o conceito de sistema turístico modelado, que analisa o comportamento da oferta e da demanda no contexto turístico e estabelece uma base de três elementos orientadores para o planejamento (LEIPER, 1979):

1) A presença do elemento geográfico, caracterizado por uma região geradora de turistas, ou seja, de um núcleo emissor entendido como uma região de destinação turística.

2) A indústria turística observada desde a região geradora de turistas até o núcleo receptor, através dos setores primários, secundários e terciários da economia ligados ao turismo, onde, o setor primário corresponde à produção através da exploração de recursos da natureza, o secundário transforma as matérias-primas produzidas pelo setor primário em produtos industrializados como roupas, máquinas, automóveis entre outros e o terciário se refere aos serviços prestados por terceiros para atender determinadas necessidades, seja do comércio, educação, saúde etc.

3) Por último, do turista, epicentro do sistema.

2.2 Turismo no espaço rural

Estes três princípios vêm contornados pelo ambiente social, econômico, cultural, tecnológico, político e religioso, nas suas dinâmicas e sensibilidades.

Além das práticas comuns ligadas ao conceito de turismo, como viagem, deslocamento, permanência fora do domicílio, estadia provisória etc, considera-se ainda a sua subdivisão em setores específicos como: turismo religioso, cultural, de eventos, agroturismo, rural, náutico, ecológico, aventura, entre outros.

“O Turismo no Espaço Rural (TER) consiste no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais, segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural” (PORTUGAL, Lei 54 de 11 de março 2002, apud PATO, 2015, P. 924).

Segundo Dario de Oliveira Lima Filho et al. (s. d.) os habitantes de médias e grandes cidades sofrem com o processo de urbanização acelerada em todo o Brasil e, com isso, surge a demanda de um contato maior com a natureza. Desta forma, há uma crescente importância pelo turismo rural como prática social e, principalmente, como atividade econômica para os empreendedores.

Esse crescimento tem contribuído para o surgimento de diversas iniciativas direcionadas para o desenvolvimento do turismo no espaço rural, por dispor da simples experiência de trocar a paisagem de concreto das edificações por um cenário verde, coberto de plantações e animais, ou seja, o espaço rural, propriamente dito, é, para muitas pessoas, uma forma de remediar o estresse e sair da rotina. É atribuída uma grande importância aos valores e à identidade cultural e, ao mesmo tempo, à possibilidade de

desenvolvimento econômico regional (MARTINS, 2016).

O espaço rural turístico possui características específicas como a cultura, a ecologia, o esporte e o simples cotidiano da vida no campo, também se subdividindo em setores como turismo cultural, ecológico, esportivo, rural, entre outros.

2.2.1 Turismo cultural

Segundo Cohen (1979), o turismo no espaço rural pode ser considerado cultural, a medida em que habitantes urbanos procuram no espaço campestre a cultura que eles pensam perdida nos espaços urbanos, possibilitando a apreciação de estilos de vida diferentes do próprio e mesmo outras experiências mais espirituais.

O Turismo cultural rural se baseia na forma como o turista se envolve com a natureza, convivendo com o dia-a-dia das propriedades, conhecendo sua atividade agropecuária produtiva, assim como as riquezas culturais existentes, através do patrimônio arquitetônico rural, histórias regionais, saberes, lendas, cantigas, objetos (CAIRO, 2003), entre outras rotinas pertinentes a realidade local como acordar cedo, tratar os animais, ordenhar as vacas e tomar o café com o leite gordo e fresco, também conhecido como Camargo.

Para Fucks (2002 p.203), é como voltar ao passado que decorre na atualidade, despertando o interesse pela cultura rural, não deixando de ser uma harmonização com a própria história, numa tentativa de resgatar as raízes culturais e a identidade brasileira.

2.2.2 Turismo ecológico

Conforme o Ministério do Meio Ambiente (2017), o turismo ecológico ou ecoturismo é o “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista por meio da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações.”

O turista que pratica esta modalidade que se evidencia de qualquer outro tipo de turismo tradicional, se desloca do seu local de origem em busca de áreas pouco conhecidas, com objetivos específicos de estudo, admiração e prazer e harmonia com a fauna e a flora (GUIA FLORIPA, 2017).

O turismo ecológico pode ser praticado em um banho de cachoeira, numa caminhada por trilhas, num passeio a cavalo, num estudo biológico entre outros modos de apreciação (GUIA FLORIPA, 2017).

Vale ressaltar que alguns autores consideram que o turismo ecológico e ecoturismo são diferentes um do outro. Basicamente o ecoturismo assim como o turismo ecológico, está ligado a atividades naturais, porém, visa o desenvolvimento econômico sustentável. Já o turismo ecológico se trata da aproximação do homem e a natureza, ou seja, o simples fato de pisar na terra, fazer uma trilha (ROCHA et. al., 2009), assim como outras atividades como passeios a cavalo (Figura 2) e entre outros.

2.2.3 Turismo esportivo

O turismo esportivo é em determinadas situações confundido com o turismo

de eventos esportivos. Nos dois casos, existe o deslocamento de turistas para uma determinada região propícia à prática de um esporte específico, o que resulta numa utilização de toda a estrutura turística. Porém, o que motivou o processo turístico é diferenciado. É importante ressaltar que no turismo esportivo, o turista vem com a intenção de praticar o esporte por lazer ou treinamento, sem o intuito de competir, num local onde a disponibilidade física se caracteriza como permanente (GOIDANICH e MOLLETTA, 1998).

2.2.4 Turismo rural

Turismo Rural é uma modalidade de Turismo cujas principais motivações do viajante são o contato mais próximo e verdadeiro com as tradições, costumes, valores, gastronomia, práticas e gentes de uma determinada região ou local. Este contato tem por base a hospedagem em propriedades domiciliares e num ambiente mais familiar e rural (LOPES, 2016).

No contexto brasileiro, já havia experiências de turismo rural anteriores a década de 1980, porém, a atividade ainda não era reconhecida como tal, pois, a prática de hospedar viajantes era comum em algumas fazendas (TULIK, 2010, P. 01).

No município de Lages, no estado de Santa Catarina, o ano de 1984 foi marcada pelo início de uma atividade organizada na Fazenda Pedras Brancas, que começou como uma alternativa de aproveitamento da estrutura existente nas fazendas e estâncias de criação de gado de corte e leiteiro (LIMA, et. al., 2003, p. 04).

Foi constituída uma Comissão Municipal de Turismo que apoiou um estudo sobre a procura potencial do Turismo Rural, o qual sustentou o lançamento de um projeto piloto que obteve sucesso e abriu caminho a emergência de um novo produto na oferta turística brasileira (SILVA; VILARINHO; DALE, 2000; SIRGADO, 2001).

Desde então, o turismo rural está crescendo no Brasil e se tornou uma importante atividade econômica no país e abrange o setor de serviços, o comércio e a indústria, além de se destacar como um importante fator de desenvolvimento mundial, nacional, regional e municipal (LIMA, et. al., 2007, p. 72).

Ainda entre suas vantagens, esta modalidade de turismo se torna uma opção para pequenos agricultores obterem uma nova fonte de renda além das atividades do dia-a-dia. Seria uma saída para os problemas econômicos e também sociais que podem atingir a falência do mesmo (LIMA, et. al., 2007).

É importante entender que para que o turismo rural realmente funcione de forma correta, os empreendedores, sejam eles agricultores ou não, devem seguir normas para que não sejam gerados impactos ao meio ambiente, tornando assim o seu empreendimento o mais sustentável possível, visando a valorização do homem do campo e da estabilidade ecológica do meio natural (LIMA, et. al., 2007).

2.3 Potencial turístico rural de Lages e região

“Lages é o berço do turismo rural no Brasil, devido a sua posição geográfica estratégica, recebendo turistas de todo o país e do MERCOSUL.” (PREFEITURA DE LAGES SC, 2017). De fato, toda região serrana tem sua identidade própria devido a

vários fatores como a sua história, suas raízes, culturas e seus costumes preservados em total harmonia com o ambiente rural.

Lages foi fundada em 22 de novembro de 1766 pelo paulista Antônio de Macedo Correia Pinto. Primeiramente recebeu o nome de “povoado de Nossa Senhora dos Prazeres dos Campos das Lages” e em maio de 1771, foi elevada à categoria de vila, até 1820, quando foi desanexada de São Paulo e passou a fazer parte de Santa Catarina. Em 1960, o antigo nome foi substituído por Lages. (CIDADES BRASILEIRAS, 2017.). A cidade está localizada no planalto serrano de Santa Catarina e é referência no setor turístico.

“A Princesa da Serra”, título que se deve ao imenso potencial turístico e às inúmeras belezas naturais de Lages, oferece um modo diferenciado de turismo, que busca integrar os visitantes com as tradições locais e proporcionar um maior contato com a natureza (PORTAL DO GAZETA, 2015).

Tanto na área urbana quanto no campo, Lages oferece muitas opções turísticas, dentre elas estão a localidade de Coxilha Rica, conhecida pela história envolvendo as tropas de comerciantes do Brasil Colonial, que saíam do Rio Grande do Sul rumo a São Paulo, além da cultura e a bela paisagem, e também a localidade de Santa Tereziinha do Salto, que disponibiliza atrativos como a pesca, pontos turísticos como a Usina Hidrelétrica de Caveiras e a bela queda d’água do Rio Caveiras, além de campings e pousadas.

Para o turismo de aventura e esportivo, a região serrana de Santa Catarina dispõe de alguns parques como o Adventure Park, localizado em Lages, e o Snow Valley, na cidade de São Joaquim. Ambos disponibilizam atividades no espaço rural, como trilhas, passeios com quadriciclos e também modalidades esportivas como tirolesa, escaladas, rapel e outros.

A região serrana também se destaca por suas vinícolas, que oferecem um produto diferenciado: os vinhos finos de altitude, produzidos entre 900 metros e até 1.400 metros acima do nível do mar. Os principais produtores de vinhos de altitude brasileiros estão localizados na Serra Catarinense e no Vale do Contestado, localizado no oeste de Santa Catarina, onde o clima frio permite que as variedades de uva amadureçam de forma lenta e completa.

Além da produção do vinho, as vinícolas da região serrana de Santa Catarina dispõem de repletas belezas naturais e arquitetônicas, como a Vinícola Pericó Ltda., a Quinta Santa Maria e a Villa Francioni, todas localizadas no município de São Joaquim e região (VINHOS DE ALTITUDE, 2017).

A rota turística da região serrana é bastante ampla. A cidade de Urubici, localizada a 112,1 km da cidade de Lages, é muito visitada pelos turistas. A cidade dispõe de vários pontos turísticos, como o Morro da Igreja, a Pedra Furada, trilhas por belas cachoeiras e também a Serra do Corvo Branco, entre outros.

Este mesmo passeio, o turista pode ainda, ir até ao município de Bom Jardim da Serra, mais especificamente na Serra do Rio do Rastro, outro cartão postal da região serrana de Santa Catarina. Localizado a 84,3 km de Urubici, o local conta com infraestrutura adequada para o visitante, além de uma bela vista do mirante.

Cabe ressaltar, ainda, o potencial turístico dos hotéis-fazenda e pousadas rurais, como o Boqueirão Hotel Fazenda & Resort de Campo, Hotel Fazenda Pedras Brancas, Pousada Refúgio do Lago, Pousada e Camping Azaverde, entre outros, que

disponibilizam aos visitantes, atividades rurais que trazem à tona a cultura regional e gaúcha, já que a região serrana de Santa Catarina está próxima ao estado do Rio Grande do Sul e a cidade de Lages, durante toda sua história, recebeu tal influência.

No que diz respeito ao turismo relacionado a eventos, a cidade atrai muitos visitantes em festas tradicionais como a Expolages (feira de agronegócios), o Motoneve (encontro de motociclistas) e a Festa Nacional do Pinhão, principal evento da cidade, que traz a cultura do povo serrano e uma gastronomia típica da região.

O evento ocorre anualmente em meados de maio e junho, época em que o centro urbano de Lages, apesar de possuir infraestrutura considerável para o turismo, acaba não comportando o número de reservas. Desta forma, os espaços rurais e hotéis-fazenda da região se tornam uma opção aos visitantes, que se beneficiam também da tranquilidade dos ambientes naturais.

É possível afirmar que economia lageana se favorece muito com os turistas nesta época do ano. Conforme dados apresentados pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo de Santa Catarina (Fecomércio) que, em 2016, durante a festa, entrevistou 475 turistas, 272 estabelecimentos comerciais e 20 hotéis.

Além das entrevistas com os turistas foram realizadas intervenções rápidas nas catracas de entrada, denominadas flagrantes, buscando identificar o perfil de todos os participantes da festa. O grau de confiabilidade da pesquisa é de 95% e a margem de erro é de 5% para os turistas e 6% para empresas. (FECOMÉRCIO, 2016)

Os dados presentes, mostram que nesta época do ano apenas 41% dos turistas são visitantes locais (Lages e região), sendo a maioria de outras regiões, como Florianópolis (SC), Joinville (SC), Criciúma (SC) e São Paulo (SP). Entre os visitantes, consta que 68,5% utilizaram algum tipo de hospedagem.

Os perfis socioeconômicos dos turistas são variados, onde a mesma constata que o público abrangente da festa são casais (48,4%) numa faixa etária de 31 a 40 anos.

2.4 Ergonomia no setor turístico

O turismo movimentou uma média de 3,7% do PIB brasileiro (NASCIMENTO, 2017). Segundo o ministro do turismo, Marx Beltrão (2017), “o turismo é um setor importante da economia brasileira, responsável pelo desenvolvimento das regiões, além da geração de emprego e renda (...)”.

Neste contexto, a ergonomia pode ser aplicada no setor turístico de modo a colaborar com a infraestrutura de hotéis, pousadas e outros serviços oferecidos ao turista.

Ergonomia “é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento e ambiente e, particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução de problemas surgidos desse relacionamento” (ERGONOMICS RESEARCH SOCIETY, 1949).

A ergonomia pode ser classificada em três categorias distintas: ergonomia cognitiva, organizacional e física (IIDA, 2005, p. 19).

1) A ergonomia cognitiva atua na percepção, memória e resposta motora do ser humano. Isto inclui o estudo da carga mental de trabalho, desempenho especializado, interação homem-computador, estresse e treinamento relacionado a projetos envolvendo seres humanos e sistemas.

2) A ergonomia organizacional refere-se principalmente a otimização dos sistemas sócio técnicos, incluindo suas estruturas organizacionais e políticas. Os tópicos relevantes incluem comunicações, projeto e organização temporal do trabalho, projeto participativo, novos paradigmas do trabalho, cultura organizacional, organizações em rede, trabalho e gestão da qualidade.

3) Ergonomia física está relacionada com as características da anatomia humana, antropometria, fisiologia e biomecânica em sua relação à atividade física. Seus tópicos incluem o estudo da postura no trabalho, manuseio de materiais, movimentos repetitivos (LER), distúrbios músculo-esqueléticos relacionados ao trabalho, segurança e saúde.

Para o projeto na área do turismo, estas classificações de ergonomia podem também ser aplicadas. A ergonomia cognitiva relaciona-se a aspectos projetuais que proporcionem aos turistas bem-estar emocional, satisfação e uma boa percepção dos ambientes, envolvendo processos como a setorização dos ambientes, organização do layout, acessos, especificação de materiais, móveis, equipamentos, mobiliário, cores, sinalizações etc.

A ergonomia física trata do conforto do turista com relação à anatomia humana relacionando-se diretamente a fatores como a saúde, bem-estar físico, acessibilidade e conforto ambiental (térmico, luminoso e acústico).

Por fim, a ergonomia organizacional relaciona-se a aspectos administrativos, como a melhoria na comunicação, gestão de qualidade entre outros fatores que envolvam os serviços oferecidos e o turista.

Desta forma, além de proporcionar efeitos positivos aos turistas, o projeto ergonômico é também aplicável à empresa de turismo e seus funcionários. Promover a ergonomia através de gestão estratégica contribui para que o serviço oferecido tenha cada vez mais qualidade e esteja aliado com o conforto de ambos os lados (cliente e colaboradores) (CARVALHO; BARTHOLO, 2017).

Cabe mencionar ainda a classificação do conceito de ergonomia que considera sua forma de contribuição, podendo ser: ergonomia de concepção, correção e de conscientização (WISNER, 1987, apud LIDA, 2005, p. 30).

1) A ergonomia de concepção ocorre quando a contribuição ergonômica se faz durante o projeto. Todas as decisões são tomadas em função de situações hipotéticas, ainda sem uma existência real, por isso, deve se ter um maior conhecimento e experiência. Para um melhor desempenho, pode-se buscar informações em situações que já existam ou trabalhando em modelos para que possam serem simulados no computador.

2) Já a ergonomia de correção é aplicada em situações existentes. Muitas vezes deixa de ser feita em sua totalidade, gerando resultados insatisfatórios em função dos custos elevados para sua aplicação.

3) A terceira, ergonomia de conscientização, ocorre em função das alterações sofridas pelo ambiente através de reformas, manutenção, etc. Sua importância é essencial para o correto funcionamento das fases anteriores.

2.5 Acessibilidade e turismo

Ressalta-se que diante das possibilidades, a ergonomia de concepção pode ser considerada o tipo de intervenção mais viável, pelo fato de ser inserida logo no início do projeto e ainda haver a possibilidade de prever situações e simular as mesmas, além da viabilidade econômica, pois evita os custos de modificação de uma construção já existente.

A definição de acessibilidade se dá devido à possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos (ABNT NBR 9050. 2004, p. 02).

É importante considerar que a acessibilidade também é aplicável na segurança e cotidiano dos usuários com deficiência ou não. Um piso úmido pode levar a um acidente se não for antiderrapante, ou também, acessos que não possuem corrimão podem trazer riscos ao usuário. São vários fatores que mostram o quão importante é a acessibilidade não somente no setor turístico, mas em qualquer lugar.

Se tratando de turismo, a coordenadora-geral de Turismo Sustentável do Ministério do Turismo, Isabel Barnasque (2016) enfatiza que o turista com deficiência deve ser tratado como qualquer outro turista.

“A pessoa com deficiência é um turista como qualquer outro e deve procurar seus direitos e facilidades na hora de viajar. Também é importante informar com antecedência à empresa de transporte de passageiros contratada e o hotel em que irá se hospedar sobre suas necessidades específicas para garantir a satisfação na viagem” (BARNASQUE. 2016).

Todos os espaços, edificações, mobiliários e equipamentos urbanos que vierem a ser projetados, construídos, montados ou implantados, bem como as reformas e ampliações de edificações e equipamentos urbanos, devem atender aos requisitos da ABNT NBR 9050 para serem considerados acessíveis. Já as edificações residenciais multifamiliares, condomínios e conjuntos habitacionais devem ser acessíveis em suas áreas de uso comum (CIDADE ACESSÍVEL, 2013).

Levando em consideração esta importância em atender aos requisitos da norma ABNT NBR 9050, a acessibilidade encontra-se no conceito do projeto universal, que tem a preocupação em dotar o produto ou ambiente com as características que facilitem o seu uso pela maioria das pessoas, incluindo certas minorias.

Para Null (1993, apud IIDA 2005, p.319) os princípios do projeto universal são:

1) O Uso equitativo: o projeto deve ter dimensões, ajustes e acessórios que permitam atender o maior número possível de usuários. Inclui segurança, proteção e privacidade.

2) Flexibilidade no uso: o projeto deve acomodar uma ampla gama de habilidades e preferências pessoais (possibilitar a escolha do modo de usar / adaptar-se às forças e ritmos dos usuários).

3) Uso simples e intuitivo: o produto deve ser facilmente entendido, sem depender de conhecimentos especializados, linguagem ou nível de atenção.

4) Informação perceptível: as informações devem ser efetivamente comunicadas ao usuário (visibilidade, audibilidade, legibilidade, contrastes e entre outros).

5) Tolerância ao erro: o projeto deve minimizar os riscos e as consequências das ações involuntárias ou acidentais (sensibilidade exagerada de controles, advertências para erros, isolar situações perigosas, e entre outros).

6) Redução do gasto energético - o projeto deve evitar superdimensionamentos desnecessários (ambientes muito grandes, pavimentos, usuário mantido em posição neutra).

7) Espaço apropriado: o dimensionamento das máquinas, equipamentos e espaços deve ser apropriado para acesso, alcance e manipulação, independentemente do tamanho do usuário, postura ou mobilidade.

Para o setor turístico, o conceito do projeto universal é extremamente importante, pois a arquitetura é feita para seres humanos, independentemente de suas necessidades. Um ambiente bem planejado e acessível traz segurança e a satisfação do usuário.

3. CONCLUSÃO

A realização deste trabalho colaborou para o desenvolvimento profissional, proporcionando conhecimento na área do turismo rural o qual possui relação com o tema, requalificação de área rural com potencial turístico.

Conclui-se também que o conhecimento adquirido contribui para o projeto proposto, uma pousada rural, já que o terreno escolhido possui um grande potencial turístico e também por dispor de uma pequena infraestrutura com âmbito familiar já instalada no local, além de ser sustentável na medida que seu desenvolvimento ajude a manter as características rurais da região.

As análises sobre o estudo de caso e também das referências projetuais facilitam o entendimento sobre a funcionalidade de uma pousada rural, as técnicas construtivas que podem ser usadas e outras ações que são importantes que são importantes para a concepção do projeto.

Por fim, percebe-se a potencialidade do local escolhido em relação a hospedagem e a importância de se ter infraestrutura adequada para oferecer aos turistas que escolhem a região serrana de Santa Catarina para a prática do turismo.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Noções Básicas do Turismo. Disponível em: <http://portal.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/11_11_2009_12.49.07.432d004c9d8ab2ee89f865e5710b8bd7.pdf>. Acesso em 30. abr. 2017.

ZACCHI, G. P. A Incidência do Desenvolvimento Regional Através da Atividade Turística. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/desenvregional.html>>. Acesso em 30. abr. 2017.

ROCHA, L. U. Projeto fazenda hotel rancho grande – Formosa/GO: plano financeiro. Brasília, p. 104. 2009.

FILHO, D. O. L. et al. O turismo rural e o pequeno agricultor. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/12O511.pdf>>. Acesso em 30. abr. 2017.

AZEVEDO, T. Turismo Rural. Disponível em: <<http://educacao.globo.com/artigo/turismo-rural.html>>. Acesso em 01. maio. 2017.

FILHO, D. O. L. et al. O turismo como alternativa econômica para a pequena proprie-

dade rural no Brasil. Turismo, Visão e Ação, Itajaí, v. 9, n. 1, p. 68-8, jan./abr. 2007.

O que é Ecoturismo. Disponível em: <<http://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28936-o-que-e-ecoturismo/>>. Acesso em 05. maio. 2017.

LANZARINI, E.J; FERRO, M. T. Turismo Esportivo: Renda, Educação e Lazer – Abr/04. Disponível em: <<http://www.revistaturismo.com.br/artigos/esportivo.html>>. Acesso em 07. maio. 2017.

Em qualquer estação do ano Lages é ideal para o turismo. Disponível em: <<http://www.clmais.com.br/turismo/11706/em-qualquer-esta%C3%A7%C3%A3o-do-ano-lages-%C3%A9-ideal-para-o-turismo>>. Acesso em 07. maio. 2017. 69

Empreendedores de Turismo do Paraná visitam Lages. Disponível em: <<http://jornalgazetaserrana.blogspot.com.br/2015/05/empreendedores-de-turismo-do-parana.html>>. Acesso em 08. maio. 2017.

História de Lages. Disponível em: <<http://cidadebrasileira.brasilecola.uol.com.br/santa-catarina/historia-lages.htm>>. Acesso em 13. maio. 2017.

CAIRO, T. S. Turismo cultural rural: uma alternativa de desenvolvimento para a Costa do Cacau. 2003, 187 f. Dissertação (Mestre em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2003.

Turismo Ecológico. Disponível em: <<http://www.guiafloripa.com.br/turismo/passeios-florianopolis/turismo-ecologico>>. Acesso em 15. maio. 2017.

Vinhos de Altitude. Disponível em: <<http://vinhodealtitude.com.br/>>. Acesso em 28. maio. 2017.

AMARAL, F. A. Ergonomia. São Luís, p. 36, 2013.

IIDA, I. Ergonomia: Projeto e Produção - 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

CHIMENTHI, B; FLEMMING, L. O papel da Ergonomia no Design de Interiores. Disponível em: <<http://ergonomiaemcasa.blogspot.com.br/2005/05/o-papel-da-ergonomia-no-design-de.html>>. Acesso em 28. maio. 2017.

CARVALHO, J. B.; BARTHOLO, R. Qualidade nos serviços hoteleiros: um caso sobre o potencial da ação ergonômica. Disponível em: <http://www.anptur.org.br/anptur/anais/v.11/DPG4_pdf/148.pdf>. Acesso em 16. jun. 2017.

BALERA, V. M. R. P. Guia prático de acessibilidade. Critérios e especificações técnicas para avaliação de acessibilidade em edificações, mobiliário e espaços. Disponível em: <<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/Cartilhas/GuiaPraticoDeAcessibilidade.pdf>>. Acesso em Acesso em 16. jun. 2017.

REQUALIFICAÇÃO URBANA: INTERVENÇÃO EM HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL EM ÁREAS AFETADAS EM LAGES-SC

Davi Cordeiro¹

Tais Trevisan²

Diego Tavares Scopel³

Grazielle Schemes Oliveira⁴

RESUMO

O presente trabalho, tem por objetivo apresentar uma proposta de remoção das famílias que ocupam áreas de risco na periferia do Bairro Universitário e Bairro Habitação, nas antigas margens do Rio Carahá e na área de várzea entre os Bairros Habitação e Caça e Tiro, na cidade de Lages, Santa Catarina, às quais estão sujeitas a enchentes recorrentes. No Bairro Universitário, foram cedidos de forma irregular, vários lotes urbanos pela então Sociedade Comunitária do Bairro Universitário, fato contestado por meio de uma Ação Civil Pública promovida pelo Ministério Público Estadual, onde requer a desafetação e retorno da área ao município para a regularização do parcelamento e uso do solo. No Bairro Habitação, áreas verdes foram invadidas, consolidando a situação de vulnerabilidade às enchentes sazonais pela omissão do poder público. Os atingidos que estão nas áreas de risco e os ocupantes irregulares das áreas verdes e invadidas, deverão ser removidos para um local adequado, de preferência em uma área próxima dos mesmos Bairros, evitando assim grandes traumas de cunho histórico-social e garantindo o direito constitucional de moradia digna.

Palavras-chave: Remoção; Enchentes; Área de Risco; Parcelamento. Moradia.

ABSTRACT

The objective of this work is to present a proposal to remove families occupying risky areas on the outskirts of the Bairro Universitário and Bairro Housing, on the former banks of the Carahá River and in the várzea area between the Housing and Hunting and Shooting Neighborhoods in the city of Lages, Santa Catarina, to which they are subject to recurrent floods. In the University District, several urban lots were donated by the then Community Society of the University District, a fact challenged by a Public Civil Action promoted by the State Public Prosecutor, where it requires the disaffection and return of the area to the municipality for the regularization of the parceling and land

¹ Autor/ acadêmico do curso de arquitetura e urbanismo, texto produzido para trabalho de conclusão de curso 1
² Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em desenho urbano pela ufba - universidade federal da bahia.

³ Coautor/ professor do centro universitário unifacvest, especialista em ambientação de interiores – ateler de projeto pela unival. – Universidade do vale do itajai.

⁴ Coautor/ professora do centro universitário unifacvest, mestre em ambiente e saúde pela universidade do planoalto catarinense – uniplac.

use. In the Housing Quarter, green areas were invaded, consolidating the situation of vulnerability to seasonal flooding due to the omission of public power. Those who are at risk and the irregular occupants of green areas and invaded should be removed to a suitable place, preferably in an area close to the same neighborhoods, thus avoiding major traumas of historical and social nature and guaranteeing constitutional law of decent housing.

Keywords: Removal; Floods; Risk area; Installment. Home.

1. INTRODUÇÃO

O Direito a moradia adequada se tornou um direito humano universal, aceito e aplicável em todas as partes do mundo como um dos direitos fundamentais para a vida das pessoas, obrigando ao Estado promover e proteger o direito do cidadão, mesmo sendo um grande desafio em especial aos municípios, (DUDH, 1948).

O desafio dos municípios brasileiros em atender o direito constitucional a moradia digna aliada a falta de fiscalização e até a própria convivência nas invasões das áreas de risco é gigantesco. Em Lages, município localizado na Serra Catarinense, esta situação não foi e não é diferente dos demais municípios, onde a doação e a invasão de terrenos em áreas verdes e de risco é comum.

Lages é a cidade polo da região e esse fator faz com que as populações de outras cidades menores se desloquem para a cidade de maior porte, buscando oportunidades de uma condição de vida melhor. Esse deslocamento humano, acaba impactando às áreas de risco, pois muitas vezes estas pessoas não possuem condições financeiras para se estabelecer em um local com condições de habitabilidade e livre de riscos. Assim, acabam ocupando às áreas de risco, pois em alguns casos já tem um parente ou conhecido que já havia invadido esta área.

Deste modo se originaram e se consolidaram as invasões das áreas remanescentes dos Bairros Habitação e Universitário que foram doadas de forma irregular pelo próprio município e/ou invadidas pela população que buscava ter seu espaço individual. Encontrando estes espaços dentro dos dois bairros que são fronteiros ao norte pela Rua Álvaro Neri dos Santos e a oeste são banhados pelo Rio Carahá, o qual recebe a maioria das águas das chuvas e pluviais no seu montante. Desta maneira, quando ocorrem seguidos dias de chuvas e em grandes quantidades, o volume de água recebido pelo rio é maior que sua capacidade de escoamento e muitas vezes sai fora de seu leito normal, se espalhando pelas várzeas, formando remansos que atingem às cotas de enchentes nos bairros citados, ocasionando frequentemente inundações nas áreas de risco dos bairros citados.

As enchentes e alagamentos são uma realidade de conhecimento público, que fazem parte do cotidiano da região em estudo e que são resultado de fenômenos climáticos que são agravados pela ocupação urbanística desordenada, foram selecionados estes dois bairros para este estudo de caso especificamente, pois são os mais afetados quando ocorre o transbordamento do rio que corta estes dois bairros. Para melhor compreensão, foi realizado um recorte que compreende partes dos bairro Universitário e Habitação, localizados no município de Lages, SC, conforme imagem abaixo.

A ocupação desordenada de áreas verdes às margens do Rio Carahá, bem como, suas várzeas, tem ocasionando prejuízos aos cofres públicos e a população ribeirinha como um todo, destacando não só os danos financeiros, mas também reconhecendo o sofrimento da população afetada, que em sua grande maioria está socialmente vulnerável.

O Geólogo Álvaro Rodrigues dos Santos, traduz em um dos seus artigos, uma visão realista das tragédias ocorridas no mês de novembro de 2008 no Estado de Santa Catarina, onde 150 pessoas perderam a vida em deslizamentos de massa e mais de 80 mil ficaram desabrigadas pelas enchentes. Ele traça um paralelo das ações entre o poder público, técnicos de defesa civil e Universidades, que se debruçaram nos estudos dos fenômenos ocorridos, procurando dimensionar e entender como estes aconteceram e assim evitar as perdas humanas e os danos materiais. Este episódio ocorrido em solo catarinense, foi sucedido por períodos mais chuvosos nos anos posteriores, onde tragédias similares ou de maior gravidade aconteceram em vários estados, mas com danos maiores nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Bahia. Foram intensas as movimentações nos meios técnicos nacional, profissional e entidades ligadas a esses tipos de fenômenos, em especial geólogos, engenheiros geotécnicos, geógrafos, hidrólogos e técnicos de Defesa Civil.

Dessa mobilização resultou debate técnico com o envolvimento de órgãos públicos, em especial os federais. Sob comando direto da Casa Civil, foram criados em caráter de emergência grupos-tarefa nos Ministérios das Cidades, Ciência e Tecnologia, Minas e Energia e Integração Nacional, com várias iniciativas emergenciais tomadas.

Sem qualquer sombra de dúvida, o gargalo crítico que dificultam que os programas de gestão de riscos geológico-geotécnicos-hidrologicos tenham melhores resultados, está na gestão municipal. Pois Municípios de pequeno porte demandam diretamente o apoio do Estado e da União.

Este é o caminho por onde serão reduzidas as possibilidade de ocorrerem a estupidez de novas tragédias que sistematicamente levam a morte e a tristeza a tantos lares brasileiros, em especial os de baixa renda que por contingências sociais e culturais, são levadas a ocupar áreas de risco.

A falta de uma ação efetiva por parte do poder público municipal ao longo de décadas, deixa evidenciada a precariedade e a clandestinidade da posse de áreas destinadas ao lazer e a construção de equipamentos públicos de uso comum, vindo a causar o litígio destas áreas, envolvendo uma questão delicada chamada de moradia, mesmo sendo um dos direitos fundamentais com mais prestígio na nossa Constituição Federal (1988).

Assim, a área em estudo citada anteriormente, compreende um recorte realizado do lado oeste e sul de parte do entorno do Bairro Universitário e também no lado sul e oeste do Bairro Habitação, margeado pela Avenida das Bracatingas, desde o cruzamento da Rua Erva Mate até encontrar-se com a Avenida Álvaro Neri dos Santos, que divide os Bairros em estudo.

Pretenesse trazer à tona esta situação, bem como, prover uma solução, procurando minimizar a perda da identidade, que normalmente ocorrem nesses casos. Usando como proposta de trabalho a requalificação urbana, que Silva (2011) aponta como sendo uma expressão que surge no final da década de 1980, designando renovação ou reabilitação de áreas urbanas.

Geralmente esses processos têm como objetivo declarado desenvolver a compactação da ocupação, promovendo assim a reutilização dos equipamentos urbanos pré-existentis, tendo eventualmente como objetivos colaterais: promoção da sustentabilidade ambiental, melhoria da qualidade de vida da população envolvida, aumento da união social, entre outros. Podendo ter um grau de complexidade variado, independente do motivo, costuma ocorrer um planejamento integrado, a fim de uma compatibilização dos variados interesses e demanda do destino a ser dado a esses espaços: lazer, circulação, atividades de produção, moradia, entre outros.

A melhoria desses espaços pode culminar com sua valorização monetária, dando a esses processos uma dimensão político social que não pode ser ignorada, podendo acarretar em disputas significativas entre o poder público, a população de origem, empresas e outros.

O termo área Afetada é dado as formas de ocupações irregulares das áreas públicas, como: áreas verdes, praças, ruas e prédios em desuso, tendo a finalidade de moradia. Estas ocupações têm estimulado às esferas públicas municipais a praticarem a desafetação destas áreas ocupadas. Estas áreas são consideradas bens públicos e são divididas em três categorias: de uso comum (como rios, mares, ruas e praças); de uso especial (como edifícios ou terrenos destinados a usos institucionais, independentemente da esfera) e de uso dominical, que são bens pertencentes ao Estado, mas, no entanto, não tem uma finalidade específica, tais como, prédios e terrenos abandonados.

Os bens públicos dominicais, por se constituírem de propriedade já pertencente ao Estado, podem, entretanto, ser alienados (SOUZA; MURTA, 2015). No entanto, bens que se constituírem como de uso comum ou uso especial, deve passar por um processo de desafetação para posterior alienação. O processo de desafetação é entendido como o ato administrativo pelo qual um bem público é desativado, deixando de servir à finalidade pública anterior (IMAGAWA, 2015). Ou seja, há a retirada de sua finalidade pública, transpassando-a para a categoria de bens dominicais.

Desta maneira, este Trabalho de Conclusão de Curso tem como finalidade elencar um problema local, muitas vezes patrocinado pelo próprio poder público no âmbito do ente municipal, propondo uma requalificação urbana nos Bairros Universitário e Habitação.

No Bairro Universitário, existem algumas áreas de terras que foram doadas de forma irregular através de leis municipais à Sociedade Comunitária do Bairro Universitário, a qual repassou em forma de lotes a diversas pessoas, sem observar as devidas normas legais do uso e parcelamento do solo. Essas doações estão em processo de reversão ao município de Lages, através de uma Ação Civil Pública em curso e impetrada pelo Ministério Público Estadual.

Quando do planejamento e implantação do loteamento do Bairro Universitário na década de 1980, já havia sido reservada algumas áreas institucionais para a implantação de equipamentos urbanos, sendo uma área com 1.650,00m², e outra área verde com 2.250,00m².

A medida que o bairro foi crescendo, estas áreas foram sendo invadidas, avançando para o sentido sul e para as margens originais do Rio Carahá, destruindo a mata ciliar e a Área de Preservação Permanente.

Além do supracitado, em 1992 foi efetuada a retificação do curso do Rio Carahá, desde a Avenida D. Pedro II até a ponte sobre o referido, na Rua Cirilo Vieira

Ramos. Esta retificação acabou criando uma área de terras onde era o leito original do rio, ocasionando a ampliação da ocupação irregular no antigo leito original do rio. Somando-se estas duas áreas, houve o aumento da população a qual é frequentemente atingida por enchentes que ocorrem sazonalmente nas áreas em estudo.

Situação similar à do Bairro Universitário ocorreram no Bairro Habitação, principalmente quanto às invasões da área remanescente quando da implantação do loteamento então denominado “PLANO HABITACIONAL” no ano de 1978. Estas invasões, em especial às localizadas no entorno da Avenida das Bracatingas, no lado sul. Esta área em sua grande maioria é uma várzea que recebe às águas do Rio Carahá e Caveiras quando estes saem do leito normal em períodos de grande chuva. Há época do lançamento do “PLANO HABITACIONAL”, o poder público já tinha conhecimento destes dados naturais e assim não implantou o loteamento nestes locais, salvo alguns particulares que já possuíam terrenos escriturados naquela área remanescente.

Como não houve uma fiscalização e nem qualquer outro tipo de intervenção do município ou outro poder público durante estes quase quarenta anos, a situação urbanística se consolidou naquela área, com os serviços públicos sendo oferecidos durante todo este período.

Entretanto, mesmo com os serviços públicos implantados, isso não impede que o local seja atingido sazonalmente com o transbordamento dos rios que cortam a região, e como a área afetada ocupa às várzeas destes rios, acaba que a população é atingida, perdendo seus pertences e por muitas vezes sua própria autoestima, bem como, desamparados pelo Estado.

Conforme Depoimento de Manuel Nunes da Silva Neto, Ex-Secretário Municipal de Educação, entre 1973 a 1982, no Município de Lages - SC. O Bairro da Habitação nasceu em 1978, de um projeto pioneiro de habitação popular de uma administração municipal, liderada pelo prefeito Dirceu Carneiro (1977-1982).

A origem do Plano de Habitacional em Lages, partiu da análise da estrutura econômica e social que se formou no campo quando da época áurea da exploração da madeira. Quando começou o declínio desta atividade na região, aumentaram os problemas da questão habitacional. As habitações da periferia em especial, eram precárias e os terrenos públicos estavam ocupados por pessoas que não podiam compra-los devido ao baixo poder aquisitivo exigido pelo mercado imobiliário, bem como, a precariedade das residências existentes, estava causando em torno de 75% dos problemas de saúde na população que recebia abaixo de dois salários mínimos e desta forma a Prefeitura tomou para si a resolução do problema.

Um dos fatores que ocorrem no Brasil afora, é que quando as pessoas tem problemas habitacionais, recorrem ao Poder Público Municipal, ou porque as residências caíram, queimaram, que foram arrasadas pelas enchentes ou o vento destruiu.

O Plano Habitacional proposto pelo Município tinha que resolver o custo das casas com mão de obra e material, pois com uma área de 287 mil metros quadrados divididos em 690 terrenos com 200m² e distante dois quilômetros do centro não seria fácil. Assim nasceu a alternativa da construção em regime de mutirão com o aproveitamento de material usado, doações particulares e uma parte seria complementada pela própria Prefeitura, nascendo assim o Bairro Habitação em 1978.

O Bairro Universitário tem seu nascimento em razão da criação da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC) em 1964 e posterior construção no antigo

campo de pouso em 1972. Após a mudança do campo de pouso, surgiram outras edificações, permanecendo no local o aero clube, como edificação mais antiga. Hoje outros estabelecimentos de ensino e comerciais alavancaram o crescimento do Bairro em especial na área da educação. Afora a área de ocupação irregular que sofre com as constantes cheias, o mesmo destacasse ainda pela quantidade de edificações multifamiliares para atender a demanda por moradia para estudantes que afluem de outros municípios. Ao longo do tempo o bairro foi se ampliando, com as ocupações legais e invasões dos terrenos públicos e margens do Rio Carahá.

O Estado tem atuado de forma incisiva, através de seus órgãos de atuação em especial a Promotoria do Meio Ambiente, que abrange os dezitois municípios da região da Serra Catarinense e que compõem a Associação do Municípios da Região Serrana (AMURES). Esta promotoria tem atuado nos segmentos do patrimônio histórico e cultural, direito urbanístico, habitação e meio ambiente, e, está atualmente sob o comando do Excelentíssimo Promotor Público Estadual, Senhor Renée Cardoso Braga, que por meio de uma entrevista em 2012, já manifestava sua preocupação com a falta de atuação da própria Promotoria no que dizia respeito a forma como vinha acontecendo a condução do “planejamento” urbano das cidades, em especial de Lages, SC.

A promotoria tem uma atuação bastante presente, tanto na questão de planejamento urbano, do parcelamento do solo, política de recursos hídricos, política nacional de resíduos sólidos, tudo o que de alguma forma interfere no meio ambiente, a gente atua. Situações como o crescimento urbano, são preocupações relativamente recentes, mas necessárias. Tem situações que há dez anos as pessoas não tinham preocupação, e que hoje temos que estar atentos, (CORREIO LAGEANO, 2012).

Diante do exposto, é necessário reverter ao patrimônio público às áreas afetadas do Bairro Universitário e Bairro Habitação, para desafetação e realocação de parte da população das áreas ocupadas irregularmente, bem como, das moradias atingidas pelas enchentes para que seja atendida a garantia constitucional da moradia digna e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, garantindo aos ocupantes regularizados seu direito ao lazer e ao uso dos equipamentos urbanos a serem ali instalados.

Se faz necessário ainda a realocação dos moradores das áreas afetadas, em especial aqueles residentes em áreas com risco de alagamentos e enchentes, realizando seu deslocamento para um local com aparelhamento urbanístico adequado e que priorize pela qualidade de vida urbana da população envolvida.

Nas atuais circunstâncias que até aqui foram discorridas, mais o fato das enchentes ocorridas entre o fim de maio e começo de junho de 2017, que atingiram às áreas em estudo nos Bairros Universitário e Habitação, somado ao fato da Ação Civil Pública promovida do Ministério Público Estadual, para que as áreas do Bairro Universitário retornem a sua função primária. Não obstante, o Bairro Habitação, mesmo sendo um bairro planejado, possui situação similar à do Universitário em suas áreas remanescentes, apenas não possui uma Ação Civil Pública. Desta maneira, estes locais são os mais indicados para o presente estudo, pois dentro de um raio de um quilometro, existe um terreno que reúne perfeitas condições para a realocação da população afetada nos dois bairros, mantendo o contexto histórico-social, que são às relações de vizinhos e memórias sensoriais da população atingida que seriam afetadas sim, entretanto, com menos danos, pois ficariam nas proximidades do local e a vizinhança seria praticamente a mesma.

É importante considerar que as remoções são necessárias, pois grande parte das áreas sofre constantes inundações. Desta forma, às realocações são consideradas legítimas, estando relacionados a obras de relevante interesse público, o qual deverá ser sempre estabelecido em parceria com a comunidade atingida, dando a devida atenção e considerando realmente as visões daqueles que vivem nas áreas que serão impactadas.

Portanto, o objetivo geral deste TCC é a retirada dos moradores das áreas de risco que estão sujeitos a ocorrência de desastres, em especial nas áreas em estudo, as quais estão sujeitas frequentemente à enchentes e inundações, tendo com causa a grande quantidade de água da chuva fazendo que o nível comece a subir, ultrapassando seu leito principal, ocupando áreas adjacentes ao leito secundário – conhecido como várzea. Normalmente estas áreas são locais de ocupação humana, que sofrem os efeitos do aumento do nível das águas.

Como as enchentes são fenômenos urbanos que ocorrem quando uma grande quantidade de chuva atinge determinada parte da cidade e se estes locais possuírem áreas verdes e com pouco pavimento no terreno o próprio solo se encarrega de absorver o volume de água. Entretanto, isso não acontece na maioria das cidades brasileiras, onde impermeabilidade do solo é um sinônimo de urbano. Assim, o que era para ser absorvido pelo solo, fica sobre a superfície impermeabilizada dos tecidos urbanos e quanto maior for a chuva, maior será a quantidade de água acumulada sobre a superfície pavimentada.

Contribui ainda para a formação das enchentes, o lixo jogado nos rios, terrenos baldios e vias pública, bem como, a falta de manutenção dos sistemas de drenagem ou o desassoreamento dos rios que cortam a cidades. Esta é a genética das enchentes, um fenômeno causador de inúmeros prejuízos para as cidades e pessoas atingidas nas áreas urbanas.

Conforme Veloso e Cordeiro (2012), a Defesa Civil geralmente responde a um fator momentâneo, ou seja, ao evento em si mesmo. Para que a atuação da Defesa Civil seja efetiva é preciso que ocorra, em todos os municípios, procedimentos preventivos integrados à construção de moradias populares seguras. A desocupação não pode gerar um prejuízo para o morador e sim a certeza de mudança de uma situação insegura para uma situação de recuperação de sua dignidade com uma moradia adequada.

A retirada das pessoas de suas residências deve ser efetuada através da atuação dos agentes de Defesa Civil em resposta a prevenção e em caso de perigo iminente. Estas ações estão amparadas nos regulamentos e normas do Ministério da Integração Nacional, bem como, através do Poder Público constituído, o qual poderá se valer dos mecanismos presentes em lei para que quando for o caso de desocupação de um imóvel situado em área de risco, ficar caracterizado que a propriedade está em situação de perigo público. A própria Constituição Federal de 1988, Art. 5º, inciso XXV, garante a atuação do poder público para ocupar terrenos de particulares para fins de interesse público com posterior indenização ao particular.

Geralmente uma ocupação de área de risco está associada a uma situação de risco social, pois geralmente é a população mais carente e vulnerável socialmente que ocupam estes locais. A remoção das pessoas atingidas, geralmente ocorrem de maneira equivocada, pois às removem para locais distante de suas relações sociais e geográficas, fazendo com que muitas retornem aos locais de origem ou ocupando outras áreas de risco, após negociarem o imóvel com que foram contemplados pelos programas gover-

namentais.

Dentro do que ocorre a mais de 30 anos nos mesmos locais, sem que o poder público tenha tomado qualquer iniciativa de resolver ou minimizar os efeitos das enchentes e alagamentos recorrentes, se faz necessário a remoção das Residências das áreas afetadas dos Bairros Universitário e Habitação, para áreas públicas livres de risco. Esta remoção preferencialmente deve ocorrer o mais próximo possível desde que exista área a disposição.

Neste caso, existe dentro do próprio Bairro Universitário, uma área extensa de terras, que já é objeto parcial da Ação Civil Pública do Ministério Público, para que retorne ao Poder Público Municipal, bem como, uma outra área de terras doada ao Jockey Clube de Lages, que somadas atingem uma área aproximada de 197.815,56m². Sendo esta área suficientemente grande para abrigar toda a população dos dois bairros, bem como, outras residências dos bairros próximos que também sofrem com a mesma situação.

Os registros de imóveis em anexo, demonstram a dimensão da área dos dois bairros, bem como, às áreas remanescentes que foram invadidas ou doadas de forma irregular.

A desapropriação da área elencada na figura 13, se faz necessária para que a remoção seja efetuada dentro dos preceitos de moradia digna e segura, bem como, a área desocupada deverá ser ocupada por equipamentos públicos de modo a impedir novas ocupações nestes locais, se fazendo também a recuperação ambiental, restabelecendo o máximo possível a vegetação destes locais desocupados.

Habitar um determinado local, implica em conhecer os riscos que este oferece e se expor-se a ele. Esta exposição entretanto, não deve colocar em risco nosso bem mais precioso que é a vida. Assim há que se conceituar especificamente o que é risco e a disposição e corrê-lo.

A palavra risco deriva do italiano “resicare” que significa ousar. Assim o risco é uma opção e não um destino. Correr risco faz parte da história antiga. (Bernstein, 1997).

Nos últimos tempos a palavra risco tem sido usada nos mais diversos segmentos da sociedade contemporânea, onde podemos citar alguns como: risco de negócios, riscos sociais, riscos econômicos, riscos de segurança, riscos políticos, entre outros.

Segundo a Association for Project Management – ABGP, risco é a combinação da probabilidade ou frequência de ocorrência de uma ameaça ou oportunidade definida e a magnitude das consequências de sua ocorrência (APM, 2006).

Analisando-se estas definições, conclui-se que os riscos são condições ou circunstâncias futuras que poderão proporcionar um impacto favorável ou desfavorável ao tipo de risco que se está exposto.

O risco também é algo que está relacionado à escolha, não ao acaso, pois decorre da incerteza inerente ao conjunto de possíveis consequências como ganhos e perdas, que resultam das decisões tomadas diariamente por todas as pessoas e/ou organizações de modo geral

Ao denominar o que é risco e ao identificá-los nas áreas em estudo, constatase que há riscos que expõem os moradores às perdas materiais, perdas sociais e perdas humanas.

Assim, objetivamente este trabalho tem como premissa promover a melhoria

da qualidade de vida da população afetada, com a retirada para uma área uma digna e segura, de modo a evitar as perdas citadas, minimizando os gastos públicos com infraestrutura urbana que fica danificada após ocorrido o evento, bem como, com o socorro quando da ocorrência dos eventos a que estão sujeitos estes locais.

Entretanto, a retirada por si só e a não ocupação do vazio deixado, apenas amplia o problema, pois novos ocupantes surgirão neste vazio. Neste contexto, objetivasse criar espaços públicos de lazer e convivência social nestas áreas desafetadas, atendendo também as necessidades e o direito ao lazer da população das adjacências, que não estão em risco nestes locais, mas que são afetadas pela falta destes espaços.

A falta de diálogo ou a deficiência dele entre o poder público e os moradores no sentido de mediar a desafetação das áreas afetadas é quase uma constante quando se trata das ações públicas. Eis que o pensamento dominante é de que a população não conhece os fatores técnicos, o que pode até ser verdade. Mas há que se levar em consideração que nem todas às situações requerem conhecimento técnico e sim vivência da população local.

São fatos comuns a falta de esclarecimentos prévios sobre o que e como vai ocorrer o processo, onde muitas vezes ele muda depois de previamente discutido entre às partes envolvidas e sem rediscussão e reavaliação, criando um distanciamento entre os envolvidos, gerando entraves e críticas desnecessárias.

Obviamente que situações particulares em sua maioria não devem ser levadas em consideração, salvo se for discutida nas audiências públicas e dentro de uma particularidade bem específica e com a dentro da devida cautela.

Existem ainda a total falta de ações integradas entre os vários entes públicos que devem atuar em situações complexas, quando ocorrem às desafetações das áreas afetadas, de modo a preparar a população gradativamente para o processo que vai ocorrer, minimizando danos sociais, geográficos e de espaço físico a serem ocupados. Como haverá um novo regramento social da convivência em grupo, este terá que ser obedecido, de modo a poderem conviver com o novo sistema construtivo, onde os usos e costumes pessoais terão que ser adaptados ao novo meio social em que se encontrarão.

A deficiência do aparato de planejamento que deveria realizar um rígido controle e regulação do uso dos espaços a serem ocupados, mostra muitas vezes a falta de articulação política no que tange a forma de custeio das requalificações urbanas, fazendo com que a população de um modo geral não esteja munida dos mecanismos necessários para cobrar ações efetivas do poder público.

Para contextualizar a falta de planejamento e a interação entre todos os envolvidos quando da revitalização ou reorganização urbana de uma determinada área, citamos o ocorrido na cidade de Lages-SC, onde foram removidas várias residências para a implantação do Complexo Ponte Grande, que é uma avenida que será construída nas duas margens do Rio Ponte Grande, que corta a cidade de norte a sul.

Os afetados pelo complexo, serão realocados para uma área ao leste, onde está sendo construído um condomínio residencial com 200 casas. Com o grande volume de chuvas ocorrido no fim de maio a começo de junho de 2017, conforme notícia veiculada na internet pelo Jornal Lages Diário, no dia 05 de junho de 2017, o rio Ponte Grande transbordou e deixou ilhado o condomínio que ainda não está habitado, mas já se levantou a hipótese de que o local não estaria livre de possíveis enchentes e foi isso que ocorreu uma semana depois, com a chuva torrencial ao longo de todo o domingo, o

nível do rio Ponte Grande e também do rio Caveiras onde ele deságua se elevava e como o rio Ponte Grande ficou represado, invadiu a área onde fica o condomínio.

2. CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

As responsabilidades dos trágicos resultados das ocupações das áreas de risco, de forma alguma deve ser imposta aos altos índices pluviométricos que ocorrem de tempos em tempos em um mesmo local.

O que tem acontecido nestas áreas de risco é sabidamente de conhecimento público, que aliado ao desarranjo urbanístico na ocupação de locais impróprios para a construção de moradias, o qual muitas vezes fecha os olhos de forma conivente, culminando tragicamente em prejuízos de toda ordem.

Sabidamente, quem ocupa estes locais, são edificações associadas a segmentos sociais de baixa renda, onde se cometem erros elementares na ocupação de várzeas e relevos acidentados, colhendo com isso consequências trágicas onde os desastres mais comuns e fatais estão vinculados a inundações de áreas marginais a cursos d'água e a escorregamentos em encostas de média a alta declividades ocupadas habitacionalmente pela população mais pobre.

Assim às áreas de risco às margens e várzeas do Rio Carahá, ocupadas irregularmente pelos moradores do bairro Universitário e Habitação é uma constatação óbvia que vem ocorrendo ao longo dos últimos 35 anos. Estas ocupações irregulares permitida ou até mesmo patrocinada pelo Poder Público, tem causado danos emocionais, sociais e financeiros a moradores e ao setor público que presta socorro quando acontece o evento. Pelo elencado, a realocação dos moradores é um fator preponderante para o cumprimento dos preceitos constitucionais da moradia digna, dando perspectivas reais de que o poder público é realmente público, pois este “emana do povo e para o povo”, realmente é consagrado em favor do povo.

Remover estas populações é garantir não só o direito constitucional num País que tem muitos direito e poucos são cumpridos. É dar dignidade, segurança e sociabilidade a uma população desassistida de quase tudo.

Á área de destino hoje é subutilizada e enquanto isso, uma grande parcela da população das áreas em estudo nos dois bairros, de tempos em tempos quase perde suas referências.

É premente e imperioso a realocação destas pessoas pelo poder público dando-lhes esperança na sociedade a qual pertencemos, pois diante de tantas perdas humanas e materiais, é consenso entre o pessoal técnico, que a melhor solução é a remoção da população para áreas seguras e livres de riscos possíveis de previsão.

3. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANAIS do XVII Simpósio de Pesquisa, Tecnologia e Inovação. Simpósio de Pesquisa e Inovação. Disponível em: <<http://www.forumdaconstrucao.com.br/pt/ver.php?a=9&Cod=1768>> Acesso em: 17.07.2017.

BRASIL. Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12608.htm> Acesso em 07/06/2017.

BRASIL. Presidência da República. Casa civil. Subchefia de assuntos jurídicos. Brasília. 1988.

DIREITO, ESTADO E SOCIEDADE n. 49, jul./ dez. 2016. Disponível: <www.jur.puc-rio.br/revistades/index.php/revistades/article/download> Acesso em: 21.07.2017.

DUDH. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Paris. 1948. Disponível em: <http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitos>. Acesso em: 17.07.2017.

ESTATUTO DA CIDADE - Para compreender. Disponível em: <http://www.fec.uni-camp.br/~labinur/Estatuto_comp.html> Acesso em: 17.07.2017.

FABRA, M. G. M. Gerenciamento de riscos em projetos de implantação de sistemas – ERP. 2007. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/10093/10093_4.PDF> Acesso em: 17.07.2017.

MUTIRÃO. Disponível em: <http://institutorirceuarneiro.org.br/arquivos/Palestra_MNSN_MUTIRAO.pdf> Acesso em: 17.07.2017.

NORMALIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS do Instituto de Ciências Básicas da Saúde da UFRGS: <http://www.ufrgs.br/bibicbs/normas-tecnicas/guia-de-normalizacao-icbs>.

SETORIZAÇÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS. Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geologia-de-Engenharia-e-Riscos-Geologicos/Setorizacao-de-Riscos-Geologicos-4138.html#santacatarina>> Acesso em: 17.07.2017.

SILVA, Ana Marina Ribeiro. Requalificação urbana. O exemplo da intervenção Polis em Leiria. p. 47. 2011.

SOUZA, Izabel Cristina; MURTA, Soraia Monica Fonseca. POSSIBILIDADE DE USUCAPIÃO DE BENS PÚBLICOS DESAFETADOS. Revista da Faculdade de Direito Padre Arnaldo Janssen, v. 6, n. 6, 2015.

SOUSA, Rainer Gonsalves. Identidade cultural. Mundo Educação.2017. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ocupação_desordenada> Acesso em: 17.07.2017.

RESIDÊNCIA PARA ESTUDANTE DE ARQUITETURA E URBANISMO

Bianca Duarte Mesquita¹

Tais Trevisan²

Caroline Ramella³

Grazielle Schemes Oliveira⁴

RESUMO

“Componente social de fundamental importância na assistência universitária, são habitações com objetivo, além de abrigo, finalidades sociais, humanas e de desenvolvimento do meio educacional”. (DE MOARES GOMES, C. et al). “Os estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes” (BARRETO, 2014). Dentro de tudo ou do mínimo que a arquitetura nos propõe do que seria uma edificação ou ambientes que nos remetam ao bem estar, lazer, trabalho, estudo, como: mobiliários; cores e superfícies parietais; aspectos internos e externos do edifício; personalização dos dormitórios; demarcações de espaços comuns e privados; flexibilidade no arranjo dos dormitórios. Espaço voltado para um ambiente – bucólico, especial e atrativo – que remeta à interação entre colegas e em especial para o exercício da criatividade. Tendo isso tanto como ponto atrativo aos estudantes e pessoas que usufruem dos espaços comuns, quanto ao desenvolvimento intelectual acadêmico.

Palavras chave: Estudantes; Residência para estudantes; arquitetura e urbanismo; ambientes.

ABSTRACT

“Social component of fundamental importance in university assistance, are housing with goals, as well as shelter, social, human and developmental purposes of the educational environment.” (DE MOARES GOMES, C. et al). “Students invest in schooling as a way to transform and transmute to another social class, and to pursue a career, having to leave their place of origin, to live with other people in similar conditions” (BARRETO, 2014). Within everything or the minimum that architecture proposes to us of what would be a building or environments that refer us to well-being, leisure, work, study, such as: furniture; colors and parietal surfaces; internal and external aspects of the build-

¹ Autor/ Acadêmico Do Curso De Arquitetura E Urbanismo, Texto Produzido Para Trabalho De Conclusão De Curso 1

² Coautor/ Professora Do Centro Universitário Unifacvest, Mestre Em Desenho Urbano Pela Ufba - Universidade Federal Da Bahia.

³ Coautor/ Professora Do Centro Universitário Unifacvest, Mestre Em Práticas Transculturais Pelo Centro Universitário Unifacvest.

⁴ Coautor/ Professora Do Centro Universitário Unifacvest, Mestre Em Ambiente E Saúde Pela Universidade Do Planalto Catarinense – Uniplac.

ding; personalization of dormitories; demarcations of common and private spaces; flexibility in the arrangement of dormitories. Space oriented to an environment - bucolic, special and attractive - that refers to the interaction between colleagues and especially to the exercise of creativity. Having this as an attractive point for students and people who enjoy the common spaces, as for academic intellectual development.

Keywords: Students; Residence for students; architecture and urbanism; environments.

1. INTRODUÇÃO

É sabido que muitas universidades do Brasil não oferecem moradias nem mesmo assistência moradia aos estudantes, independente se há casas para estudantes ou não, deixando de cumprir um de seus papéis perante a sociedade. Principalmente neste momento em que os mesmos deixam seus lares em busca de estudo e novas oportunidades.

Fazendo uma pesquisa informal com estudantes de arquitetura e urbanismo da cidade de Lages/SC, percebe-se a dificuldade que encontram em morar longe de seus lares, que é a questão financeira, já que estudantes, mesmo que com a ajuda dos pais, tem dificuldade em pagar as contas e arcar com as próprias despesas, sabendo que geralmente o emprego que precisa é o estágio.

Há um lado bom de tudo isso, no qual o estudante conquista sua independência, pelo fato de poderem ir e vir quando bem quiserem, como foi relatado, começam a se tornar “adultos”, ter de cumprir suas responsabilidades sem que ninguém os diga o que devem fazer ou por onde começar.

Visando proporcionar aos alunos que vem morar na cidade de Lages, Planalto Serrano Catarinense, para cursar uma faculdade no Centro Universitário UNIFACVEST, moradia de qualidade, sendo a mesma um atrativo da Instituição para os alunos que queiram ingressar. Com um custo reduzido, baseando-se em valores do comércio imobiliário, fazendo com que seja vantajoso para ambos os interessados, principalmente para o aluno, já que tem o custo da universidade.

Devido à grande demanda de alunos que vem de outras cidades e até mesmo de outros estados, nota-se a dificuldade que os estudantes têm em encontrar uma residência temporária próxima a universidade. E quando há moradias, por conta da especulação imobiliária, o aluguel é consideravelmente alto, já que o público em questão é formado por estudantes.

Percebe-se que a moradia estudantil é um componente social de fundamental importância na assistência universitária, pois são habitações que geralmente substituem a vida familiar e possuem como objetivo, além de abrigo, finalidades sociais, humanas e de desenvolvimento do meio educacional. (DE MOARES GOMES, C. et al)

Resulta desta necessidade a proposta neste trabalho de conclusão de curso, uma residência direcionada para estudantes de Arquitetura e Urbanismo. Com mobiliários adequados, funcionalidade da edificação propiciando o desenvolvimento intelectual dos mesmos, o que é necessário para um estudante ter um desempenho como acadêmico e posteriormente como profissional. Pois, “a residência universitária tem como objetivo principal, além de oferecer abrigo ao estudante, propiciar condições adequadas

de conforto, convívio social e desenvolvimento das atividades acadêmicas”. (DE MORAES GOMES, C. et al).

Para a coleta de dados, foram utilizadas a pesquisa documental e bibliográfica e entrevistas informais com estudantes do Centro Universitário UNIFACVEST. Os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo.

Com base em pesquisas de outras residências universitárias, com olhares críticos e lisonjeiros, foi desenvolvido um programa de necessidade, condições e premissas para a fundamentação do desenvolvimento teórico e do desenho final do partido arquitetônico. Focalizando espaços íntimos e de convívio entre os usuários e moradores.

“Diferentemente de um núcleo familiar clássico, o morador estudante possui necessidades e hábitos diferenciados, um dos principais pontos a ser levado em consideração é o aspecto de uma moradia temporária” (GANDARA E BAROSSI,).

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Residência para estudante de arquitetura e urbanismo

A Casa do Estudante Universitário é uma tipologia de habitação temporária para estudantes que migram de cidades, estados e até de países, diferentes do lugar onde estudam. Devem oferecer acomodações adequadas, espaços de estudo e convívio social e um local que propicie um bom relacionamento entre seus moradores e com a vizinhança, estimulando o trabalho em equipe, o senso coletivo e promovendo atividades culturais. (NAWATE, 2014).

Conforme pesquisa no site no SENCE (Secretaria Nacional de Casas de Estudante) há três definições de moradias de estudantes: Casa Autônoma de estudantes; República estudantil e Residência de estudantes; onde:

Casa Autônoma de estudantes é a moradia administrada de forma autônoma, ou seja, casas particulares alugadas para estudantes, com personalidade jurídica própria. Sem vínculo algum a Instituição de Ensino Superior ou Secundarista.

República Estudantil é o imóvel locado coletivamente para fins de moradia estudantil.

Residência de Estudantes é identificada como sendo de propriedade da Instituição de Ensino Superior ou Secundaristas.

Segundo Thomsen (2007, apud. SCOARIS, 2012, p. 68) habitação Institucional é toda habitação edificada para um determinado grupo, quase sempre temporária e vinculada a uma instituição. Outra característica relevante é que esses edifícios acabam por submeter sua organização espacial ao mesmo padrão de estruturação arquitetônica dos demais edifícios que compõe a instituição que lhe abriga.

Sendo esta última definida para o trabalho de conclusão de curso. Tendo como proprietário o Centro Universitário UNIFACVEST e, direcionado aos estudantes do curso de arquitetura e urbanismo que vem de outras cidades e estados, mas, isso não impede de que estudantes de outros cursos residam nesta moradia. Quanto a questão de estruturação arquitetônica na qual o autor supracitado comenta, não será tomada como regra no partido geral, já que aponta-se premissas para um bom desempenho acadêmico, e que investidores diminuem os custos de edificações com este tipo de uso em

materiais de acabamentos e estética arquitetônica do edifício em geral.

Desde 2013/01 a Instituição Centro Universitário UNIFACVEST oferece o curso de Arquitetura e Urbanismo em Lages, SC. Diante disto houve interesse dos moradores da cidade em graduar-se no curso, mas houve uma demanda ainda maior de estudantes que não moram na cidade nem mesmo no Estado de Santa Catarina. Muitos destes estudantes moram em cidades oriundas do polo estudantil da Serra Catarinense, mas alguns vão à Universidade com transporte escolar, outros acabam residindo na cidade.

Além da dificuldade de sair da casa dos pais e ir morar em outra cidade, outra dificuldade é encontrar uma moradia temporária. A especulação imobiliária cresce a cada dia, principalmente no centro da cidade onde está localizada a universidade, pois nem todos os estudantes tem condições de pagar por um aluguel consideravelmente alto, tendo então, que dividi-lo com outros estudantes geralmente desconhecidos.

Como as casas disponíveis são particulares, a maioria tem seus contratos por imobiliárias, sendo esta a maior queixa dos estudantes, já que a mesma impõe que haja um fiador para que se finalize o contrato de locação. Mas como ter um fiador em uma cidade estranha? Aí é que entra a Residência Estudantil.

O fato de que esta prática de moradia é um tema pouco estudado pela academia e, quando isto ocorre, os edifícios são abordados apenas por suas características arquitetônicas gerais. As especificidades de seus projetos de arquitetura, desdobradas em aspectos como institucionalização do espaço, potencial à sociabilidade e ou ainda as necessidades funcionais específicas dos estudantes universitários, na maioria das vezes são ignoradas. (SCOARIS, 2012).

Seguindo o ponto de vista do autor de que a estética de um edifício é uma característica importante mas, sua função e organização são primordiais, para que os estudantes tenham interação com o ambiente, sentindo-se à vontade tanto para descanso quanto para concentração. Deste modo, uma das propostas para esta residência estudantil é mobiliários ergonômicos, principalmente nos ambientes que exigem maior concentração, sala de estudos coletivos e individuais, que foi uma das questões abordadas pelas entrevistadas, que a mobília adequada para estudos é um diferencial, já que estudantes de arquitetura e urbanismo passam horas estudando.

“Componente social de fundamental importância na assistência universitária, são habitações com objetivo, além de abrigo, finalidades sociais, humanas e de desenvolvimento do meio educacional”. (DE MOARES GOMES, C. et al).

“Os estudantes investem na escolarização como uma forma de transformar e transmutar para outra classe social, e buscar uma carreira, tendo, para isso, de deixar seu lugar de origem, para morar com outras pessoas em condições semelhantes” (BARRETO, 2014).

O objetivo deste trabalho é identificar as necessidades de um estudante de arquitetura e urbanismo. Quais são as reais necessidades: mobiliário ergonomicamente correto para estudos; espaços para criação; para descanso do corpo e mente; para socialização. “O processo educacional deve ser compatível com o objetivo instrucional, utilizando procedimentos e métodos mais adequados” (LUZ, Maria de Lourdes Santiago et al, 2005).

Dentro de tudo ou do mínimo que a arquitetura nos propõe do que seria uma edificação ou ambientes que nos remetam ao bem estar, lazer, trabalho, estudo, como:

mobiliários; cores e superfícies parietais; aspectos internos e externos do edifício; personalização dos dormitórios; demarcações de espaços comuns e privados; flexibilidade no arranjo dos dormitórios.

Espaço voltado para um ambiente – bucólico, especial e atrativo – que remeta à interação entre colegas e em especial para o exercício da criatividade. Tendo isso tanto como ponto atrativo aos estudantes e pessoas que usufruem dos espaços comuns, quanto ao desenvolvimento intelectual acadêmico.

“Quando confrontada às expectativas dos estudantes universitários com relação às suas habitações, se apresenta como fator redutor das possibilidades de uso e apropriação naquilo que poderia ser potencializado pelo projeto de arquitetura” (SCOARIS, 2012). Propondo então, um Partido Geral que propicie aos moradores um ambiente com conforto, praticidade e funcionalidade estimulando a criatividade dos mesmos.

Que tipo de ambiente temporário um estudante se adequaria melhor e viveria durante o período de curso sem grandes problemas? Será que o estudante levando um novo estilo de vida, até mesmo quando a questão é ser ambientalmente correto ou mais próximo disso, o mesmo mudaria ou melhoraria seus hábitos? Qual a disposição dos móveis nos ambientes individuais é melhor para sua funcionalidade e ergonomia? Que tipo de móveis são melhores para estudo? Quais cores influenciam mais em determinadas funções diárias? Implantação de itens sustentáveis é viável para este tipo de edificação? Estes são alguns itens em questionamentos neste trabalho de conclusão de curso.

3. HISTÓRIA

3.1. História das universidades

Segundo PACHANE (2006) a Idade Média é um marco indispensável à compreensão da gênese e desenvolvimento desta instituição. Entretanto, determinar a origem da Universidade não é tão simples assim, pois é um tema que envolve muitas controvérsias.

Na concepção moderna, as primeiras universidades foram os mosteiros, no qual o objetivo era o estudo da teologia, filosofia e literatura. Mas a primeira universidade da história onde a abrangência de temas era maior, foi a de Bolonha na Itália no ano de 1150, mas, ainda assim a matéria de teologia era primordial.

Onde apenas alguns tinham o privilégio de ter o conhecimento científico, já que o custo era muito alto, “e apenas quem podia pagar se associava a outros interessados para contratar um professor sobre algum dos temas das chamadas “essências universais”, daí o nome de “universidade” (FARIA). Os estudantes eram mais velhos, onde estudavam em grandes salões, e esta era comandada pela Igreja. Anos depois a segunda Universidade foi a Sorbonne, na França em 1215.

Antes disso, instituições semelhantes existiram no Oriente Islâmico, sendo a mais famosa a Universidade Al-Azhar, no Cairo, que oferecia uma ampla variedade de graduações acadêmicas, sendo considerada frequentemente como a primeira universidade global (NAWATE, 2014).

Sendo, as universidades de Oxford e Cambridge os primeiros exemplos de

“cidades universitárias”, no século XIII, “montando” uma infraestrutura urbana para a vida acadêmica. Exemplo que foi melhorado na América, dando uma nova nomenclatura de “campus”. Desde o século XIX, mais intensamente com a Primeira Guerra Mundial, as universidades desvincularam-se da religião e adquiriram caráter de cunho tecnológico agregado aos antigos saberes (NAWATE, 2014, p. 14). Harvard, Yale e MIT transformaram-se nas maiores universidades do mundo, com o desenvolvimento econômico e populacional nos Estados Unidos.

3.2. História das Universidades no Brasil

A história da criação de universidade no Brasil revela, inicialmente, considerável resistência, seja de Portugal, como reflexo de sua política de colonização, seja da parte de brasileiros, que não viam justificativa para a criação de uma instituição desse gênero na Colônia. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006 apud MOACYR, 1937, p. 580-581).

Todos os esforços de criação de universidades, nos períodos colonial e monárquico, foram malogrados, o que denota uma política de controle por parte da Metrópole de qualquer iniciativa que vislumbresse sinais de independência cultural e política da Colônia (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006 apud FÁVERO, 2000, p. 18-19).

A partir de 1808, são criados cursos e academias destinados a formar, sobretudo, profissionais para o Estado, assim como especialistas na produção de bens simbólicos, e num plano, talvez, secundário, profissionais de nível médio (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006 CUNHA, 1980).

No ano da transmigração da Família Real para o Brasil é criado, por Decreto de 18 de fevereiro de 1808, o Curso Médico de Cirurgia na Bahia e, em 5 de novembro do mesmo ano, é instituída, no Hospital Militar do Rio de Janeiro, uma Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

Na história da educação superior brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro é a primeira instituição universitária criada legalmente pelo Governo Federal. No Império, outras tentativas de criação de universidades se fizeram sem êxito; uma delas foi apresentada pelo próprio Imperador, em sua última Fala do Trono (1889), propondo a criação de duas universidades, uma no Norte e outra no Sul do país (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

De 1889 até a Revolução de 1930, o ensino superior no país sofreu várias alterações em decorrência da promulgação de diferentes dispositivos legais (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006). Surge, em 1909, a Universidade de Manaus; em 1911 é instituída a de São Paulo e, em 1912, a do Paraná (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006 apud MICHELOTTO, 2006) como instituições livres.

Se a Primeira República é caracterizada pela descentralização política, a partir dos anos 20 e, sobretudo, após 1930, essa tendência se reverte, começando a se incrementar uma acentuada e crescente centralização nos mais diferentes setores da sociedade. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

Na Reforma Campos, uma questão, ainda hoje desafiadora, diz respeito à concessão da relativa autonomia universitária como preparação gradual para a autonomia plena. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

A partir de 1935, ampliam-se tendências centralizadoras e autoritárias, assegurando um clima propício à implantação do Estado Novo. Nos agitados meses desse ano, durante a gestão do prefeito Pedro Ernesto, foi instituída a Universidade do Distrito Federal (UDF), graças ao esforço, tenacidade e iniciativa de Anísio Teixeira. A UDF surge com uma vocação científica e estrutura totalmente diferente das universidades existentes no país, inclusive da USP, caracterizando-se como um empreendimento que procura materializar “as concepções e propostas da intelectualidade que, ligada à ABE e à ABC, empunhara, na década anterior, a bandeira de criação da universidade como lugar da atividade científica livre e da produção cultural desinteressada” (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006 apud ALMEIDA, 1989, p. 195).

Com a deposição do presidente Vargas, em outubro de 1945, e o fim do Estado Novo, o país entra em nova fase de sua história. [...] A chamada “redemocratização do país” é consubstanciada na promulgação de uma nova Constituição, em 16 de setembro de 1946. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

No final dos anos 1940, como no início dos anos 50, começam a esboçar-se nas universidades algumas tentativas de luta por uma autonomia universitária, tanto externa como interna. (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

A partir da década de 50, acelera-se o ritmo de desenvolvimento no país, provocado pela industrialização e pelo crescimento econômico [...] O movimento pela modernização do ensino superior no Brasil, embora se faça sentir a partir de então, vai atingir seu ápice com a criação da Universidade de Brasília (UnB), instituída em dezembro de 1961 (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

No início de 1968, a mobilização estudantil, caracterizada por intensos debates dentro das universidades e pelas manifestações de rua, vai exigir do Governo medidas no sentido de buscar “soluções para os problemas educacionais mais agudos (DE ALBUQUERQUE FÁVERO, 2006).

O ensino superior privado que surgiu após a Reforma de 1968 tende a ser qualitativamente distinto, em termos de natureza e objetivos, do que existia no período precedente (MENDONÇA, 2000).

Em 1969, o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária para propor “soluções realistas” e “medidas operacionais”, com o objetivo de conferir eficiência e produtividade ao sistema (MENDONÇA, 2000).

A produção de um discurso oficial que insistia na escassez de recursos financeiros permitiria, num momento posterior, evocar a situação de “complementaridade” da rede privada na ampliação do sistema (MENDONÇA, 2000).

Entre 1985 e 1996, o número de universidades particulares mais do que triplicou, passando de 20 a 64 estabelecimentos [...] No início da década de 1990, o ensino privado respondia por 62% do total das matrículas, ocorrendo uma pequena diminuição em 1995 (MENDONÇA, 2000).

Entre 1995 e 2002, as matrículas saltaram de 1,7 milhões para 3,5 milhões de estudantes, um crescimento da ordem de 209% (MENDONÇA, 2000). Sendo estas aproximadamente 95% das instituições privadas.

A mudança de governo, em 2003, acarretou a reorientação da política educacional, no sentido de fortalecer o ensino público, sobretudo nas universidades federais (MENDONÇA, 2000).

Nesses últimos quarenta anos, o ensino superior brasileiro se estruturou como um campo acadêmico complexo, heterogêneo, no qual as instituições passaram a ocupar posições dominantes e/ou dominadas (MENDONÇA, 2000).

3.3. História das moradias estudantis

Componente social de fundamental importância na assistência universitária, são habitações com objetivo, além de abrigo, finalidades sociais, humanas e de desenvolvimento do meio educacional (DE MOARES GOMES, C. et al). Desde a época de Platão, em meados de 384 a 387 a.C., já começava a existência de moradias para estudantes. Na Academia de Platão, onde os estudantes tinham atividades quase que o dia todo.

Mas, edifícios destinados exclusivamente a estudantes é visto a partir do século XIII, um dos exemplos que podemos citar são os College de Oxford “locais onde os estudantes podiam viver e ser tutorados. O mais antigo é o Merton College, fundado em 1264, que inclui capela, biblioteca, salas de aula e aposentos dispostos ao redor de jardins” (NAWATE, 2014).

As moradias estudantis foram construídas por fundações ou instituições religiosas, entre a década de 1.920 a 1.930, pois, as moradias eram consideradas uma necessidade moral para os estudantes, por substituírem as relações familiares (DE MOARES GOMES, C. et al).

Em 1.929 fundou-se a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, ofertando suporte aos estudantes da Universidade do Rio de Janeiro, gerando em 1.937, a União Nacional dos Estudantes – UNE13. No entanto somente a partir do governo de Getúlio Vargas é institucionalizada a assistência estudantil. Com isso, entre 1.940 a 1.950, vem a determinação da criação das cidades universitárias, para a fixação de docentes e discentes nas recém universidades federais brasileiras (DE MOARES GOMES, C. et al).

Segundo de Moraes Gomes (et al), entre 1940 a 1950 vem a determinação da criação das cidades universitárias, para a fixação de docentes e discentes nas recém-universidades federais brasileiras. E a destruição das casas de estudantes que pertenciam a JUC (Juventude Universidade Católica), por causa do envolvimento político da época.

Atualmente, há mais de 115 Casas de Estudantes espalhadas por todo território nacional, as quais se apresentam das mais diversas formas, desde pequenas casas coloniais como as repúblicas estudantis de Ouro Preto em Minas Gerais. (NAWATE, 2014).

Na cidade de Curitiba (PR), por exemplo, existem apenas 5 (cinco) moradias para estudantes, cada uma com sua maneira de arrecadar dinheiro e forma de administrar. Todas elas são próximas umas das outras, mas a maioria fica distante das universidades. Algumas casas são resididas apenas por meninas, outras por ambos os sexos.

Essas moradias oferecem vários tipos de ambientes e serviços, como, dormitórios individuais e coletivos, banheiros individuais e coletivos, suítes – aluguel é mais caro. Muitas vezes estas moradias não são mobiliadas, devendo o estudante providenciar a mobília. As cozinhas coletivas, esta por não possuir muitos utensílios os alunos acabam optando por comer fora ou fazer suas refeições individuais. Alguns locais têm

cozinha dividida por cinco ou seis alunos.

Ambientes de estudo e lazer são oferecidos caso haja o número de usuários seja suficiente. Levando como um contraponto neste estudo, no qual terá espaço lazer, convívio e, para estudo de acordo com a quantidade de estudantes do programa de necessidades.

Já em Goiânia, a ideia de casa estudantil surge em 1940. Na década de 1960 foi construída e inaugurada a primeira casa para o fim de abrigar estudantes universitários, a CEU (Casa do Estudante Universitário). Ela foi construída no terreno da União Estadual dos Estudantes e permanece ainda no mesmo lugar, que pertence ao movimento estudantil (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005). A mesma pertencia apenas para estudantes do sexo masculino, em 1995 um movimento feito por estudantes do sexo feminino, requerendo também seus direitos pela casa, é que passou a ser de uso de ambos os sexos. É cobrada de cada morador uma taxa mensal de R\$13,00. Nenhuma entidade específica é responsável por garantir o financiamento dessa casa, que recebe frequentemente ajuda da UFG (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005).

A segunda CEU, que foi invadida por estudantes de ambos os sexos, surge em 1976, devido a essa invasão a proprietária vende a casa à Universidade Católica de Goiânia, desde que a mesma seja para este fim universitário. A mesma oferece sessenta vagas, sendo quatro destinadas à hospedes. A CEU II mantém sua aparência de residência familiar: é um sobrado em um lote fechado por muro, tendo à frente um gramado. Ao entrar, chega-se a uma sala-de-estar, com televisão e sofás (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005).

A CEU II é a única que tem uma sala de estudo razoavelmente equipada: três computadores, uma impressora e uma estante com livros. Nas paredes dessa sala, há três mapas e um quadro com quadrinhos sobre a importância de se saber conviver com diferenças (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005).

De acordo com a pesquisa da autora esta CEU foi a única residência estudantil mais limpa e organizada, sendo esta tida como a mais rígida de todas.

Com movimentos de estudantes e funcionários da UFG (Universidade Federal de Goiânia) foi instituída a CEU III, de forma a acolher estudantes dos sexos feminino e masculino, com mensalidades de R\$ 7,00 por mês. Sendo mantida pela UFG.

Nessa casa, há espaços coletivos, como a cozinha, uma sala de estar ampla logo na entrada, uma sala de TV e uma sala de estudos. No entanto, essas salas estão pouquíssimas equipadas, sem poltronas ou sofás, no caso da sala de estar, e sem cadeiras ou estantes, no caso da sala de estudos (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005).

Na mesma época da CEU III em 1995, foi formada a quarta e última CEU, sendo esta de propriedade de um “órgão público do Estado de Goiás”. Composta por apenas onze vagas para estudantes de ambos os sexos, também é mantida pela UFG.

A vista externa dessa casa é a mesma de qualquer residência. É também um sobrado e tem uma espécie de vestibulo, de onde sai uma escada para os quartos e uma sala que serve de sala de TV (SOUSA, Lívia Mesquita de et al, 2005).

É perceptível que estas moradias são simples tanto arquitetonicamente quanto ao mobiliário. Como a autora comenta estas casas “ainda apresenta uma arquitetura muito parecida com construções reservadas à educação e ao cuidado, como escola e hospital”. No qual é uma das críticas deste trabalho de conclusão de curso, apesar de algumas destas residências serem adaptadas a este uso mas, não se tem ou quando tem

são poucas, a importância estética e funcional do equipamento urbano para com os seus moradores e sua finalidade de agregar experiências positivas e quando negativas que sejam construtivas na vida acadêmica e profissional destes estudantes.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1. Ergonomia Aplicada ao Trabalho (Estudos)

Ergonomia, segundo a Sociedade de Pesquisa em Ergonomia, “é o estudo do relacionamento entre o homem e seu trabalho, equipamento e ambiente, e particularmente a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução de problemas surgidos desse relacionamento”. (IIDA, Itiro, 1997).

Ficar muito tempo em um trabalho estático, como os estudantes ficam e por muito tempo, permite a fadiga. Para evita-la ou diminuí-la, deve ser feito pausas de pouca duração, mas que sejam constantes enquanto a execução do trabalho, com movimentos fazendo o relaxamento dos músculos e aliviando a fadiga.

Segundo Iida Itiro (1997), o trabalho estático é altamente fatigante e, sempre que possível, deve ser evitado. Quando não for possível, pode ser aliviado, permitindo mudanças de posturas, melhorando o posicionamento de peças e ferramentas ou providenciando apoio para partes do corpo com o objetivo de reduzir as contrações estáticas dos músculos.

A posição estática dos estudantes é dada pelo trabalho sentado e, muitas vezes com postura inadequada, provocando dores localizadas, devendo ser feitas alterações entre as posições, sentada, em pé e andando, é recomendável usar para cada tipo de tarefa uma cadeira específica, mas nem sempre isto é possível, por isso é aconselhável ajustar o assento e encosto para cada finalidade e que deixe o usuário bem posicionado e confortável. Evitar o que não está ao alcance; espaços para as pernas; inclinação da base que esteja sendo usada para leitura.

Durante uma jornada de trabalho, o trabalhador pode assumir centenas de posturas diferentes. Em cada postura, um diferente conjunto de músculos é acionado (IIDA, Itiro, 1997).

Levar a antropometria em consideração na arquitetura é um assunto complexo e ao mesmo tempo de extrema importância, pois a arquitetura é feita para o homem (ser humano) independente de tamanho, raça, cor, gênero, por isto se torna tão complexo, pois atender a todos os biótipos básicos de corpos, segundo estudo de William Sheldon (1940), – endomorfo, mesomorfo e ectomorfo – é relativamente difícil. Por isso deve ser seguida escalas e proporções de Neufert, onde são medidos padrões que permite conforto a qualquer biótipo.

Quando um ambiente físico responde às necessidades dos usuários tanto em termos funcionais (físico/cognitivos) quanto formais (psicológicos), certamente terá um impacto positivo na realização das atividades. (VILLAROUCO, Vilma e ANDRETO, Luiz FM, 2008).

4.2. Mobiliário ergonômico aplicado ao estudo

Segundo VILLAROUCO, Vilma e ANDRETO, Luiz FM (2008) para a cria-

ção de um espaço de trabalho que atenda às características de usabilidade é importante avaliar quais os fatores que levam à obtenção de uma qualidade ambiental satisfatória. Tais ambientes, quando mal projetados, podem gerar uma carga insalubre sobre os aspectos físicos, psicológicos e sociais do trabalho.

Desde a pré-escola utilizamos mobílias inadequadas para estudos, onde não se tem a preocupação antropométrica com os equipamentos para estudo e nem mesmo à diferenciação regional e didática, é fato no Brasil, mesmo por que utilizamos dados internacionais de antropometria e ergonomia, pois não existem dados dos biótipos do nosso país.

Um problema constante em nossa realidade de vida estudantil seja ela pré-escolar ou ensino superior, é que os estudantes devem sempre se adaptar a mobília e não o contrário, que é o correto e, isso não acontece somente na educação, mas em todos os tipos de funções que exigem trabalho do corpo humano. E acaba por prejudicar nossa saúde, tanto física quanto psíquica, pois ao sentir dores musculares o indivíduo acaba por não se concentrar ocasionando estresse e desfavorecendo o aprendizado.

Segundo Reis (et.al., 2005, p. 19-22) apud Carvalho 2000 o mobiliário escolar é de suma importância no processo educacional, pois é o responsável pelo conforto físico e psicológico do aluno. Sendo este um dos desafios deste estudo de residência para estudantes de arquitetura e urbanismo, pois os mesmos necessitam de equipamentos que lhes beneficie o desenvolvimento intelectual, salientando que estes equipamentos para estudo farão parte do projeto de residência, ou seja, mobiliário da sala de estudos coletivos e individuais (quartos).

Estes equipamentos se dão em mesas para usos com computadores e execução de maquetes físicas e, também de pranchetas para desenhos em diversos tamanhos, sendo o ideal A1 (650x900mm), da qual é mais usual para a dimensão de pranchas (folhas) que são entregues, assim sendo as de menores tamanhos podem ser usadas normalmente atendendo as necessidades e exigências de trabalhos acadêmicos.

Obedecendo a normas e preocupando-se com a comodidade dos moradores, faz-se o uso destas pranchetas e suas bases com gavetas - para arquivar projetos e demais trabalhos - que também merecem devida atenção. Para dimensionar a sala de desenhos e seus móveis, devem-se considerar as normas estabelecidas para o tamanho das pranchetas e os formatos de papéis (NEUFERT, Ernst et al. 2004). Deste modo, será pensado em todos os ambientes que haverá espaços para estudo tanto coletivo quanto individual.

O autor nos apresenta alguns modelos de prancheta com nichos e gavetas, dando comodidade ao usuário. Deve-se procurar que o desenhador atinja um raio máximo de trabalho sem ter que abandonar o seu lugar. Isto se consegue com uma distribuição conveniente dos lugares, de maneira que as pessoas que trabalham em equipe fiquem junto uma das outras (NEUFERT, Ernst et. al. 2004).

Quando feita a pesquisa sobre residências para estudantes nota-se que os espaços na maioria dos casos são pequenos, atendendo somente a necessidade de dormitório, onde o mobiliário é somente o necessário, por exemplo, nos dormitórios cama e guarda-roupas e uma pequena mesa para estudos.

Nota-se claramente que os móveis não são adequados para o bom desenvolvimento intelectual da vida acadêmica, onde o aluno é exigido diariamente tanto físico quanto psíquico, e é de suma importância levar estes itens em consideração. Dito isso,

segue imagens de estudo de como deverá ser a nova mobília dos quartos da residência para estudantes de arquitetura e urbanismo em Lages, SC.

O arranjo dos quartos se fará com uma composição do espaço de dormir com o de estudos (home office), já que os mesmos serão individuais, os estudantes poderão usufruir da mobília conforme sua necessidade e preferência, tendo um espaço compacto e ao mesmo tempo funcional.

Outros aspectos importantes são móveis funcionais, ou seja, onde possam guardar seus documentos, trabalhos acadêmicos, materiais, enfim. A iluminação também é primordial, independente se for durante o dia ou à noite, este sempre deve ser um fator que favoreça, para que o estudante não precise “forçar” a visão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelos objetivos delineados no início deste trabalho, o foco da pesquisa pretendia alistar algumas soluções, do projeto da residência para estudantes de arquitetura e urbanismo, que atuassem no sentido de qualificar ambientes e o bem estar dos usuários a moradias estudantis. Embasado nas referências históricas e atuais, citadas no capítulo 1, em que é notável a dificuldade que os estudantes têm em encontrar uma moradia que lhes proporcionem qualidade de vida e assistência no desenvolvimento acadêmico. Visto que as universidades devem cumprir seu papel social, um deles é de dar suporte aos estudantes oriundos de outras cidades ou estados mas, infelizmente isso quase não acontece no Brasil.

No capítulo 2, há uma preocupação quanto a funcionalidade, praticidade e espacialidade do ambiente, tornando-o agradável a quem usa, sendo este adaptável ao usuário e não o contrário. Nota-se no desenvolver da fundamentação teórica que não é difícil ter espaços com conforto, e que este propicie concentração e descanso. Principalmente a estudantes que necessitam destes dois tipos de espaços: concentração e descanso. Ainda quanto aos espaços, foram enfatizados ambientes de estudos, do qual é primordial para o desenvolvimento intelectual dos estudantes, pois muitos preferem estudar em casa. Sendo este um dos objetivos da residência para estudantes, com mobiliários corretos e cores parietais, significando simples soluções e podendo ser executável em qualquer ambiente, residência de estudante ou não.

Sobre o partido arquitetônico, citado no capítulo 3, embasado no programa de necessidades - fundamentado em pesquisas de outras moradias estudantis e pesquisas informal com algumas estudantes de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário UNIFACVEST – que teve como objetivo espaços que instigassem a socialização dos moradores e ambientes privados. Por ser uma residência para estudante de arquitetura e urbanismo, o arranjo da volumetria deveria trazer algo diferente para a cidade, “saído” do estilo de moradias unifamiliares e moradias estudantis. Trazer um novo olhar para os habitantes e visitantes de Lages/SC, de uma composição arquitetônica diferente.

O projeto de arquitetura traz uma interface entre a residência estudantil com a vizinhança imediata e próxima, propondo usos ao público externo. Segundo Scoaris (2012) apud Jacobs (2003) os arredores se tornariam tão mais interessantes quanto maior o número de motivos, e em diferentes horários, existam para frequentá-los.

Portanto, salienta-se que o conteúdo apresentado neste trabalho não esgota

o tema tampouco estabelece parâmetros projetivos, pois como já citado são algumas simples soluções de tornar ambientes com mais conforto. Segundo Costa (1972) é importante ter em mente que a atividade do projetista implica em decisões que tem como consequência a seleção de determinado requisitos projetivos e também a exclusão de tantos outros.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Célia Mariana Monteiro de. Residência Estudantil UFRGS. 2013. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/95634/000917665.pdf?sequence=1>> Acesso em 26/03/2017.

BARRETO, Dalton. Moradias estudantis das universidades federais do sul do Brasil: reflexões sobre as políticas de gestão universitária. 2014. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina.

BATTISTELLA, Márcia Regina et al. A importância da cor em ambientes de trabalho: um estudo de caso. 2003. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção.

CUNHA, L. A. A Universidade Temporã. O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

DE ALBUQUERQUE FÁVERO, Maria de Lourdes. A Universidade no Brasil: das origens à Reforma Universitária de 1968. Educar em Revista, n. 28, p. 17-36, 2006.

FONSECA, Juliane Figueiredo; MONT'ALVÃO, Cláudia. Cor nos locais de trabalho como aplicá-la de forma adequada às necessidades dos usuários e às exigências da tarefa. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA. 2006.

GANDARA, Marcela Faria; BAROSSO, Antônio Carlos. Residência Estudantil, um diálogo entre o individual e o coletivo. Disponível em: <http://www.fau.usp.br/disciplinas/tfg/tfg_online/tr/141/a049.html>. Acesso em 26/03/2017

IIDA, Itiro; WIERZZBICKI, Henri AJ. Ergonomia. Projeto e produção. São Paulo: Edgard Blücher, 1997.

LUZ, Maria de Lourdes Santiago et al. A influência da estrutura e ambientes ergonômicos no desempenho educacional. XII Simpósio de Engenharia de Produção–SIMPEP. São Paulo, 2005.

MOACYR, P. A Instrução e o Império. Subsídios para a história da educação no Brasil: 1854-1889. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937, v. 2.

NAWATE, Priscilla Sayuri. Moradia do estudante universitário. 2014. Trabalho de Con-

clusão de Curso. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/bitstream/1/2986/1/CT_COARQ_2014_1_02.pdf> Acesso em 26/03/2017

REIS, Pedro Ferreira; REIS, D.C.; MORO, Antônio Renato Pereira. Mobiliário escolar: antropometria e ergonomia da postura sentada. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Biomecânica. 2005. p. 19-22.

SCOARIS, Rafael de Oliveira. O projeto de arquitetura para moradias universitárias: contributos para verificação da qualidade espacial. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16138/tde-30112012-102720/pt-br.php> Acesso em 01/05/2017.

SILVA, Vinicius Luís Arcangelo; BORMIO, Mariana Falcão. A IMPORTÂNCIA DO USO ERGONÔMICO DA COR NA INTERFACE AMBIENTE X USUÁRIO. Blucher Engineering Proceedings, v. 3, n. 3, p. 666-673, 2016.

VILLAROUCO, Vilma; ANDRETO, Luiz FM. Avaliando desempenho de espaços de trabalho sob o enfoque da ergonomia do ambiente construído. Production, v. 18, n. 3, p. 523-539, 2008.

NORMAS PARA COLABORADORES

A **Synthesis Arquitetura e Urbanismo: Revista de Produção Científica do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UNIFACVEST** tem as seguintes normas editoriais para a apresentação de artigos, resenhas e depoimentos:

1. Os artigos deverão ser inéditos (não publicados em periódicos de circulação nacional);
2. Os artigos deverão ser entregues num envelope fechado e o nome do autor deverá ser omitido para a apreciação e análise do Conselho Editorial;
3. Acompanhará o envelope com os artigos, um envelope lacrado, com o título do trabalho e um breve Curriculum Vitae, contendo: nome completo, última titulação e atividades profissionais em desenvolvimento, endereço completo com endereço eletrônico;
4. Dados técnicos: os artigos deverão conter de 5 a 15 páginas, incluindo texto, referências e ilustrações; Página: formato A4; margens: superior 1,5cm, inferior 2cm, esquerda 2cm, direita 2cm; medianiz 0,7, fonte Times New Roman tamanho 12, espaçamento simples. Deverá ser usado editor Word for Windows.
5. Depoimentos e resenhas não têm limite mínimo e máximo de páginas.
6. As referências devem seguir as normas da ABNT (NBR-6023:2000), no final do capítulo, digitadas em tamanho 12, sem itálico, com título da obra em negrito; citações seguirão a NBR 10520:2002.
7. As notas devem ser feitas no rodapé em tamanho de letra 10, a 1cm da margem inferior.
8. Os artigos deverão ser enviados em CD, acompanhado de três cópias impressas.
9. Os artigos deverão ser acompanhados de resumos em português e inglês de no máximo 10 linhas. As palavras resumo e abstract serão centradas, em negrito, tamanho 14, porém, o seu texto, em um único parágrafo, justificado, sem margem, em tamanho 12.
10. Deverá conter, abaixo do resumo e do abstract, até quatro palavras-chave (*key words*), também em tamanho 12;
11. O endereçamento para correspondência é: Revista Synthesis. Att. Coordenação de Pesquisa e Extensão. Av. Mal. Floriano, 947. Lages – SC. E-mail: micciencia@gmail.com
12. Os autores receberão, no período de até 35 dias documento informando sobre a análise pelo Conselho Editorial e pelos revisores;
13. Os autores deverão anexar, junto ao envelope lacrado, declaração autorizando a Unifacvest e a Papervest editora a publicar os artigos sem quaisquer custos para os editores, bem como desenvolver publicidade na mídia sobre a publicação;
14. A periodicidade de circulação da revista será semestral e os artigos serão recebidos até 45 dias antes do fechamento da edição. Para o primeiro semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de março. Para o segundo semestre serão aceitos artigos até o dia 10 de agosto.

